

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

POLLYANNA FABRINI SILVA

**Movimento de mulheres negras: Análise das relações raciais
pela perspectiva dos cabelos crespos.**

Uberlândia

2016

POLLYANNA FABRINI SILVA

**Movimento de mulheres negras: Análise das relações raciais
pela perspectiva dos cabelos crespos.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Claudelir Corrêa Clemente.

Uberlândia

2016

POLLYANNA FABRINI SILVA

Movimento de mulheres negras: Análise das relações raciais pela perspectiva dos cabelos crespos.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Uberlândia, _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Claudelir Corrêa Clemente – Orientadora- INCIS/UFU

Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza – INCIS/UFU

Profa. Dra. Renata Cristina Gonçalves dos Santos - UNIFESP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586m Silva, Pollyanna Fabrini, 1985-
2016 Movimento de mulheres negras [recurso eletrônico] : análise das relações raciais pela perspectiva dos cabelos crespos / Pollyanna Fabrini Silva. - 2016.

Orientadora: Claudelir Corrêa Clemente.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.1326>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Ciências Sociais. 2. Movimentos sociais. 3. Negras.
4. Cabelo - Aspectos sociais. I. Clemente, Claudelir Corrêa, 1966-.
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 316

AGRADECIMENTOS

Primeiramente “Fora Temer” e toda estrutura política conservadora que implica diretamente na conjuntura social, em específico no retrocesso educacional, período de tantos projetos de leis e medida que coagem o ensino básico e as disciplinas que fomentam criticidade. Acredito que de forma geral o conservadorismo no Brasil não seja uma característica apenas da conjuntura política, nosso processo histórico num todo emite tais traços. Um país que foi um dos últimos a abolir a escravidão, passamos por um longo período ditatorial, de muita repressão, leis humanistas sendo revistas apenas neste século, logo, podemos concluir que o conservadorismo sempre nos acompanhou, desvincilar dele e principalmente desconstruir todo esse ranço, ainda é tarefa a ser planejada. De todo modo, agradeço por ainda potencializar o sentimento de mudança, o desejo de transformação e expectativa de um mundo melhor. Agradeço a minha família por ser meu suporte, minha base e provedor da divisão de responsabilidade na árdua tarefa de ser mãe. Agradecer aos amigos queridos que sempre nos encoraja a continuar; aos amigos que alimentam os debates teóricos da temática racial, comungam discussões na mesa do bar; a coletiva Bonecas de Pixe que me possibilitou aprender tanto em pouco tempo e colocou no meu caminho mulheres negras maravilhosas com as quais construí pontes de luta, de diálogo, compreensão e muita amizade. Agradeço ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UFU) pela temporada de suporte financeiro, de ensinamentos constantes e propulsor da minha entrada na militância e espaços de luta negra. Agradeço a cada mulher preta que me inspirou na realização desta pesquisa que, por vezes, foi espelho de vivência e reconhecimento. Por último, mas não menos importante, agradeço em especial minha orientadora, mulher negra que labutou junto comigo na etapa da monografia, e agora na etapa de pós-graduação, onde aprendi a admirar cada vez mais, e pude de fato contar com sua ajuda, paciência e construção conjunta; minha sincera gratidão. Chegar até aqui não foi tarefa fácil, são momentos de altos e baixos, constante conciliação com trabalho, filho, militância, estudos, vida pessoal. Essa chegada, devo a ela que não desistiu de me acompanhar. Do mais, lanço um pedido, talvez utópico, mas sincero, façamos um mundo melhor e mais igualitário, e quando acharmos difícil ou impossível, que possamos começar por nos mesmos, em nosso cotidiano.

**“Cansei de ver a minha gente nas estatísticas,
Das mães solteiras, detentas, diaristas.
O aço das novas correntes não aprisiona minha mente,
Não me compra e não me faz mostrar os dentes;
Mulher negra não se acostume com termo depreciativo,
Não é melhor ter cabelo liso, nariz fino;
Nossos traços faciais são como letras de um documento,
Que mantém vivo o maior crime de todos os tempos;
Fique de pé pelos que no mar foram jogados,
Pelos corpos que nos pelourinhos foram descarnados.
Não deixe que te façam pensar que o nosso papel na pátria
É atrair gringo turista interpretando mulata;
Podem pagar menos pelos os mesmos serviços,
Atacar nossas religiões, acusar de feitiços;
Menosprezar a nossa contribuição para cultura brasileira,
Mas não podem arrancar o orgulho de nossa pele negra;
Mulheres negras são como mantas kevlar,
Preparadas pela vida para suportar;
O machismo, os tiros, o eurocentrismo,
Abalam, mas não deixam nossos neurônios cativos.”**

Música de Eduardo - ex-facção central

Interpretado por Yzalú- Mulheres Negras

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo evidenciar o movimento de mulheres negras e as relações raciais estabelecidas por intermédio dos seus cabelos crespos. O cabelo da mulher negra carrega um estigma simbólico derivado de significados culturais. Assim, entendemos que a análise bibliográfica sobre movimento de mulheres negras, corpo e identidade, realçam percepções que ultrapassam o visível, guardando significados sociais, históricos e políticos. A metodologia utilizada para acompanhar o desdobramento do movimento de mulheres negras, se deu em processo de coletas de dados dos espaços de luta negra, assim como entrevistas semi-estruturadas com mulheres negras da cidade de Uberlândia, com intuito de maior compreensão das mudanças significativas do empoderamento estético dessas mulheres. O estético dentro deste movimento está para além de uma forma de penteado, esse processo resgata a beleza de sua negritude. Acreditamos que a visibilidade e alargamento deste movimento social envolvendo mulheres negras promovem ganhos e reflexões para vida social, tais como políticas públicas fomentadas pelas experiências sócio-históricas da população negra brasileira, desconstrução de estigmas e estereótipos de suas imagens e compreensão histórica de sua condição, assim como aceitação de sua autoimagem. Nesses espaços compreendemos essas diversas falas que vão da produção de uma consciência negra à criação de uma estética que redefine padrões com ou sem vínculos diretos com a militância. Portanto, para além de um contexto estético, torna-se simbolicamente um segmento provedor da negritude e da reafirmação da consciência negra. Esse movimento de mulheres reconhece a necessidade da inserção da mulher negra em diversos espaços de poder, e esses espaços de contato permite trabalhar-se com a autoestima, sociabilizar ideias, dilemas e experiências. Desse modo, essas falas e lugares de inserção da mulher negra, contribuem para uma circunstância política, reinterpretando visões de diferentes padrões de beleza, status, e conferindo que suas particularidades étnicas sejam valorizadas.

Palavras chave: Movimento social, Mulheres Negras, Cabelo.

ABSTRACT

The research aims to show the movement of black women and racial relations established through their frizzy hair. The black hair woman carries a symbolic stigma derived from cultural meanings. Thus, we understand that the bibliographical analysis of black women movement, body and identity, enhance perceptions that go beyond the visible, guarding social meanings, historical and political. The methodology used to monitor the unfolding movement of black women, occurred in the process of data collection spaces of black struggle, as well as semi-structured interviews with black women of the city of Uberlândia, more understanding view of the significant changes of aesthetic empowerment these women. The aesthetic within this movement is beyond a form of hairstyle, this process rescues the beauty of their blackness. We believe that the visibility and extension of this social movement involving black women promote gains and reflections for african-Brazilian social life, such as public policies promoted by socio-historical experiences of black people, deconstruction of stigmas and stereotypes of their images and historical understanding of their condition, as well as acceptance of their self-image. In these spaces we understand these different lines ranging from the production of a black consciousness to create an aesthetic that redefines standards with or without direct links to militancy. Therefore, in addition to an aesthetic context, it is symbolically a provider segment of blackness and reaffirmation of black consciousness. This women's movement recognizes the need for black women insertion in different spaces of power, and these contact areas allows to work with self-esteem, socialize ideas, dilemmas and experiences. Thus, these lines and insertion places of black women, contribute to a political circumstance, reinterpreting views of different standards of beauty, status, and checking that their ethnic characteristics are valued.

Keywords: Social Movement, Black Women, Hair.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. Espaços políticos do movimento negro e atuação das mulheres negras – lugar de inserção e aprendizado.....	19
1.1. Congresso Nacional de Pesquisadores (as) Negros(as) - COPENE.....	20
1.2. Marcha De Mulheres Negras de Minas Gerais.....	26
1.3. Marcha Nacional de Mulheres Negras.....	29
1.4. I Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros (EECUN).....	32
1.5. Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB- UFU).....	35
1.6. Fórum de Promoção da Igualdade Racial de Uberlândia (FOPIR).....	41
1.7. Coletiva feminista de mulheres negras Bonecas de Pixe.....	43
2. Marginalização da participação das mulheres negras na história.....	47
2.1. Motivos para demarcar um movimento feminista negro.....	60
3. A simbologia do cabelo e o corpo negro e seus impactos para construção da identidade negra.....	75
3.1. O direito a ser bela, a valorização estética da mulher negra como política de aceitação identitária.....	81
3.2. Análise de relatos de mulheres negras em como lidar com seu cabelo crespo.....	90
4. O movimento que altera a estética das mulheres negras.....	96
4.1. Cabelo crespo enquanto resistência e pertencimento – uma análise dos movimentos de mulheres negras e seus cabelos crespos.....	100
5. Considerações Finais.....	106
6. BIBLIOGRAFIAS.....	109
7. ANEXOS.....	116

INTRODUÇÃO

A presente dissertação visa compreender a natureza do movimento de mulheres negras por meio do reconhecimento de suas identidades étnicas e o protagonismo de suas pautas que tangenciam na dupla especificidade de combate ao machismo e ao racismo, implantados no cotidiano social de formas distintas, mas ainda sim nitidamente perceptíveis. Uma pauta muito debatida dentro do contexto do movimento negro, em específico o movimento de mulheres negras é a autoestima, a necessidade de gostar do que se vê no espelho. Nessa esfera o cabelo crespo torna-se mote central que influencia diretamente essa aceitação estética.

O cabelo, como componente central da estética corporal, tem sido referência para a identificação das pessoas e de grupos particularizados e, por isso, pode ser considerado um símbolo social com forte potencial para processo de construção identitária em prol da negritude. É importante salientar que o cabelo, contrai caráter analítico pertinente. Além de contribuir para composição estética do corpo e de padronização de beleza, o cabelo, envolve diversas representações sociais. Essas constatações inegáveis corroboram com a necessidade de análises que acarretam o comum processo de negação da negritude. Percebemos que o corpo negro e cabelo crespo estabelecem símbolos expressivos que nos permite captar as diversas nuances sobre a construção das relações raciais. Consideramos também, os processos socioculturais que levam as mulheres negras a aceitação de suas identidades e a importância do estabelecimento de suas autoestimas. O estético dentro deste movimento está para além de uma forma de penteado, esse processo resgata a beleza de sua negritude. Acreditamos que a visibilidade e alargamento deste movimento social envolvendo mulheres negras e simpatizantes de várias classes sociais, promove ganhos e reflexões para vida social afro-brasileira, tais como políticas públicas fomentadas pelas experiências sócio-históricas da população negra brasileira, desconstrução de estigmas e estereótipos de suas imagens e compreensão histórica de sua condição, assim como aceitação de sua autoimagem.

O interesse em aprofundar na questão se deu pela percepção de uma crescente mobilização de mulheres negras em torno de pautas político identitárias cujo um dos itens é a afirmação de uma estética afro. Somada a esse levante, assistíamos o aumento

de blogs e de tutoriais de cunho afro-affirmativos veiculados numa mídia, visualizada na maioria das vezes, por negras e negros. Alguns pontos essenciais para serem abarcados nessa dissertação preocupam-se na contextualização do movimento de mulheres negras e esse apelo identitário que enaltece a negritude.

De modo sorrateiro a própria história e ciência secundariza as ações dessas mulheres negras o que acaba por afirmar estereótipos que as marcam. Abordaremos as principais pautas e motivos de demarcação do movimento de mulheres negras, instituindo como princípio suas múltiplas vivências e o modo como as relações raciais são estabelecidas considerando suas representações sociais, em específico a maneira como lidam com seus cabelos crespos. Essa premissa é ponto essencial para compreensão do modo como as mulheres negras negociam suas identidades em determinados espaços e papéis sociais no qual estão inseridas.

Sabe-se que várias lutas do movimento negro tinham esse apelo identitário de aceitação da estética negra, por exemplo, se tomarmos o contexto histórico em que o negro negocia sua identidade por conta de todo processo de um padrão branco de aceitação, no momento em que esses se sentem representados em movimentos que enaltecem suas características étnicas, minimamente corrobora para um processo de identificação de grupo; provoca uma nova configuração na construção dessa identidade negra na medida em que influenciam no fortalecimento de uma consciência e percepção de pertença deste mesmo grupo.

No desenvolvimento da dissertação, as primeiras coletas de dados com mulheres negras não engajadas no movimento e também em espaços sociais variados com forte presença de mulheres pertencentes à luta negra, revelaram uma realidade social brasileira que potencializa a problematização e necessidade de soluções para as pautas do feminino negro.

A maior parte do nosso campo de investigação deu-se nos espaços de atuação política das mulheres negras, no intuito de compreender suas expectativas e realizações na esfera étnico cultural, inclusive captar o contexto do lidar com o cabelo e toda sua simbologia. Com base nos relatos de algumas mulheres e na minha participação nesse espaços políticos, percebemos que se auto reconhecer negra é um processo similar a todas nós. Em grande maioria todas as mulheres negras sofreram com sua aparência,

lidar com o cabelo era algo penoso que acarretava sofrimento, conseguir transpor esse processo é muito mais que aceitar seus traços fenotípicos, é afirmar-se perante uma sociedade racista, é compreender essa opressão e confrontar esse padrão de beleza estabelecido que nos marginaliza.

Mesmo entre as mulheres não engajadas, mas susceptíveis a luta negra, tentamos captar dentro de uma esfera geracional, de bisavôs à bisnetas, como tratam de seus cabelos e o que as influenciam tendo como base as práticas culturais cultivadas em família, em grupos, em editoriais de blogs, produtos naturais ou especializados. Nessas mulheres observamos que o manuseio de produtos e suas experimentações revelam uma ação próxima dos saberes tradicionais evidenciando sua importância nesse processo social de lidar com o cabelo crespo, além de apontar a forma que um movimento organizado altera a lógica de uma estética negra. O principal dessa análise é compreender a forma como essas mulheres negras se representam socialmente através dos seus cabelos, como percebem as diversas relações estabelecidas de acordo com o penteado que utilizam.

Como nosso maior campo de investigação ocorreu nos espaços da política negra, no geral, consideramos que as análises pontuadas nesses espaços de militância, onde pautas políticas e valorização da beleza negra estão em voga, a marcha das mulheres negras, congressos, fóruns, dentre outros; são eventos que permitirão compreender a representação de um ideal de beleza que se contrapõe ao contexto hegemônico, onde notaremos nuances de demandas políticas e estéticas, fornecendo discursos sobre o cabelo do negro. O cabelo pode ser considerado um marcador étnico que media a estética afro natural e o discurso da negritude.

Cabe destacar que a coleta de dados nesses fóruns, marchas e congressos foi singular devido ao fato de que ao longo do processo de pesquisa a investigadora foi paulatinamente engajando-se politicamente nas lutas do povo negro. Essa atuação também opera transformações na própria pesquisadora, a começar pelos cuidados com os seus cabelos, mas, sobretudo na sua maneira de pensar e agir sobre as questões raciais. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa o reconhecimento do papel dos movimentos e fóruns participativos negros, foram também se tornando uma possibilidade de efetivar o engajamento político da pesquisadora.

Nesses espaços buscamos ouvir as diversas vozes que vêm da produção de uma consciência negra à criação de uma estética que redefine padrões estéticos com ou sem vínculos diretos com a militância. Portanto, para além de um contexto estético, torna-se simbolicamente um segmento provedor da negritude e da reafirmação da consciência negra. Esse movimento de mulheres reconhece a necessidade da inserção da mulher negra em diversos espaços de poder, e esses espaços de contato permitem trabalhar-se com a autoestima, sociabilizar ideias, dilemas e experiências. Desse modo, essas falas e lugares de inserção da mulher negra, contribuem para uma circunstância política, reinterpretando visões de diferentes padrões de beleza, status, e conferindo que suas particularidades étnicas sejam valorizadas.

De acordo com bell hooks¹ (2008), é preciso que haja uma substituição da crítica negativa pelo reconhecimento positivo da identidade da mulher negra, pois é necessário que ela possua uma visão favorável de sua identidade para que possa desfrutar de suas características e sentimentos mais íntimos. Para a autora, “no nosso processo de resistência coletiva, é tão importante atender as necessidades emocionais quanto materiais” (p. 13). Assim, considera que, para que esse processo de reconhecimento seja efetivado, a reconstrução da identidade das mulheres negras deve ocorrer a partir da interação das mesmas com suas iguais, pois é nesse momento que a representatividade se torna visível, e as mulheres negras ganham ímpeto para se auto reconhecerem e criarem resistência pelas suas características culturais e étnicas.

Metodologicamente, realizamos as coletas de dados em locais de forte presença feminina negra como; Congresso Nacional de Pesquisadores (as) Negros(as) (COPENE) realizado em 2015 em Belém/PA; Marcha das Mulheres Negras de Minas Gerais; Marcha Nacional das Mulheres Negras, ocorrida em 2015 em Brasília/DF; Encontro de Estudantes e Coletivos negros/as (EECUN) realizado em 2016 no Rio de Janeiro/RJ; em Uberlândia a inserção se deu nos cursos e seminários promovidos pelo Núcleo de estudos Afro- Brasileiro (NEAB) da Universidade Federal de Uberlândia; reuniões do

¹ A grafia do nome de bell hooks vem em letras minúsculas p opção da própria autora. Trata-se do pseudônimo de Gloria Jean Watkis, cujo apelido escolheu para assinar suas obras em homenagem aos sobrenomes da mãe e da avó. A autora afirma que o mais importante em seus livros é a substância e não quem é, ressaltando que nomes, títulos, nada disso tem valor comparado ao essencial, à ideia.

Fórum de promoção da igualdade racial (FOPIR) da cidade de Uberlândia, a “Coletiva”² Feminista de mulheres negras Bonecas de Pixe da Universidade Federal de Uberlândia.

Buscou-se compreender as proposições desses espaços de luta política negra. Neste sentido, apresentaremos breves históricos de cada um desses espaços, com enfoque sobre as premissas de cada uma dessas organizações e realçaremos os momentos de participação da pesquisadora nos encontros e reuniões promovidos por essas organizações e movimentos da luta negra.

Assim a entrada e vivência da pesquisadora nesses espaços políticos negros, tanto como apresentadora de trabalhos voltados à temática racial ou como organizadora de eventos e marchas, assim como idealizadora de coletivos, serão nessa dissertação valorizados como um momento de coleta de dados.

Apesar de não ter sido feito uma etnografia no seu sentido clássico e corrente que implica um tempo de permanência, por vezes mais longo, e certos recursos financeiros para garantir essa permanência³, mesmo assim, nos aproximamos da etnografia quando de acordo com José Guilherme Cantor Magnani (2002), utilizamos da estratégia do olhar de perto e de dentro, buscando captar as demandas das mulheres negras, seus padrões e regularidades que presidem em especial o comportamento dos sujeitos da luta negra. A escolha do espaço diz muito sobre a conduta dos sujeitos, pois, além de uma análise comportamental de um grupo negro e suas práticas em análise, possibilita um novo alcance de compreensão no que se refere à construção de políticas, concepção de identidade negra, o que pensam sobre o que fazem naquele espaço e suas intencionalidades na manutenção capilar, que é o foco direto desse trabalho.

Como coleta de dados também realizamos algumas entrevistas qualitativas abertas e semi-estruturadas, possibilitando que as mulheres dessem suas opiniões sobre algumas questões que circunscrevem o histórico com os seus cabelos, permitindo a pesquisadora acessar alguns dos sentidos e práticas capilares cultivados entre as pessoas pesquisadas.

²Coletiva aqui entendida como um conceito de afirmação de gênero, escolhido pelas participantes do grupo.

³Por não ter me classificado como bolsista do programa e o mesmo não possuir verba para campo, a permanência em alguns campos fora da cidade acabam por ser inviáveis financeiramente.

Foram entrevistadas mulheres negras, todas residentes na cidade de Uberlândia. Compreendemos que a busca dessas experiências sociais que revelam o lidar com seus cabelos, por vezes, se complementam e pouco se diferenciam no que se refere a esse processo tênue de negação/aceitação do seu cabelo, podendo assim expressar uma maioria.

O que é importante evidenciar é que essas mulheres negras não correspondem a um grupo homogêneo, cada uma delas possui uma forma de encarar o racismo, de enxergar como são vistas na vida social, e de se construírem como sujeitos no contexto das relações raciais brasileiras e especificamente na cidade de Uberlândia. Por vezes quando pensamos em identidade étnica,encionamos em considerar grupos culturais fechados e estáticos, mas essa análise é um tanto mais complexa do que se espera. Mesmo com a tentativa de um resgate histórico que mensure esse tipo de identificação, desconsiderar o dinamismo dos grupos sociais é perder as nuances dessa problemática.

Conforme nos aponta o autor Roberto da Matta (1974), descobrir os aspectos interpretativos do ofício de pesquisador emerge em específico nas relações humanas. Para descobrir é preciso relacionar-se, a pesquisa não é realizada no vazio, ambas as partes envolvidas constroem laços. Para não cairmos apenas no campo da descrição etnográfica, precisamos fazer o que o autor nomeia de *anthropological blues* - decifrar os significados imbuídos nas ações humanas é essencial para uma pesquisa fundamentada na alteridade. Só existe pesquisa quando há um ator social transformado em informante, e só há dados passíveis de análise se tem um processo de empatia de lado a lado. A antropologia é um mecanismo dos mais importantes para deslocar nossa própria subjetividade, afinal, “o homem não se enxerga sozinho, ele precisa do outro como seu espelho e seu guia”(Da Matta, 1974, p.3).

Todas essas características e especificidades da coleta de dados científicos, reforça que a minha inserção em campo se deu em maior escala. Entendendo que a observação participante é uma ferramenta de pesquisa que permite a aproximação necessária e a compreensão do todo observado, podemos calcular que o nível de participação do observador é bastante variável. O observar não está relacionado apenas no examinar de tudo que acontece a nosso redor, mas sim no crivo da sistematização, planejamento da objetividade, da leitura específica de referências bibliográficas e documentos no geral

que permitam uma ampla análise, que traduza a reação dos atores ou situação observada. Logo, esse método aliado com o enfoque qualitativo, desempenha papel crucial para pesquisa. Percebe-se que a minha participação em todos esses espaços de observação estão além de obter determinada informação sobre o aspecto analisado, podemos classificar que a minha inserção nos espaços de militância é um reflexo da minha vivência. É mais profundo do que uma participação dada com base na ética e absorção de regras cotidianas de determinado grupo como aponta os autores Mazzotti e Gewandsznajder (1998), pois, eu sou parte desse grupo, compartilho do mesmo ideal de mundo deste grupo.

Evidenciar esse aflorar de uma identidade étnica através do cabelo crespo, me insere como parte da construção dessa dissertação. Não ocupo aqui apenas o papel de pesquisadora, pois como mulher negra, vivenciei todo processo de negação e resgate de autoestima imposto a muitas de nós. Entender-me mulher negra acadêmica e militante faz com que assuma a responsabilidade de contribuir com uma mudança significativa nos espaços que estou inserida, é me enxergar em cada uma das mulheres que contribuíram para construção desse trabalho e compartilhar de todo processo de edificação de uma consciência negra que perpassa pelo estético e se desdobra em um ato político.

Para esquadrinhar a conjuntura de secundarização da mulher negra e o surgimento do movimento de mulheres negras, nos valemos de diversas referências bibliográficas de autores e autoras que debruçam sobre essas questões, como: Petrônio Domingues (2009); Maria Aparecida Pinto Silva (2003); Edna Roland (2000); Chantal Mouffe (1996). Com base nessas leituras, conseguimos fundamentar o processo de marginalização da mulher, em específico a negra, na contribuição histórica, sobretudo, evidenciarmos a superação dessa condição e problematizamos o surgimento de um feminismo negro, sua importância por tangenciar novas pautas e evidenciar o protagonismo dessas mulheres em toda essa conjuntura político-social.

Em termos de análise teórica quando tratamos da dimensão simbólica em que os sujeitos criam noções e padrões do que conhecemos como corpo e cabelo, nossas análises se pautam em obras sócio antropológicas como: Marcel Mauss (1974), Nilma Lino Gomes (2008), Pierre Bourdieu (2007), dentre outros. Com base nesses autores compreendeu-se que o corpo, gosto, cabelo são vistos como uma construção social e

simbólica, o que tornou possível para este estudo elucidar como se dá a construção do corpo negro a partir de suas experiências sociais e que, quando esse processo é atrelado a conjuntura histórica, torna-se uma fecunda situação que propicia estereótipos, estigmas e corrobora com uma dominação implícita.

Em complemento às teorias sobre o simbólico, também nos orientamos através dos estudos da antropologia afro-brasileira, em particular as obras de Kabengele Munanga (1999, 2009), Florestan Fernandes (2008). Essas leituras nos permitiram desenvolver questionamentos – até que ponto o processo de inculcação do padrão europeu colabora para uma negação do negro quanto aos seus traços físicos e sua condição identitária; como essa relação cotidiana, dada no contexto interracial, impossibilitou uma inserção positiva do negro na sociedade.

Para esmiuçar os meandros das relações entre gênero e as condições sócio-históricas em que são produzidas essas mulheres, nos valemos de uma literatura que permite esquadrinhar as diferenças sociais a partir do cabelo crespo e evidenciar um protagonismo feminino. Assim, utilizados da compreensão da obra de uma feminista negra norte-americana bell hooks (2005), e dos pesquisadores brasileiros Jocélio Teles dos Santos (2000) e Nilma Lino Gomes (2008).

A dissertação foi dividida em quatro capítulos centrais que problematizam pontos essenciais. No primeiro capítulo temos como intuito demonstrar os espaços de formação da pesquisadora e apresentar para os leitores a forma cotidiana de construção dos movimentos sociais, em específico a atuação das mulheres negras nesses lugares de demandas políticas. Esse capítulo retrata da descrição dos espaços culturais, científicos e políticos que corrobora com a abrangência e ascensão dos movimentos de mulheres negras, balizando pautas específicas e contemporâneas desse grupo de ação. Foi levantado primeiramente as atividades periódicas, de âmbito nacional e posteriormente as atividades pontuais realizadas na cidade de Uberlândia/MG.

No segundo capítulo evidenciamos o esquecimento histórico das ações femininas junto aos movimentos sociais negros, apontando essa marginalização e reconhecendo sua importância nessas ações. Conseguimos com esse capítulo promover a crítica quanto ao processo de engajamento e visibilidade das mulheres negras no exercício dos movimentos sociais, e constatar que essa lacuna histórica não é um

problema apenas no Brasil. A história marginaliza a participação das mulheres e naturalmente fomenta as discussões sobre qual movimento social poderia aglutinar todas as especificidades e assim representar as mulheres negras. Também realizamos um breve apanhado histórico do movimento de mulheres no Brasil e o modo como em específico as mulheres negras se entendiam no interior desse movimento. Todos esses processos trazem a tona novos debates sobre a categoria gênero e permite uma conscientização da condição da mulher negra, indicando assim a necessidade de construção de um espaço de identidade e reconhecimento de suas pautas e os desdobramentos para criação de um novo movimento que evidencie as mulheres negras e demarca suas lutas.

O terceiro tópico demonstra a construção simbólica do corpo e cabelo do negro evidenciando as tensões presentes no processo de construção identitária. Essa estética, impõe primeiro de forma negativa, passa depois por uma inversão do quadro de inferioridade para o surgimento de um movimento no qual a imagem da mulher negra é vista de maneira positiva. O contexto histórico e as pautas existentes no movimento de mulheres negras têm um papel fundamental para enfatizarmos essa mudança. Em seguida analisaremos o relato de mulheres negras entrevistadas suscitando uma reflexão da ação de cuidar dos cabelos crespos e seus desdobramentos sociais que implicam ressignificações nas relações raciais de modo geral.

No quarto e último tema, problematizaremos a forma como o movimento de mulheres negras impulsiona a alteração de uma estética que positiva a imagem da mulher negra, inserindo uma nova política identitária e fomentando sua autoestima. Conseguiremos notar que a mudança acarreta em novas tendências, novos padrões de beleza, modos de sociabilização na era online e remonta a importância dos saberes tradicionais para compreensão dessa nova conjuntura e demanda feminina. Esse processo nos permitirá uma ambígua visão da tônica de criação de um padrão de beleza negra.

Algumas dificuldades em aprofundar as nuances das rápidas modificações estéticas provenientes do movimento de mulheres negras, estão relacionadas à falta de referências teóricas específicas que acompanhem essas mudanças. As novas gerações experimentam uma realidade distinta de outros períodos históricos, e ainda hoje pouco se tem relatado sobre essas marcações. Muita das ideias postas sobre essa alteração e

surgimento da então intitulada geração tombamento, está voltada a análises artesanais. Digo artesanal não no sentido diminuto, mas que ainda não foi efetuada uma sistematização científica desse contexto. Nessa conjuntura a era online facilita a interação e fluidez dessas transformações. Muitas fontes como blogs, revistas onlines direcionadas ao público negro, contribuem para compreensão de novos cenários, principalmente na ocorrência estética. As próprias redes sociais como facebook e instagram, retratam por meio de fotografias e pequenos textos esse protagonismo e fortalecimento negro por meio da aceitação do cabelo crespo. Acabamos por notar que a própria rede social transforma-se em ferramenta metodológica para adensar as propostas aqui apresentadas. A autora Rita Amaral (1998) já anuncia a praticidade no acesso a fontes e dados relacionados a determinados grupos sociais, e admite a legitimidade da internet e redes sociais na colaboração das pesquisas quantitativas e qualitativas.

Ao levar em consideração essas análises teóricas, o contexto histórico dos movimentos sociais, a importância do processo de criação do movimento de mulheres negras para alteração da imposição do imaginário social no que tange o corpo da mulher negra, em específico seus cabelos, a pesquisa ganhou contornos que permitiram também verificar, os ideais desenvolvidos nesses espaços de grupos negros/as e a movimentação em prol de uma alteração coletiva. Dessa forma tentaremos corroborar com a assertiva de que a expressão estética negra é inseparável do plano político e dos processos de afirmação étnica, em que o corpo negro se torna um aditivo significativo de ação contra o racismo disseminado em suas várias esferas de sociabilidade.

1. Espaços políticos do movimento negro e atuação das mulheres negras – lugar de inserção e aprendizado.

Ao visarmos compreender as escolhas de mulheres negras por penteados que afirmam sua identidade étnica é impossível negar o legado dos movimentos sociais negros, suas conquistas de canais participativos (fóruns, congressos, marchas e núcleos de pesquisa) que subsidiam a luta e a autoestima do povo negro. Assim, os movimentos sociais que de certa forma lutaram/lutam pela valorização do negro em diversos âmbitos da sociedade são pontes de extensão junto à lógica de desconstrução de um ideal branco. É importante salientar que o objetivo indicado nesse trabalho está diretamente relacionado com a vivência e acompanhamento dessas transformações sociais presenciadas no cotidiano das mulheres negras. A dissertação para além de uma proposta analítica na área das Ciências Sociais, retrata o engajamento político da pesquisadora e sua recém-inserção na atuação das pautas do feminismo negro. Acreditamos que uma pesquisa científica almeja atingir várias instâncias de contribuição com o contexto social e uma delas é o processo de se auto reconhecer.

Enquanto mulher negra e acadêmica, vejo a responsabilidade em lidar com questões que afligem a população negra, sobretudo, sistematizar as nossas lutas cotidianas na tentativa de compreensão das diversas facetas do racismo. Ponderar nossas vivências e qualificar esse processo em ciência é contribuir para construção de uma nova história, contada pelos seus protagonistas, edificada em lastros afrocentrados⁴. Assim, nesse capítulo, pretendo descrever minha participação em espaços culturais, científicos e políticos que corrobora com a abrangência e ascensão dos movimentos de mulheres negras, balizando pautas específicas e contemporâneas desse grupo de ação.

As coletas de dados foram em locais de forte presença negra, em sua maioria feminina; Congresso Nacional de Pesquisadores (as) Negros(as) (COPENE); Lançamento da Marcha das Mulheres Negras de Minas Gerais; Marcha Nacional das Mulheres Negras; Encontro de Estudantes e Coletivos Negros/as (EECUN); cursos e seminários promovidos pelo Núcleo de estudos Afro- Brasileiro (NEAB) da

⁴Ideologia centrada na divulgação e incentivo aos valores africanos e suas diásporas, como artifício de efeito em prol de uma sociedade antirracista.

Universidade Federal de Uberlândia; reuniões do Fórum de promoção da igualdade racial (FOPIR) da cidade de Uberlândia; Coletiva feminista de mulheres negras Bonecas de Pixe da Universidade Federal de Uberlândia, dentre outros espaços dados tanto de forma presencial quanto online junto as páginas que problematizam em rede nossas pastas e ações. Tentarei delimitar as descrições primeiramente nas atividades periódicas, de âmbito nacional e posteriormente nas atividades pontuais realizadas na cidade em que resido – Uberlândia/MG.

1.1. Congresso Nacional de Pesquisadores(as) Negros(as) - COPENE

No panorama nacional, podemos detalhar os eventos bianuais do Congresso Nacional de Pesquisadores (as) Negros (as) - COPENE. O Congresso é fruto da junção e trabalho da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as) – ABPN, que se configura como um dos órgãos fundamentais e atuantes no combate ao racismo, preconceito e discriminação racial. A instituição é formada por pesquisadores/as de todo território nacional, que propende corroborar com pesquisas acadêmicas que visa a (des) construção e ampliação do conhecimento, envolvidos com temas de interesse da população negra brasileira, África e a Diáspora. Percebe-se que o intuito principal da associação e assim do seu meio de divulgação dado nos congressos bianuais é fortalecer e consolidar os estudos das relações raciais no âmbito das ciências sociais e humanas. Ainda no meio acadêmico encontramos diversas dificuldades de afirmação dessa área de conhecimento. As referências estudadas ainda estão muito pautadas numa visão eurocêntrica. Considerar outra visão de mundo dada por protagonismos afastados do padrão (europeu, masculinizado), é confrontar com o lado posto como verdade, afinal, a história comumente é contada pelos ditos ganhadores/colonizadores. e descolonizar o conhecimento/pensamento não é tarefa fácil.

Termos bastante utilizados na contemporaneidade, que cabem bem nessa problematização, refere-se ao racismo/sexismo epistêmico (Grosfoguel, 2012), ou como incorporam os movimentos sociais negros acadêmicos, epistemicídio, termo cunhado pelo autor Boaventura de Sousa Santos em sua obra *Epistemologias do sul* de 2010. Entende-se por epistemicídio os fundamentos da estrutura moderno-colonial das universidades ocidentalizadas, onde notoriamente privilegiam-se conhecimentos em detimentos de outros. A opressão age de forma tão sutil que, por vezes, passa

despercebida na lógica academicista. É importante identificar que a história, e todo conhecimento que materializamos nas universidades, em seus diferentes cursos, são pautados em teorias de poucos homens ocidentais mais centrados na Europa. Conforme provoca o autor Ramón Grosfoguel (2016), é necessário termos criticidade e questionar como foi possível que esses poucos homens alcançassem tal regalia epistêmica ao ponto de em tempos atuais nos embasarmos nesses conhecimentos e considerá-los superior ao restante do mundo; como podemos ainda nos fundearmos nessa estrutura epistêmica dita universal, com tanta diversidade de conhecimento existente.

Em pleno século XXI, podemos situar que alguns aspectos dominantes da ciência contemporânea, já estejam superados devido a gradativos avanços tecnológicos e econômicos, mas como nos alerta Boaventura de Sousa Santos, essa predominância epistemológica imperante ainda é vigente assim como no período colonial. Compreendemos que a teoria do autor supracitado questiona o esquecimento dos saberes marginalizados. Nessa contradição da diversidade em relação às culturas e saberes, um enquadramento de conhecimento que desconsidera outros, sustenta a hierarquia de um sistema de conhecimento que se desenvolve com a supressão de povos e seus saberes. Nessa conjuntura Santos aponta:

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal, ou seja, um pensamento dotado de buracos, aquele pensamento que é excludente em sua hegemonia e acaba por suprimir e opor-se a outras versões epistemológicas. Possui distinções visíveis e invisíveis, as visíveis são as que dividem a realidade social em dois lados “deste lado da linha” e do “outro lado da linha”, que acabam por tornar o lado de lá, inexistente, excluído e permanece. “A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra humanidade se afirmar enquanto universal” (SANTOS 2007, p 14).

Com essa breve problematização, conseguimos vislumbrar que o COPENE, promove encontros de pesquisadores/as, que tenham como propósito trabalhar a temática racial e fortalecer esse debate no âmbito científico, para desvencilhar de mais uma face do racismo estrutural e institucional inserido no contexto academicista, teorias

que os afrodescendentes não se enxergam, ou quando se veem ainda é de forma subalternizada. Certamente que a desconstrução desse pensamento colonizador, virá da mobilização, da necessidade constante de solidificar que para além de militantes também somos negros/as intelectuais. Nessa vertente e idealizando um cenário mais favorável para fortalecer e institucionalizar a temática das relações raciais surge o COPENE. Um congresso novo, mas atuante academicamente, podemos sinalizar um conciso cronograma com anos de congresso e seus respectivos lugares de atuação:

- 2000- I Congresso De Pesquisadores Negros (as), realizado nas dependências da Universidade Federal de Pernambuco, nessa mesma ocasião foi consolidada a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) como principal organizadora do evento, juntamente com alguns Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) já atuantes em algumas regiões do país.
- 2002 – II Congresso De Pesquisadores Negros (as), organizado pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade de São Carlos.
- 2004 - III Congresso De Pesquisadores Negros (as), também organizado pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão, em São Luís.
- 2006- IV Congresso De Pesquisadores Negros (as), foi organizado pelo Centro de Estudos Afro-Índio-Americanos (CEPAIA) e a Pró-Reitora de pós-graduação da Universidade do Estado da Bahia, em Salvador.
- 2008 – V Congresso De Pesquisadores Negros (as), ocorreu em Goiânia nas dependências da Universidade Federal de Goiás.
- 2010 – VI Congresso De Pesquisadores Negros (as), foi organizada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- 2012 – VII Congresso De Pesquisadores Negros (as), realizado Pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e sediado em Santa Catarina, na cidade de Florianópolis. A sétima edição teve como tema “os desafios da luta anti-racista no século XXI”.
- 2014 – VIII Congresso De Pesquisadores Negros (as), foi realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre formação de professores e Relações Étnico-raciais (NEAB GERA) e Grupo de Estudos Afro-Amazônicos (NEAB GEA AM). O evento ocorreu nas instalações da Universidade Federal do Pará, com o mote “Ações Afirmativas: Cidadania e Relações Étnico-Raciais”.

- 2016 – IX Congresso De Pesquisadores Negros (as), ainda não realizado e já postergado para janeiro de 2017 (devido a nossa instabilidade política)⁵, ocorrerá na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, por meio do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia (CEPEGRE), com o tema “Novas Fronteiras da Intolerância Racial: velhas práticas de discriminação e novos espaços - Universo Web”.

Nesse ensejo, conseguimos mensurar que o trabalho do COPENE, tem como intenção primordial discutir os processos de produção científica e difundir os conhecimentos correlatos as nossas lutas históricas, nossa condições sociais, políticas públicas, avanços e retrocessos da população negra nessa conjuntura social e política. Consolidar uma área da ciência que consiga reunir as necessidades da população negra, problematizar essas questões no âmbito das Ciências Sociais e humanas, é identificar que a diversidade teórica também deve chegar às cátedras do saber e expandir-se para o todo social. O evento surge por demanda oriunda dos estudantes de graduação que enveredaram suas pesquisas na área das temáticas raciais. Alegavam que estavam por vezes, executando trabalhos solitários dentro de seus distintos institutos, principalmente quando as pesquisas saiam do circuito referente às culturas populares, tendo assim pouco debate e mínimos espaços de divulgação e apresentação de seus trabalhos. Assim percebemos que esse espaço torna-se crucial para conjuntura de conhecimentos das temáticas étnico-raciais e importante ambiente de troca de saberes e mobilizações de acadêmicos/as negros/as.

Adentrando na experiência, minha participação se deu no ano de 2014 na cidade de Belém /PA, onde na oportunidade apresentei um trabalho proposto a problematizar a construção da identidade negra. O evento consegue alcançar professores renomados e já atuantes na área da temática racial, assim como estudantes que contribuem efetivamente com o delinear de novas pesquisas científicas dentro da esfera simbólica, social, política, econômica cultural e cotidiana da população negra. É enriquecedor estreitar relações com pessoas de diversos territórios, com perspectivas distintas e com o mesmo

⁵ Instabilidade política dada pelos últimos acontecimentos, onde a atual presidente Dilma Rousseff (PT) sofre uma ação investigativa junto ao pedido de impeachment, assumindo o vice-presidente Michel Temer (PMDB) que possui distinta visão política e interfere diretamente na liberação de verba destinada a programas de incentivo educacional.

tema central, a experiência engrandece nossa formação intelectual e aprimora nossas ideias para futuras pesquisas. O formato do evento que participei atendeu uma programação academicista padrão, dada em quatro (4) dias, efetivado com abertura de apresentações culturais regionais ligadas a temática central e posteriormente sua contextualização; credenciamento; conferência de abertura explicitando o mote central do encontro, homenagens e palestras. Os próximos dias foram destinados à apresentação de trabalhos, banners, mini-cursos e oficinas, que ocorreram nos períodos manhã/tarde; no período noturno culminou com conferências e lançamento de livros. O perfil do público presente, comumente está vinculado a acadêmicos/as docentes e discentes, o evento não é auto organizado, ou seja, pode participar negros e não negros sendo exigido apenas que as pesquisas estejam voltadas para temática racial no geral. De todo modo, nota-se uma intensa presença negra, principalmente de mulheres negras. Concomitante a execução das atividades programadas, o saguão onde ocorrem as mesas principais de conferência, comporta barraquinhas para venda de diversos produtos. Sem perder o foco do evento, as barraquinhas trabalham com produtos voltados a fomentar essa afirmação identitária, intelectual e simbólica negra. Percebo que ali também formam ambientes de propensão comercial que positiva um mercado afroempreendedor. Possuía tenda de livros que tratam da temática racial, em todos os níveis de ensino, da educação infantil até nível superior, barraquinhas com venda de tecidos de estampa étnica, brincos, roupas africanas; tenda com camisetas que representam ícones da militância negra mundial, e similares; indumentárias africanas no geral, inúmeras bancadas de produtos e acessórios para o cabelo crespo, como faixas, tiaras, turbantes e tendas de divulgação de eventos correlatos, uma dessas divulgações foi a chamada para Marcha Nacional de Mulheres Negras que aconteceria no ano de 2015 em Brasília/DF.

No espaço geral do evento era prazeroso encontrar com várias mulheres negras, ostentando seus blacks, tranças e dreads, era como estar em um espaço à parte da sociedade, é sentir-se representada em cada olhar, em cada gesto e fala, é notar nossa valorização estética, intelectual e confirmar que a trajetória acadêmica para além de pesquisa é compromisso para com os seus. Percebe-se que a afirmação negra fica muito intensa em espaços de mobilização e promoção da luta antirracista. Uma observação interessante a ser feita, se dá na congruência étnica fomentada nesses espaços. Os participantes usavam vestimentas afro, muitos acessórios, ou em um visual mais

discreto, camiseta estampada com a imagem de ícones da luta negra mundial. O espaço se torna propício para acentuar as raízes afro, é um desfile de vestimenta e cabelos de valorização à negritude, percebe-se que as pessoas envolvidas estão muito a vontade em exacerbar essa origem, esses valores, as cores e a luta por traz dessas alegorias estéticas. Não posso afirmar se os indivíduos ali presentes, em seu cotidiano ostentavam vestimentas e as características étnicas com tanto entusiasmo, ali se fazia um espaço que enaltecer a negritude era na mesma medida orgulhar-se de sua etnia. Se em determinados espaços corriqueiros ostentar a negritude te faz ser o diferente, ali é um momento de união, de reconhecimento e valorização.

O evento apresenta inúmeras possibilidades de se trabalhar com a temática racial nas diversas áreas científicas, inclusive nas pouco recomendadas, como a área biológica com a saúde da população negra e área das exatas, como química e etnomatemática. A experiência é muito apropriada para validar trabalhos centrados na temática racial perante uma comunidade militante, e em processo de descolonização do saber. Mesmo não se tratando de um evento específico da mulher negra, as ações e finalidades estão diretamente relacionadas às pautas de valorização da população negra e imbricada com propostas que também atende tal segmento, que se faz em maior quantidade nesse espaço. Eram extremamente positivas as conversas paralelas nos bastidores do evento. Nesse cotidiano a conversa entre mulheres sempre começava com um elogio e seguia de perguntas e trocas de como cuidar do cabelo crespo, a importância política de assumi-los e resistência de afirmá-los. Nessa troca de cuidados e reforço afirmativo, percebi como o processo de lidar com o cabelo crespo era comum a maioria de nós mulheres negras. As histórias de negação e reprodução do cabelo ruim, da necessidade de enquadrar ao aceitável, próximo ao liso estavam presentes nas falas das mulheres que explicavam sua relação com o cuidar dos cabelos crespos. Posteriormente as mesmas mulheres negras terminavam sua fala relatando a importância desses espaços de referência negra para fortalecimento de uma consciência étnica e contrapor aos moldes estabelecidos enquanto padrão.

1.2. Marcha De Mulheres Negras de Minas Gerais

Outra participação que permitiu mensurar o movimento em prol de pautas que favoreça a população negra, foi a participação na Marcha De Mulheres Negras de Minas Gerais. A Marcha aconteceu na cidade de Belo Horizonte no dia 13 de maio de 2015, ela serviu como um pré-lançamento da Marcha Nacional das Mulheres Negras. A articulação da nossa ida para Belo Horizonte, foi mediada pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Uberlândia, onde naquele período atuava como coordenadora de assuntos estudantis do núcleo. Desse modo conseguimos um ônibus junto a Pró-reitora de extensão da nossa instituição e assim divulgamos a chamada para participação da marcha, para comunidade universitária e externa. A lista de passageiros passava por um crivo de critérios; como se tratava de uma marcha voltada para as mulheres negras, a prioridade era a participação das mulheres negras, posteriormente mulher não negra, homens negros e por fim homens não negros.

Saímos de Uberlândia na noite do dia 12 de maio com o total de vinte e três pessoas, um total de vinte mulheres negras e três homens negros. A maioria dos/as participantes eram discentes da Universidade Federal de Uberlândia, e primeira participação em manifestações de propósito racial.

A marcha contava com apoio de várias entidades, e a responsável em nos receber na manhã de 13 de maio era a entidade N'zinga- Coletivo de mulheres negras de Belo Horizonte, atuante nas pautas do feminismo negro desde 1987. O instituto fica situado no centro de BH, em prédios comerciais do terceiro andar do Mercado Novo, chamado também de Mercado das Borboletas por se tratar de um espaço cultural do então prédio. É uma sede com amplo espaço, em um lugar perceptivelmente abandonado, com poucas lojas e restaurantes ativos. Em conversa com as coordenadoras da instituição conseguimos constatar que o Mercado novo passara por um processo de ocupação urbana, no intuito de promover atividades em um espaço desativado e sem assistência do poder público. Apesar de abandonado, a sede foi muito bem equipada e decorada para instalação das atividades designadas ao coletivo.

A Marcha estava programada para ocorrer no dia 13 de maio de 2015, uma quarta-feira; a concentração seria na Praça Sete de Belo horizonte às 14 horas, e na sequência sairia pelas ruas da capital mineira, com o mote “Contra o racismo, a

violência e pelo bem viver”. Chegamos no período da manhã, e fomos recebidas/os pelo coletivo com café da manhã e material para formularmos cartazes e palavras de ordem para atuação da marcha. Conseguimos, em conjunto, elaborar uma decoração de cartazes com balões e assim, no período vespertino, nos direcionarmos em conjunto para a Praça Sete. Nesse período da manhã, espaço de maior contato com as coordenadoras, pudemos dialogar sobre as reivindicações e realidade da mulher negra mineira. Em Minas Gerais, segundo Benilda Brito, Coordenadora do N’zinga Coletivo de Mulheres Negras, a situação não é diferente da conjuntura nacional, “Ainda somos um Estado onde o racismo, o machismo, a homofobia, a violência e a intolerância são hegemônicas no pensamento e nas atitudes da grande maioria dos mineiros.” A Marcha foi bem idealizada, já possuíam folders de divulgação das pautas centrais e o foco da manifestação. A chamada era destinada para as mulheres negras de segmentos diversos exaltando sua interseccionalidade: jovens, idosas, lésbicas, bissexuais, rurais, intelectuais, quilombolas, empresárias, religiosas e não religiosas, positivas, domésticas, cantoras, catadoras, deficientes, professoras, operadoras de telemarketing e tantas outras, no intuito de denunciar a condição histórica e soma de opressões.

A articulação com outros municípios de Minas Gerais foi estruturada com parceria da Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais, agregaram mais de 50 entidades com cerca de participação de 40 municípios mineiros. Várias organizações de movimento popular publicizaram apoio, como: Bloco das Pretas, CENARAB, Clareart’s, Mulheres em Ação, EPS, Casarão das Artes, Coletivo de Artistas Negros, Coletivo de Assessoria Popular, DiversaS Feminismo e Resistência, Coletivo de Estudantes Negros, Conselho de Promoção da Igualdade Racial de Contagem, Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial de Contagem, Dreminas, ENEGRECER, Coletivo Nacional de Juventude Negra, Fórum das Juventudes da Grande BH, Marcha Mundial das Mulheres, Movimento de Mulheres Olga Benário, Margarida Alves, MNU Minas, Negras Ativas, Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, Organização OMOKORINS DO ILE DE OXAGUIAN, Reaja Minas, Rede Afro LGBT Mineira, Teatro Negro Atitude, Levante Popular da Juventude, Brigadas Populares e CUFA MG.

Contamos com a presença demarcada com média de 5 mil pessoas, que seguiram o itinerário, local da concentração, Praça Sete seguimos em marcha pela Av.

Amazonas até a Praça da Estação, com cartazes e frases que faziam referência as propostas vigentes e gritos de ordem que relatavam as nossas contestações. As principais reivindicações à promoção da igualdade racial e de gênero das mulheres negras foram detalhadas em folders:

- pelo fim do femicídio de mulheres negras e pela visibilidade e garantia de nossas vidas;
- pela investigação de todos os casos de violência doméstica e assassinatos de mulheres negras, com a penalização dos culpados;
- pelo fim do racismo e sexism produzidos nos veículos de comunicação promovendo a violência simbólica e física contra as mulheres negras;
- pelo fim dos critérios e práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho;
- pelo fim das revistas vexatórias em presídios e as agressões sumárias às mulheres negras em casas de detenções;
- pela garantia de atendimento e acesso à saúde de qualidade às mulheres negras e pela penalização de discriminação racial e sexual nos atendimentos dos serviços públicos;
- pela titulação e garantia das terras quilombolas, especialmente em nome das mulheres negras, pois é de onde tiramos o nosso sustento e mantemo-nos ligadas à ancestralidade;
- pelo fim do desrespeito religioso e pela garantia da reprodução cultural de nossas práticas ancestrais de matriz africana;
- pelo fim do extermínio da juventude negra, que vem matando deliberadamente jovens negros, sem responsabilizar os culpados;
- pelo fim da lesbofobia e bifobia;
- pela nossa participação efetiva na vida pública

(Release, Marcha das Mulheres Negras de MG, 2015).

A inserção nesse primeiro espaço de manifestação de cunho racial me fez perceber a necessidade de examinar melhor dados referentes às mulheres negras, a forma como as relações raciais e simbólicas permeiam nosso cotidiano e imprime representações sociais. Esse lançamento foi apenas o início para preparamos forças para então Marcha Nacional.

A Marcha Nacional de Mulheres Negras que ocorreu em 18 de novembro de 2015, em Brasília/DF, veio corroborar com a assertiva de pesquisar as demandas políticas das mulheres negras, com correlação às suas identidades, suas estéticas e a crescente de um mercado étnico atualmente voltado para os cabelos crespos. De acordo com dados estatísticos divulgado no último Dossiê das mulheres negras de 2013, no Brasil, as mulheres negras somam 50 milhões, ou seja, 25% da população brasileira. O dossiê define bem que ao empregarem categoria mulher negra, se valem da soma das categorias preta e parda, conforme indicativos utilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IBGE).

É importante conhecemos esses dados quantitativos e compreender que esse segmento da população está inserido em larga escala na base da pirâmide de ascensão de direitos, vivenciando diversas formas de violência, quanto à qualidade de vida, desigualdade salarial, falta de acesso aos serviços de saúde, pobreza, etc.

Reconhecer esses dados é evidenciar a importância desse segmento de luta, é compreender os processos de relações raciais que estamos inseridas e a forma como a sociedade enaltece ou rechaça nossas vivências cotidianas. Evidentemente as pautas correlatas ao movimento de mulheres negras, estão mais voltadas para mudanças estruturais da lógica social, isso não diminui a importância de valorização da autoestima da mulher negra. Essa tônica está diretamente relacionada com outras pautas, e assim reforça a necessidade de nos enxergarmos também enquanto segmento de beleza. A estética, principalmente voltada aos cabelos crespos, media relações afetivas, sociais, etc. A aceitação da sua auto imagem é o primeiro passo de fortalecimento à luta antirracista.

1.3. Marcha Nacional de Mulheres Negras

A Marcha Nacional das Mulheres Negras vem endossar a crítica à indigência do compromisso do poder público. É trazer a tona que ser mulher negra em uma sociedade racista e sexista, faz experimentarmos situações de subordinações, baixa autoestima, dificultando o processo de cidadania. A marcha é o ato político de rua, que vem representar que as mulheres pretas estão se mobilizando, tomando consciência da sua condição e direitos e principalmente sinalizar o quanto nossa luta é importante.

A saída para participação da Marcha se deu no dia 17 de novembro de 2015, uma terça-feira a noite, de Uberlândia rumo à Brasília. O transporte foi mediado pelo SindUTE - Sindicato dos Trabalhadores da Educação/CUT- Central Única dos Trabalhadores com dois (2) ônibus disponíveis para mulheres interessadas em participar do ato. Como minhas atividades relacionadas à temática racial e inserção em algumas instituições que contribuem com a promoção da igualdade racial em Uberlândia já são conhecidas, fui convidada por organizadoras da caravana a somar forças na Marcha Nacional e estender o convite à coletiva de mulheres negras que construímos no espaço universitário. Por tratar-se de ações que são executadas em dias de semana, muitas mulheres negras trabalhadoras não puderam participar, de todo modo, conseguimos com soma das mulheres da comunidade externa, cantoras, artistas, trabalhadoras rurais, afroempreendedoras, estudantes, dona de casa, entre outros segmentos, lotar os dois ônibus cedidos. O evento aconteceu na expressão média de 50 mil pessoas, consagrando um marco histórico para o movimento de mulheres negras. Conseguimos com toda movimentação dar maior visibilidade as conjunturas de opressões seculares a que somos submetidas, fortalecer nossas pautas, trocar experiências com as diversas regiões brasileiras, e reforçar uma postura coletiva de luta, fortalecimento identitário, autoestima e mobilização.

O trajeto proposto para execução da Marcha foi concentração a ser realizado no Ginásio Nilson Nelson⁶, no período da manhã, rumo ao Congresso Nacional, posteriormente retorno ao Ginásio onde aconteceriam shows, apresentações artísticas, feiras do afro-empreendedorismo e intervenções de figuras públicas, evidenciando pautas e objetivo do ato. Assim, com alguns atrasos, conseguimos seguir esse itinerário proposto, cansativo, mas gratificante evidenciando nossas diversidades enquanto mulheres negras, belezas e representatividade política.

A Marcha foi idealizada por iniciativa de diversas organizações e coletivos de mulheres negras, durante um encontro de pautas similares realizado em Salvador/ BA no ano de 2011. Desde a divulgação desse planejamento, movimentos de mulheres negras de todas as regiões brasileiras se mobilizaram para edificar esse ato. Nesse longo período de organização, os setores de mobilização se fortificaram, realizando oficinas,

⁶ O Ginásio Nilson Nelson é um ginásio de esportes multiuso localizado na cidade de Brasília.

formações políticas, debates, eventos em diferentes Estados em prol da equidade racial e de gênero, além de articulações que viabilizassem a Marcha Nacional.

A marcha foi uma passagem importante para balizar alguns pontos dessa pesquisa, o contato com as diferentes mulheres negras, cada vez adotando estilos próprios, penteados inovadores, e fomentando a construção da beleza negra, instigavam ainda mais minha vontade de compreensão desse universo de representações identitárias e seus impactos no todo social.

Nesse ambiente, enquanto pesquisadora, consegui vislumbrar uma ressignificação estética dessas mulheres. Várias mulheres ostentavam seus cabelos crespos coloridos de diversas cores, inclusive mais inusitadas como rosa, roxo e azul; modificavam a conjuntura estética do movimento, entendi ali que essas ações estavam relacionadas com o sentimento de liberdade. Muitas das mulheres negras com as quais tive oportunidade de conversar a respeito dos cabelos diziam que por anos tiveram que seguir um padrão de aceitação do cabelo liso, e que agora com a mudança para aceitação do cabelo crespo encaram que podem fazer o que quiserem com seus cabelos. As mulheres negras por muito tempo viveram em um processo de negação. É interessante perceber, sem nenhuma pretensão de generalizar tal fato, que de todas as mulheres negras que dialoguei ao longo da pesquisa, seja na entrevista, ou espaços correlatos, todas passaram pelo processo de anulação do ser negra pelos seus cabelos crespos; todas evidenciaram seu descontentamento e a dificuldade de lidar com o cabelo natural e que passaram por tratamentos químicos diversos para se enquadrarem em um perfil de beleza aceitável. Desde a escravidão já era submetido a nossas antepassadas que utilizassem do seu cabelo preso ou adornados com um pano, tal como conhecemos os turbantes hoje. Todo esse histórico traz consigo uma forma simbólica e indireta de negar quem somos, de tentar nos sentirmos aceitas na ótica do opressor, e utilizar de qualquer subterfúgio para tal. Poder se afirmar através dos cabelos crespos, é evidenciar uma consciência histórica de si, ser fonte de inspiração para outras e desse modo estruturar uma revolução.

Essas observações me fizeram aprofundar um pouco mais sobre essas novas mudanças na tentativa de compreensão do movimento estético oriundo das mulheres negras e suas significações. Toda essa percepção me fez adensar ainda mais na tônica do lidar com cabelos crespos e seus desdobramentos nas relações raciais estabelecidas

socialmente. Cada espaço de inserção foi um processo de aprendizagem e abrangência da pauta não central, mas diretamente crucial para construção da identidade étnica.

1.4. I Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros (EECUN)

Outro espaço também de suma importância para agregar conhecimento e nos atualizar das pautas mais contemporâneas do movimento negro foi o I Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros (EECUN), realizado entre os dias 13 a 15 de maio de 2016 na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O evento possuía como público alvo a juventude acadêmica negra com indicativo de promover debates sobre nossas experiências em ser negros/as universitários/as desde o processo de ingresso, permanência, conclusão e inserção na pós-graduação. Organizamos através do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Uberlândia, um ônibus cedido pelo Diretório Estudantil e subsidiado pela Pró-reitora de extensão da mesma instituição. Abrimos lista de passageiros com prioridades em ser negros/as (já que o evento era auto-organizado); aqueles que iriam apresentar trabalho; já ter pago a inscrição de participação do evento; ser estudante da instituição ou vinculado a algum coletivo da temática racial. A demanda foi alta e abrimos lista de espera caso tivéssemos alguma desistência, o que não aconteceu. A intenção era que aqueles que se comprometeram a ir ao evento pudessem de fato participar dele, mas alguns dos então participantes não se envolveram efetivamente com o evento e tão pouco participaram efetivamente do evento.

A articulação preliminar para realização do encontro nacional se deu em formatos de pré- eecun's na ação de oficinas, palestras, roda de conversa, dentre as distintas instituições de ensino superior do Brasil, assim somando forças para de fato acontecer o Encontro Nacional. Em informações fornecidas no evento, foram realizadas duas reuniões executivas nacionais, uma na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) em 2014 e outra em Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em outubro de 2015, contando com a participação de estudantes e coletivos de universitários negros de diferentes Estados e regiões do país.

O que é importante ressaltar, é que toda organização se deu de forma autônoma de estudantes negros para estudantes negros, expressão comumente utilizada nas mesas para promulgar essa organização era o “nós por nós”. As atividades programadas aconteceram nos três períodos manhã, tarde e noite. No formato de palestras e mesas de conferências; renomados professores e discentes que problematizam o cerne do acesso do estudante negro no espaço universitário, deram suas contribuições. Assim como na maioria dos eventos que circunscrevem a temática racial, a presença maior das mulheres negras era indiscutível. Dentro de toda conjuntura idealizada, conseguia-se perceber as divergências teóricas, por mais que houvesse mulheres de várias regiões e todas já evidenciando com propriedade sua inserção no movimento feminista de mulheres negras, notei que parte da organização do evento tinha como ideologia a corrente pan-africanista, que não concorda com um feminismo negro em tese, e sim de um Quilombismo/ Mulherismo Africana. Apenas na tentativa de sinalizar a essência dessas teorias, explicitamos que o Quilombismo utiliza-se de fundamentos que asseguram a condição humana da população negra, traz em seu âmago uma corrente ideológica anticapitalista, de caráter comunitário, onde de acordo com o autor Abdias do Nascimento (1980) promove uma ciência negra que rompe com a lógica da ciência eurocêntrica dita universalista. Para ele, fazer uma ciência negra é agenciar que os sujeitos negros produzam seus conceitos e intelectuais próprios. Ao encontro a essa premissa do quilombismo, vem o conceito de mulherismo africana, trata-se de uma abordagem afrocêntrica criada pela autora Cleonora Hudson-Weems (1993), em que as mulheres negras devem ser fortes em conjunto com os homens negros, numa lógica comunitária, respeitando os mais velhos/as, em luta conjunta entre o povo negro indiferente de gênero. Espelham-se nas comunidades matrilineares africanas em que as mulheres possuíam suas funções e esse caráter de subalternidade estava no olhar eurocêntrico; acreditam que o homem negro não é machista, pois, a ideia machista é uma introjeção imposta pelo patriarcado branco; constatam que a história da mulher negra é profundamente distinta a das mulheres brancas, e, por conseguinte, não poderiam partir de uma mesma base reivindicatória, onde o próprio feminismo trata-se de um conceito e movimento criado por pessoas brancas.

Essa percepção se deu após concretização da cultural intitulada “Pretitude - rua, favela, quilombo”. A festa ocorreu no período noturno, e referendava o Batekoo, estilo de balada própria da nova geração do movimento negro intitulada de geração

tombamento⁷, conforme aponta a folha de São Paulo (24/06/2016), afirmam ser um ritmo originário de Salvador/ BA e se caracteriza com ritmos marcantes de hip hop, rap, funk, dance, trap e Kuduro. Aconteceu durante uma das apresentações, o fato de um vocalista de hip-hop ter sido hostilizado. Quando ele cantava, várias mulheres que estava no evento começaram a vaiar e fazer coro chamando-o de machista. Em conversas paralelas com essas mulheres, as mesmas relatam conhecerem o tal vocalista e sua trajetória de assédio e agressão às mulheres com que se envolve afetivamente. Essa ação já indica a forma como as mulheres negras jovens são engajadas em diversos movimentos sociais, e não estão aceitando serem desrespeitadas e desmerecidas, estão fazendo valer seu poder e sua voz.

Essa intervenção das mulheres na festa gerou certo constrangimento por parte da organização, o rapaz acusado parou de cantar e se retirou da festa. As mulheres negras que sabiam dos fatos antecessores subiram ao palco e denunciaram o machismo, fazendo um alerta para o movimento negro em geral de considerarem que a luta por igualdade está posta também na relação de gênero. No último dia do evento, os participantes das diversas regiões cobraram um posicionamento da comissão organizadora quanto o ocorrido no evento cultural, a mesma se posicionou de forma indiferente, e pediu para que os então não contextualizados procurassem a mulheres negras que denunciaram o vocalista, para maiores explicações, ou seja, se isentaram da ação, recorrendo a fatos de luta e a necessidade de pretos/as somarem com pretos/as, deixando no ar de forma subentendida seu posicionamento teórico. A intenção desse relato não é expor os lados certo e errado dessa contenda, mas identificar que mesmo em movimentos em prol de pautas macros à população negra, existem suas dissensões teóricas/ ideológicas, mas que todo movimento precisa de espaços e momentos de mobilizar-se para alcance de políticas macros para nossa população.

Primeiramente é importante consideramos pontos em comum em todos os eventos, o que chama atenção em toda essa tônica e verificar que em todos esses espaços, até nos não específicos, a mulher negra está presente em maior índice se comparado com o homem negro.

Nota-se que em muitos dos casos, ela ainda está aquém de políticas públicas e acessibilidade do cenário social. Conseguimos constatar que muitos dos fatos aqui já

⁷Movimento negro contemporâneo que está diretamente imbricado com a resistência negra pela estética.

citados, da condição da mulher negra nas décadas de 80-90, não atingiram grandes mudanças se comparados com a atual conjuntura social, mas na área educacional, de acordo com o último Dossiê da mulher negra de 2013, publicado pelo governo Federal em conjunto com o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), percebe que o percentual de mulheres negras que ingressam o nível superior está acima do percentual de homens negros, mas ainda assim, significamente abaixo de homens brancos e mulheres brancas. Essa informação quantitativa nos ajuda a compreender a movimentação das esferas intelectuais no âmbito da temática racial. Essa movimentação feminina, também traz a tona uma beleza negra que está se edificando através do empoderamento étnico, de nos enxergarmos nesses espaços uma nas outras, remodelando o que nos era dito como belo e fortalecendo a negritude.

Apesar das descrições explanadas soarem um tanto esparsas junto ao objetivo geral dessa dissertação, evidenciá-las é inserir a minha visão de pesquisadora, e demonstrar os espaços que contribuíram para minha formação e configuração do recorte específico desse trabalho.

1.5. Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB- UFU)

Adentrando por agora na conjuntura das movimentações de promoção da igualdade racial situadas na cidade de Uberlândia, podemos iniciar sobre o papel dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros. Os NEAB's são instâncias inseridas no contexto físico das instituições de ensino superior promovendo estudos no campo das relações raciais no Brasil e a promoção da igualdade racial. Falar desses núcleos é ressaltar a importância de estudos científicos no intuito de colaborar com as contribuições dos negros no contexto cultural brasileiro e seu papel ativo na sociedade, motivo pelo qual se faz respeitável à organização daqueles que contribuem com pesquisas voltadas a essa problemática. Em contraposição aos estudos eugênicos e com o papel de contribuir com estudos que positivam o papel do negro na sociedade, é criado nos anos de 1980-1990 o consórcio de Núcleos de estudos afro-brasileiros (NEAB's). A rede nacional dos NEAB's surge em parceria com a Associação Brasileira dos pesquisadores e pesquisadoras negros e negras (ABPN). O objetivo desses segmentos é identificar a presença, e colaborar com a produção acadêmica negra, vislumbrando a situação da

população negra e a inserção da temática racial no espaço universitário com tentativa de realçar a atuação dos negros no contexto social e o resgate às origens africanas, como já bem exemplifica junto à descrição das atividades do COPENE.

Conseguimos mensurar um total de, oitenta e dois (82) núcleos que debruçam suas vertentes de pesquisa, ensino e extensão acerca das relações étnico-raciais. Referente aos dados presente nas fontes de consulta, conseguimos analisar que todas as regiões do Brasil estão contempladas com a presença de um núcleo de estudos voltados para o pesquisador negro e com a pesquisa que contém extratos políticos, culturais e sociais que envolva a relação do individuo negro no contexto social.

É fundamental evidenciar a crescente desses departamentos no Brasil, e saber que todas as regiões estão consideradas no desenvolver desta temática. Conforme dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), comprehende-se que as regiões brasileiras com o maior número proporcional de negros na população são as regiões Nordeste e Norte, sendo a população de pardos mais comuns no Norte (com destaque para o Pará, com 69,5% de pardos), enquanto os pretos estão mais presentes nos estados da região Nordeste, principalmente na Bahia, onde 17,1% se autodeclararam pretos. O Estado de Santa Catarina é o que tem a mais baixa proporção de negros e pardos no Brasil, que, somados, são 11,7% da população. Mesmo com as discrepâncias de auto identificação de acordo com cada região do país, nota-se que o objetivo de propiciar estudos no contexto racial está presente em todas as áreas.

Os núcleos em questão possuem um papel de extrema importância dentro das instituições de nível superior. De acordo com as diretrizes curriculares Nacionais para a educação das relações etnicoraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, cabe de forma geral a tais departamentos medidas de fiscalização e imputação pedagógica. Há necessidade de articular com diferentes instâncias de ensino e segmentos sociais visando à formação na da temática racial, auxiliar na produção e identificação de fontes de conhecimentos africanos ou/e afro-brasileiros a serem veiculados nas redes de ensino, assim como mapear e divulgar os indicativos metodológicos para se trabalhar com a diversidade das relações etnicoraciais e as dúvidas e dificuldades no desenvolvimento de tal trabalho.

A função de um núcleo desse porte dentro das instituições de nível superior é suscitar o debate quanto às políticas públicas para a população afro-brasileira e indígena, além de levar a uma reflexão acerca das desigualdades postas em nossa sociedade para com determinados grupos étnicos. Deve-se ter uma preocupação em incentivar a criação de núcleos e laboratórios voltados para o trabalho junto às temáticas étnicas e acompanhar a implementação da lei 10.639/03 pelas atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Essas atribuições são realizadas em muitos dos núcleos apresentados, mas sabemos que a própria administração das instituições de nível superior reduz suas atuações por diversos motivos, ora falta de recurso, ora por negligência ou até mesmo disputas internas. As políticas afirmativas acontecem, mas os entraves no interior de cada instituição por vezes inviabilizam as funções de determinados departamentos.

Apesar de não ser caracterizado como função determinante de cada núcleo, pode-se dizer que positivar estudos sobre negros e apoiar tais pesquisadores, é tacitamente desenvolver uma construção da identidade em prol da afirmação de sua etnia. Já sabemos que o número de estudantes negros dentro de uma universidade pública é irrisório se comparado com o índice da população brasileira. (IBGE, 2010) Contar com esse segmento é suscitar discussões raciais em um espaço que, acostumado com a “brancura elitizada”, esquece-se desses conflitos iminentes, permitindo que debates desse porte sejam problematizados e uma aproximação ao contexto afirmativo do negro incida. Dessa forma, essa seria uma das vantagens de contar com núcleos que abordam tais temas, elaboram projetos junto à temática racial, propiciando uma realidade de certa forma consciente quanto a essas questões na universidade pública.

Contamos com um desses núcleos dentro do espaço da Universidade Federal de Uberlândia, localizado no campus Santa Mônica e sua extensão no campus do Pontal em Ituiutaba. O atual coordenador geral do NEAB é o professor Dr. Guimes Rodrigues Filho, atuante na área de química e professor efetivo de deferido campo na Universidade. Tal núcleo foi instituído no ano de 2006 tendo como mote principal o ensino, pesquisa e extensão dos estudos afro-brasileiros e políticas afirmativas a favor da população negra. A formação de tal núcleo, conforme relatado pelo coordenador do mesmo, se deu por abertura de uma linha de fomento, por parte do Ministério da

Educação (MEC). O MEC percebe que mesmo após instituição da lei federal 10.639 sancionada no ano de 2003, pouco se tinha feito para efetivá-la em todos os níveis de ensino. Nesse intento os professores e técnicos que já desenvolviam trabalhos relacionados à temática, se juntam para estruturar a elaboração de tal núcleo no espaço da UFU. Podemos citar o atual coordenador, professor Guimes Rodrigues Filho do instituto de química, o professor José Carlos Gomes da Silva, que era um dos professores titulares do atual instituto das ciências Sociais, alguns técnicos como Cristina Peron e Conceição Leal da Faculdade de Educação (FACED), um professor substituto da FACED na época, o professor Benjamim Xavier de Paula, dentre outros.

As atividades e projetos desenvolvidos pelo núcleo são variados, e atendem boa parte do público universitário. No âmbito do ensino-formação, o NEAB desenvolveu o I curso de formação inicial em história e cultura afro-brasileira e africana para os graduandos de licenciatura dos campi de Uberlândia e Pontal (Ituiutaba). O curso visava formar graduandos das diversas licenciaturas para o cumprimento da lei federal 10.639/03, que obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira nas redes de ensino básico. Como essa temática não é incorporada de forma efetiva na formação acadêmica e grades curriculares dos diversos cursos de licenciatura, se faz necessário o desenvolvimento desse projeto para aperfeiçoar tal público. A culminância dessa formação se deu na publicação de um livro, uma coletânea de artigos científicos relacionados à temática racial e à educação, redigidos pelos formadores. Outro projeto destinado aos graduandos foi o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). O objetivo do programa é fazer com que alunos da graduação, antes de sua formação acadêmica, possam ter contato com as escolas da rede básica de ensino, atuando como estagiários em tais instituições e participando de forma direta em propostas de intervenções pedagógicas. Os graduandos interessados concorrem a um edital destinado a um subprojeto, O caso do NEAB-UFU, o subprojeto é o de história e cultura africana e afro-brasileira, contribuindo para avanço da lei 10.639/03; recebem uma renumeração mensal de quatrocentos reais, para cumprir vinte horas semanais com desenvolvimentos de atividades pedagógicas nas escolas e em atividades de formação nas escolas.

No pilar da pesquisa, o NEAB- UFU oferece curso de pós-graduação *Latu Sensu* em história e cultura afro-brasileira e africana. Esse curso de especialização foi

destinado a docentes já atuantes na área da rede básica de ensino e graduados da rede de ensino superior. A proposta do curso era fundamentar discussões nos assuntos de gênero, raça e etnia; difundir os conhecimentos científicos africanos, promover o reconhecimento das contribuições dos negros na construção da cultura brasileira e desconstruir visões pejorativas das religiosidades de matrizes africanas. Ao término de cada curso também é elaborada uma coletânea de artigos correlatos, desenvolvida pelos formadores, para publicação em livro.

No contexto da extensão, é oferecido curso de formação continuada para professores da rede básica de educação, no intuito de aperfeiçoar saberes no que se remete à população negra e africana e contribuir com indicativos pedagógicos para se trabalharem com a lei federal 10.639/03. Foi oferecido um curso de educação à distância denominado “Educação para as relações étnico-raciais”. É voltado para a formação de professores da comunidade externa, para também subsidiar a efetivação da lei federal já citada. Outro projeto atuante junto ao NEAB-UFU é o projeto A Cor da Cultura, que capacita professores da rede pública de ensino em várias regiões do Brasil na tentativa de suscitar discussões e reflexões acerca do negro na sociedade brasileira, as tensões racistas postas nessa sociedade e seus desdobramentos no ambiente escolar. O projeto A Cor da Cultura é uma iniciativa educativa de valorização das culturas africanas e afro-brasileiras, possuindo uma metodologia dinâmica com audiovisual e jogos, diferente dos métodos convencionais (aula expositiva). O intuito do projeto é desencadear práticas positivas na temática afro, colaborando para o cumprimento da lei 10.639/03. O material abrange eixo de valores civilizatórios afro-brasileiros, segmentados em diferentes propostas que permitem discussões quanto à religiosidade, musicalidade, histórias africanas, ancestralidade, memórias, comunitarismo, etc. Além de todos esses elementos, contém vídeos com modelos de aulas ministradas em prol do cumprimento da lei em escolas do país, apontando possibilidades assertivas para desenvolvimento da temática afro.

O NEAB-UFU também promove anualmente seminários relacionados à temática racial, com inscrições de trabalhos abertas para todo o país, visando um debate benéfico sobre os desdobramentos desse contexto racial na sociedade e na educação, além de contribuir com a organização política do movimento negro local da cidade. Constata-se que, com a elaboração das atividades descritas, além de cumprir com as funções que lhe

são atribuídas junto à rede nacional de NEAB's, o núcleo também corrobora a construção da identidade de um grupo negro no espaço universitário e externo da cidade. Essas colocações nos fazem refletir sobre muitos aspectos do âmbito racial. Do ponto de vista da luta antirracista, não podemos desconsiderar a importância dessas discussões.

É importante situar minha participação no NEAB e sua influência direta na minha carreira acadêmica. Adentrei ao núcleo no inicio do curso de formação inicial em 2010, as mesmas aconteciam em sábados alternados no horário das 08h às 18h. Passávamos por uma formação que tangenciava o modelo de palestras, oficinas e minicursos de temáticas variadas focadas no eixo gênero, raça e etnia. Tivemos oportunidade de aprimorar conhecimentos de categorias como a saúde da população negra, mulher negra, racismo e religiosidade, construção da identidade negra, dentre outros motes. Toda essa assimilação foi me apresentada nesse curso, ali me enxerguei como negra, ali afirmei minha militância, discerni a necessidade de conscientizar outras pessoas negras e não negras sobre esse macro contexto racial. O curso teve duração de um ano e meio, foi o suficiente para entender que meu cabelo alisado não combinava mais com minhas ideias, com minhas então recentes, mas fortes convicções. Passei então pela transição capilar, momento em que o indivíduo deixa de utilizar intervenções químicas alterando a estrutura carbônica do fio e passa a enaltecer seu cabelo natural. Lembro que alguns colegas universitários questionavam se havia passado por algum constrangimento ou sido obrigada pelo núcleo a deixar de alisar os cabelos. Hoje consigo enxergar que esses questionamentos se davam por conta da imagem construída durante um tempo do núcleo de estudos afro-brasileiros, alguns universitários, mesmo sem conhecer já o preconizava radical. É interessante compreender que esse radicalismo remete a formação com um cunho provocador e militante, mas que na minha percepção me fez muito bem, pois, me fizeram perceber que a luta antirracista está além de um conteúdo programático, ela é nossa vivência, nosso cotidiano, ela está impressa em nosso corpo, nossos cabelos crespos, em nossa representação identitária. Devo acrescentar que outros/as cursistas que passaram pela mesma formação, também despertaram para importância da aceitação de seus traços para o contexto de luta por igualdade, afinal, não dá para lutar por igualdade racial odiando o que vê no espelho.

Pouco se tinha de discussão da temática racial no curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, e quando era abordado tais

assuntos, os mesmos se davam de forma mais técnica, desprendido de uma conscientização. Era nítido mensurar a diferença dos discursos se compararmos o curso de graduação com as formações do NEAB. Para nós alunos/as negros/as, ainda dados em minoria nesse espaço, ter um lugar de congruência e suporte, torna-se essencial e me deixava ainda mais deslumbrada em seguir essa trajetória profissional. Atualmente ainda faço parte do núcleo, atuei em todos os projetos ofertados por ele, assim como assumi a coordenação de assuntos estudantis por dois anos, coordenei alguns projetos de formação e especialização que acrescentaram muito na minha formação profissional e pessoal.

1.6. Fórum de Promoção da Igualdade Racial de Uberlândia (FOPIR)

O NEAB-UFU sempre atuou para além dos muros universitários, e devagar foi se inserindo e sendo eixo organizacional do movimento negro local. É conhecido e reconhecido pelo movimento negro externo que participa dos cursos e formação; possui cadeira no Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR); colabora com atividades de formação na educação básica municipal; efetiva demandas debatidas e discernidas no Fórum de Promoção da Igualdade Racial de Uberlândia (FOPIR).

Nessa conjuntura do movimento negro de Uberlândia, é importante dar destaque ao FOPIR. Esse fórum é aberto a toda sociedade civil e trabalha diretamente com as organizações negras municipais, colaboradores e governo. Desde a minha inserção nas reuniões realizadas periodicamente, consegui acompanhar vários desdobramentos, e eficazes ações que consolidaram demandas populacionais voltadas à comunidade negra. É importante saber que dessas reuniões e articulações, conseguimos instaurar no município o conselho municipal de promoção a igualdade racial; uma comissão municipal de promoção à igualdade racial na Ordem de Advogados do Brasil (OAB); havíamos articulado uma secretaria, mas nos foi cedido uma superintendência de promoção da igualdade racial (SUPIR), inicialmente foi instituída sem recurso para atuação, e hoje com muita persistência da militância possui uma verba destinada para formação e ações cidadãs. No montante dessas reuniões, conseguimos na conjuntura do Centro Municipal de Estudos e projetos educacionais Julieta Diniz (CEMEPE), alterar o mote das questões raciais. Antes elas eram desenvolvidas no Núcleo de Educação e Direitos Humanos (NEDH), e vendo a importância e extensão dessa temática dentro do

processo educacional, conseguimos a criação de um então independente núcleo de educação das relações etnicoraciais (NERER), essa aquisição necessitou de diálogo com a secretaria de educação municipal, um balanço do modo de cumprimento da lei 10.639/03 no município dentro dos departamentos educacionais da educação básica municipal, e com muito empenho e coerência da organização do movimento negro, foi deferido tal solicitação. Muitas demandas foram construídas e levantadas pelo FOPIR, algumas atendidas, outras ainda em análise e outras negadas, cabendo ao movimento negro resignificação, estratégia e mobilização para tais progressos. Gradativamente por obstinação do movimento negro Uberlandense conseguiu-se aprovar a lei de aplicação das cotas raciais nos serviços públicos municipais, impulsionou a criação de uma comissão de acompanhamento da lei de cotas raciais nas instituições de ensino superior; a instituição do 20 de novembro⁸ como feriado municipal, comemorações correlatas no dia 25 de julho⁹ no que tange pautas das mulheres negras, dentre outra ações que tramitam na câmara municipal com alguns aliados que atuam no poder e idealizações contínuas de acordo com o caminhar do cenário social.

Todas essas participações permitiram adensar minha militância em prol das pautas raciais e medir meu papel quanto mulher negra nesses espaços. Antes da minha inserção a todas essas questões sócio-políticas e compreensão do panorama nacional de organizações do movimento negro, foi possível mensurar a crescente figura da mulher negra liderando ações, tomando frente do movimento e delimitando espaços de direção. É indescritível analisar a ótica desses desdobramentos do movimento e conseguir mensurar em tempo real as mudanças rápidas e constantes dessas organizações, sua lógica de estratégia, resistência, mobilização e expertise que contribuíram e contribuem para visibilidade e avanços de pautas emergenciais da luta antirracista.

Essa configuração, formação e contato nacional, direcionam medidas e planejamentos regionais. Atualmente com um maior manejo da tecnologia, e expansão das redes sociais, atos antes organizados e publicizados só nas grandes capitais, tornam-se modelos e viabilizam ações correlatas em outras regiões que passam pelos mesmos

⁸ Data simbólica à morte do ícone Zumbi, menção ao dia da consciência negra.

⁹ Comemorado dia simbólico da morte de Tereza de Benguela, líder quilombola. Também instituído dia internacional da mulher negra Latino América e Caribenha.

problemas de opressão.

Percebe-se assim que o movimento mesmo com procedimentos de uma velha política, por vezes cooptados pelo poderio municipal, atualmente abre margem para uma nova roupagem política, mesclando os velhos modos com a nova estrutura da juventude negra, gradativamente alterando o modo de fazer política.

1.7. Coletiva feminista de mulheres negras Bonecas de Pixe

O cenário da Universidade Federal de Uberlândia pós-instauração das cotas raciais está mudando, a proporção e inserção de discentes negros/as aumentou, e esse novo rearranjo permite a concepção de novas mobilizações políticas. A coletiva feminista de mulheres negras Bonecas de Pixe foi uma dessas criações. Eu particularmente tenho uma grande estima em participar dessa construção, foi esse espaço que permitiu intensificar minhas visões de gênero e endossar a problemática racial. Compreender e desbravar teorias científicas que trabalhem com os dois eixos gênero e raça, só foi possível depois de mensurar pontos e vivências comuns entre nós mulheres negras.

A coletiva foi idealizada no início do primeiro semestre do ano de 2015, com o aumento de mulheres negras na universidade, algumas buscando um contato inicial junto ao NEAB, outras em palestras ou oficinas comuns a temática racial, a rápida fluidez e vínculos em redes sociais se deu naturalmente. Percebia em comentários e postagens nas redes sociais dessas mulheres negras universitárias um descontentamento com o movimento estudantil e feminista. A insatisfação se dava, por vezes, em não se sentirem contempladas em pautas ou compreendidas em situações específicas. Percebi que muitas queixas eram comuns e se tivéssemos momento de encontro pessoal para problematizar essas questões daria certo, afinal a demanda já existia. Assim construí um grupo fechado no facebook e adicionei as mulheres negras da cidade de Uberlândia, que faziam parte da universidade ou não. Fiz uma chamada informando o motivo da criação daquele grupo e em conjunto tiramos uma data melhor para nos reunirmos e consolidar um coletivo. Nossa primeira reunião foi na universidade, um momento importante, pois, foram estabelecidos os princípios dessa construção, como a necessidade de um espaço auto-organizado, intimista, onde nós mulheres negras conseguíssemos elencar nossa identidade coletiva e fomentar pautas específicas a nossa realidade regional; a importância de fazermos ponte de extensão com as mulheres negras não universitárias;

grupos de estudos com textos acadêmicos e conceitos específicos para compreensão do feminismo negro. A partir daí organizamos agendas periódicas com reuniões quinzenais na universidade e na outra quinzena em praças centrais de fácil acesso para todas outras mulheres negras que quisessem participar. Na nossa concepção a universidade é por vezes um espaço inibidor para aqueles que ali não estudam e tirar essa imagem e rigidez seria mais fácil em espaços descentralizados e comuns.

Uma das primeiras ações foi a participação na Marcha das Mulheres Negras Mineiras, já citado em capítulo específico. A marcha serviu como marco de consolidação da coletiva e a responsabilidade de levar adiante as pautas apreendidas e problematizá-las em diferentes espaços. Participamos de várias mesas e rodas de conversa sobre a temática gênero e raça, no âmbito das escolas de educação básica, na universidade e discussões junto a outros coletivos.

Por meio de edital do PROFIC – Programa de Formação e Incentivo à Cidadania, desenvolvido pela divisão de Assistência Estudantil (DIASE-UFU), concorremos com o projeto “Mulheres Negras em Cena” que foi aprovado e possibilitou realizarmos com parcerias a “I Semana da Mulher Negra¹⁰”. O evento foi idealizado para salientar a distinção das pautas no que tange o feminismo e um feminismo negro. Percebemos que por estarmos em um espaço universitário em que as diferentes áreas do saber são centradas em teorias eurocêntricas, é difícil falar de um feminismo negro com bases e pautas afrocentradas. Se no âmbito acadêmico ainda estamos distantes de sermos representadas, de trazer para cena as referências bibliográficas e protagonismos dessas mulheres negras intelectuais que escrevem e dialogam sobre essas vivências, em maioria acaba sendo um trabalho específico, onde nós estudantes negras, encaramos a responsabilidade de apresentar para comunidade acadêmica e externa essa invisibilidade. Percebemos que falar de um feminismo negro interseccional, é considerar nossas vivências e dar holofote a essas mulheres negras precursoras de nossas pautas.

No formato da semana proposta, organizamos no mês de novembro de 2015

10 Link com a matéria sobre a construção da semana : <https://sensoincomum.net/2015/11/23/mulheres-negras-se-reunem-para-discutir-questoes-feministas-e-de-identidade-etnica/>

entre os dias 26 e 28, o evento Mulheres Negras em Cena. No primeiro momento, dado em uma quinta-feira, no campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia, realizamos no horário das 19h, no anfiteatro 5OA a apresentação da coletiva para o público presente, e em seguida uma palestra com a Assistente Social Andreia Roseno Silva. A palestrante que atua na Marcha Nacional de Mulheres e colaborou com o mote da mesa de abertura sobre o Feminismo Negro interseccional. O evento contou com a participação de toda coletiva que organizou equipamentos, lista de inscritos, divulgação e toda estrutura organizacional. A palestra veio para endossar o contexto de que o feminismo negro é um processo imbricado com vivência e teorias, mensurou a nossa dificuldade em desconstruir dois moldes de opressão (machismo e racismo) e o quanto importante se faz tornar-se negra. O processo de construção identitária que perpassa pela dualidade de negação e aceitação, foi importante para entendermos o que está por trás do se afirmar negra, é muito mais político do que se pensa, é não se conformar com estereótipos e papéis sociais que muitas vezes estamos designadas.

Na sexta-feira dia 27 de novembro de 2015, como segundo momento, realizamos um cine debate com o filme “Cinderelas, Lobos e um príncipe encantado” (2008) dirigido por Joel Zito Araújo. O documentário aborda o turismo sexual e o tráfico de mulheres brasileiras, problematizando o perfil da mulata de exportação, a objetificação e hipersexualização da mulher negra. O filme é bem impactante e após sua exibição foi conduzido pela discente do programa de pós-graduação Maria Laura Pacheco o debate sobre a temática. Conseguimos com apoio da verba do Programa de Pesquisa, extensão e Educação Tutorial (PET) do curso de Geografia, oferecer aos participantes, refrigerante e pipoca; que propiciaram um debate caloroso quanto o contexto de gênero e raça.

No sábado e então último dia do evento, realizamos um espaço auto-organizado para trabalhar a autoestima da mulher negra com roda de conversa, seguida por um piquenique. Essa roda de conversa ocorreu no espaço do jambolão, área aberta de convivência dos alunos, na tentativa de revitalizá-lo e também por ser um modelo mais intimista de atividade. O objetivo era deixar as participantes mais à vontade para as falas, dúvidas e debates. Abordamos tema como: beleza; invisibilidade; solidão da mulher negra; aceitação da própria estética e de traços negróides; a influência da exclusão dos padrões de beleza na vida em sociedade, mercado de trabalho, relacionamentos interpessoais diversos. A tarde foi bem agradável e proveitosa, o mais

interessante era analisar quantas mulheres negras de diferentes cursos e faixa etárias, inclusive mães de alunas da universidade vieram participar e trocar vivências no que tange ser mulher negra. Após a roda de conversa organizamos uma oficina de turbantes enquanto símbolo de resistência e empoderamento, ressignificado enquanto símbolo estético. Ensinamos e aprendemos diversas amarrações; assim como a verba do projeto viabilizou compramos os tecidos e presentearmos cada mulher com um turbante. A intenção não era apenas ensinar a amarração e os penteados, mas valorizar a beleza negra, e estimular o uso do turbante tão simbólico para cultura negra.

Em parceria com duas discentes afro-americanas de intercâmbio do Programa Inglês Sem Fronteiras, conseguimos realizar grupos de estudos voltados a problematizar obras das autoras norte americanas, expoentes no processo de consolidação do movimento de mulheres negras. Outro projeto realizado em conjunto intitulado #ser mulher negra¹¹ foi uma espécie de campanha em que levávamos nos espaços de aglomeração negra, um quadro e pincel, abordávamos as mulheres negras e pedíamos para que escrevessem o que significava a elas ser mulher negra. O intuito do projeto era mensurar a visão de cada uma delas, ora remetiam o lado positivo, outra o negativo dessa condição de mulher negra na sociedade além de suscitar uma reflexão do seu papel social, em próxima etapa, com a volta de nossas parceiras para os Estados Unidos, foi idealizado que o mesmo projeto acontecesse por lá, na tentativa de estreitar laços entre as mulheres negras latino-americanas, demonstrando que nossas aflições e situações não se diferem tanto, mesmo com a distância territorial e diferença de linguagem. O projeto foi realizado nos espaços da Congada Uberlandense em outubro de 2015 e na Marcha Nacional das Mulheres Negras em Brasília 2015, tendo bastante visibilidade e adesão por parte das mulheres negras.

Após essas ações, a coletiva ganhou visibilidade na universidade e timidamente conseguimos também trazer mulheres negras da comunidade externa para participação e desenvolvimento de nossas propostas. Aumentou o número de convites para falas em diversos cursos, comumente conduzidas por outros coletivos universitários, eventos proposto junto ao NEAB e educação básica. Organizamos uma festa temática, intitulada “Quintal das pretas” no intuito de dar boas vindas as ingressantes negras cotistas e não

¹¹ Link com a matéria sobre a realização do projeto :
<http://revistablacklifebrasil.blogspot.com.br/2016/04/26-fotos-mostram-o-que-e-ser-mulher.html>

cotistas, apresentar a coletiva e convidá-las para participar dessa construção, e também arrecadar verba para mantermos um caixa da coletiva. Essa verba serviria como apoio em eventos específicos da temática racial, feminismo e correlatos, para termos mínimas condições de enviar representações nos eventos nacionais da temática. Também participamos de um projeto educomunicativo denominado AFROdite em parceria com o curso de jornalismo da universidade, grupo Crespas e Cacheadas e Equipe Odara Afro, com a proposta de afirmação da identidade da mulher negra e valorização da sua beleza e cultura. Foi lançada uma revista eletrônica¹² para consolidar a parceria e visibilizar nossas ações e pautas.

Participar e construir coletivamente nesses diversos espaços possibilitou uma expansão de conhecimento, uma compreensão maior da minha condição de mulher negra, uma visão crítica da conjuntura acadêmica, a valorização da vivência e a necessidade de direcionamentos que efetivem uma mudança social, intelectual e emancipatória. Entender-me mulher negra acadêmica e militante faz com que assuma a responsabilidade de contribuir com uma mudança significativa no espaço universitário. É problematizar teorias, áreas e ações para que as gerações futuras de mulheres negras que adentrem nesse espaço de poder, possam se enxergar, evidenciar suas histórias, aprimorar nossos avanços, adensar nossas propostas, significativamente alterar nossa realidade. Demonstrar as ações e histórias dessas mulheres negras do passado, é afirmar que o legado posto por elas não será em vão. Dar visibilidade a todas essas ações é trazer a tona o papel fundamental já trilhado por nossas precursoras.

2. Marginalização da participação das mulheres negras na história.

Quando pensamos em lutas sociais negras, sabemos que os movimentos negros sempre foram atuantes, desenvolvendo e articulando processos de melhoria para seus

12 Revista eletrônica do projeto AFROdite : https://issuu.com/afroditeprojeto/docs/combinepdf_1_1

pares. No entanto, assim como acontece na maioria dos processos históricos de luta social, as figuras de liderança dos movimentos comumente estão vinculadas à imagem masculina. Parece que mesmo nos movimentos negros o cerne da luta ainda é pautado em um contexto que secundariza a história e ações das mulheres negras. Em comparativo com o cenário político antirracista americano conseguimos vislumbrar que no Brasil esse processo não foi diferente, se avaliarmos os grandes marcos de movimentos organizados em prol da igualdade racial, as mulheres negras, principalmente na memória histórica, foram inseridas enquanto suplementares.

Sabemos que antes mesmo da consolidação de um movimento negro propriamente dito, apontamentos históricos demonstram que já havia organizações negras de várias instâncias e representações. No Brasil, durante o século XIX, as contendas que se referem aos conflitos quilombolas, ações abolicionistas e até mesmo agregações religiosas já circunscreviam o descontentamento do negro pela sua situação desfavorável.

Um marco importante na repercussão da luta antirracista em específico no Brasil colonial está vinculado na figura lendária de Zumbi dos Palmares. É considerado um dos grandes símbolos de resistência negra brasileira. Foi um dos líderes do Quilombo dos Palmares, hoje situado no Estado de Alagoas no município da União dos Palmares-na da Serra da Barriga. O quilombo de Palmares era uma comunidade formada por escravos que escaparam da violência das fazendas, senzalas e prisões da época. Por meados de 1678, o quilombo continha uma população com média de trinta mil pessoas, então lideradas por Ganga Zumba. Após anos de conflitos entre a ordem vigente, a Coroa Portuguesa propõe um acordo de paz, dando a liberdade a todos do quilombo desde que se submetessem as autoridades portuguesas. Ganga Zumba aceita tal acordo, e Zumbi dos Palmares, não concordando com o tratado, desafia sua liderança, prometendo continuar a resistência contra a opressão Portuguesa, tornando-se assim o novo líder do quilombo de Palmares. A história de Zumbi e seu legado e bem difundida no Brasil e nas redes de ensino da educação básica. O ensino fundamental, em sua grande parte, é bem familiarizado com a data de homenagem a sua morte, 20 de novembro, então deflagrado dia da consciência negra. O que poucos sabem é sobre a atuação e liderança feminina existente também nesse período colonial. Tereza de Benguela, apesar de sua história ser pouco conhecida, é um símbolo de liderança, força

e luta pela liberdade. Liderou o Quilombo de Quariterê/ MS com, mais de 100 pessoas, por mais de 20 anos e afrontou bravamente a Coroa Portuguesa, até meados da década de 1770, após ser capturada por soldados, e morta. Em 1992 no I Encontro de Mulheres Afro-Latinas-Americanas e Afro-caribenhais, foi instituído o dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha na data de 25 de julho, comemoração em prol do reconhecimento e resistência da mulher negra contra a opressão de gênero e raça. No Brasil, essa data foi oficialmente reconhecida em 2014 com a Lei nº 12.987, estabelecendo o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, comemorado, anualmente também em 25 de julho.

Ao adentrar o século XX, em específico a partir de 1930, com a condição do trabalho assalariado de um capitalismo excludente, as lutas sociais negras passam a ser fomentadas e ouvidas nas cidades brasileiras que se tornam o lócus do contexto urbano e das dinâmicas segregacionistas e reivindicatórias. Clubes, associações, jornais, grêmios; já exerciam por meio dessas unidades ações comunitárias e sociais no intuito de visibilizar suas pautas antirracistas. Todas essas ações continham em seu âmago agenciamento de homens e mulheres.

Em momento de maior maturidade, as organizações negras se transformaram em um movimento social mais consolidado, em destaque na década de 30 podemos citar a Frente Negra Brasileira. É bom assinalar o que entendemos por movimento social, em específico movimento negro. Conforme aponta a autora Ilse Scherer-Warren (1987), podemos classificar o movimento social como: “um grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social” SCHERER-WARREN (1987 p. 55). A definição de movimento social posta pela autora é bem fluída, e por esse motivo acredito representar bem a conjuntura do movimento social negro. Por mais que tenha reivindicações específicas, entende-se que muitas pautas não atingem, ou não alcançam todos, percebe-se uma dificuldade de compreensão de toda estrutura política que circunscreve o movimento e de cada indivíduo que compõe o movimento. Mesmo nessas definições, podemos entender que a pauta central do movimento negro ainda é única, sempre tange na luta contra a discriminação racial e de situações provenientes dessa esfera.

A Frente Negra Brasileira (FNB) foi uma dessas lutas sociais negras, importante no contexto de reivindicação política no século XX. O movimento oriundo da cidade de São Paulo trazia em seu cunho político a inserção do negro em espaços de inclusão, como o mercado de trabalho. No processo de industrialização, o negro era preterido em relação ao imigrante europeu, aumentando ainda mais o quadro de desigualdade. A meta do movimento era mobilizar os negros para alteração desse quadro, integrando-os na sociedade, inserindo-os na ordem vigente e combatendo a discriminação latente. (SILVA, 2013)

A pauta reivindicatória da FNB tocava nas deficiências do capitalismo em relação ao negro. Atualmente é entendida por muitos como uma política integracionista. Propunham uma transformação dentro da própria ordem vigente, sem questionar métodos euro-ocidentais da sociedade, responsáveis por imputar ao negro um papel subserviente. O modo de conduta do movimento não permitia a reflexão a respeito uma identidade negra, mas não podemos negar que sua ação contribuiu para vislumbrar inúmeros problemas da população negra, evidenciando a dificuldade de aceitação em espaços como cinema, teatro, etc. A FNB manteve-se até o ano de 1937, tornando-se ilegal no período getulista, mas ainda assim, mesmo na clandestinidade, continuava sua mobilização em prol da luta de direitos da população negra. (SILVA, 2013)

Quando analisamos o enredo histórico, sempre identificamos nomes dos principais fundadores, líderes e dirigentes masculinos como: Arlindo Veiga dos Santos, José Correia Leite, Jaime Aguilar, Gervásio de Moraes, entre outros. Sabe-se que a FNB foi uma das entidades negras mais importantes do país, com comissões espalhadas em vários estados do Brasil (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia), chegando a mobilizar cerca de 20 mil associados (Domingues, 2007). O que habitualmente não permanece na memória histórica é a participação feminina nesses movimentos. Em declaração cedida pelo antigo ativista Francisco Lucrécio, o mesmo afirma que, as mulheres negras não apresentavam apenas importância simbólica no movimento, elas “eram mais assíduas na luta em favor do negro, de forma que na Frente [Negra] a maior parte eram mulheres. Era um contingente muito grande, eram elas que faziam todo movimento” (Domingues, 2007).

Conforme já indica o trabalho de pesquisa de Petrônio Domingues (2007), compete ponderar que as mulheres tinham diversas e relevantes funções na FNB.

Mesmo que em funções já designadas com fundamento no estereótipo do feminino, realizavam trabalhos importantes para manutenção e permanência da FNB. Na comissão paulista atuavam com duas frentes, A Cruzada Feminina que tinha como princípio mobilizações de mulheres negras para trabalhos de assistência social, e a frente Feminina, nomeada as Rosas Negras, onde organizavam bailes, festivais e ações recreativas.

A primeira frente, a Cruzada Feminina, tinha como atribuições a pertinácia em trabalhos de auxílio e orçamento para material escolar; organizar a biografia dos fundadores da FNB para galerias históricas dos antepassados heróicos; aumentar o número de assinantes do periódico do partido, chamado *A voz da Raça* (falaremos adiante). Em atividades que fortalecem o campo educacional e cultural, destacam-se Jersen de Paula Barbosa como a chefe, Francisca de Andrade a sub-chefe, Celina Veiga a secretária e Aracy de Oliveira, a tesoureira. Além delas, cerca de dezoito mulheres denominadas frentenegrinas efetivavam os trabalhos dessas comissões. A Cruzada Feminina organizava várias campanhas de arrecadação orçamentária, por intermédio de rifas com prêmios custeados pelos próprios associados. Esse orçamento era destinando para melhora de infraestrutura e permanência de alunos nos cursos diurnos e noturnos das escolas carentes da época. Algumas assumiam papel de oradora nas comemorações voltadas às homenagens dos membros já falecidos. Destaques para Silvia de Oliveira, Sebastiana Vieira e a mais prestigiada das oradoras Benedita Costa Paranhos. Em junção com os clubes recreativos, e festividades celebradas em 13 de maio, organizaram-se concurso de beleza, tendo em vista a valorização da beleza negra. Desses concursos temos nomes de suas vencedoras como: Zeferina Apolinário, Sebastiana Lima e Saara Rodrigues.

A segunda frente de agrupamento feminino do movimento foram *As Rosas Negras*, eram mulheres que ostentavam a vestimenta branca, usavam luvas e no peito usavam uma rosa preta. Esse grupo era presidido por Benedita Costa que tinha como função preparar os saraus e festas de cunho literário e dançante. Esses eventos se diferem dos antigos “Bailes Blacks”. Na proposta da FNB, esses bailes serviam como momentos de descontração e coesão do movimento, assim como uma chamada para os festivais que para além do entretenimento, tinham atuações de formação política. (Domingues, 2007)

Outra ação de notoriedade idealizada pela FNB foi a organização de uma imprensa informativa, destinada para população negra. Assim criou-se um órgão oficial responsável pela divulgação das ideias da entidade, na publicação de um jornal alcunhado de *A Voz da Raça*. Com aproximadamente 5.000 exemplares, o jornal mantinha-se com recursos dos anunciantes e da própria entidade; ganhou grande força na divulgação das pautas políticas e estratégicas do partido. Suas manchetes chegaram a ter repercussão nos Estados Unidos e no continente Africano junto aos países de língua portuguesa. Uma crítica pertinente pós-análise de dados da pesquisa é entender que o jornal deu pouca brecha para participação das mulheres em seu editorial, e quanto esse processo acontecia, nota-se que as chamadas ainda designavam a concepção feminina da época, ou seja, dicas de moda e beleza, de culinária, de procedimentos domésticos, além de notas de bons comportamentos enquanto esposas dona de casa e mãe. Em evidência nessas colunas temos a Noemia de Campos e Celina Veiga. Essa última, em exceção da regra, encorajava as mulheres negras a competir com as mulheres brancas. Em um dos trechos do jornal temos o seguinte discurso:

A mulher negra precisa hoje em dia enfrentar a mulher branca; para isso, temos as armas necessárias de combate, são as seguintes: tenhamos moralidade, amor aos nossos negrinhos; fazendo-lhes ver os deveres para com a Pátria; ilustrando a inteligência e o aperfeiçoamento das artes e ofícios, para as quais sentimos vocação, e, principalmente, concorrendo em tudo e por tudo com a mulher branca, pondo a nossa inteligência, o nosso preparo, a nossa atividade e o nosso patriotismo (*A Voz da Raça*, 11/05/1935:2).

Outras frentenegrinas também publicaram alguns contos no jornal, mas, tal como nos artigos, ainda não se atentava para as questões específicas das mulheres negras, as notas estavam mais relacionadas a conjuntura histórica do período.

Em 1944 surge outro movimento com bases na FNB, denominado Teatro Experimental do Negro (TEN). Além do seu caráter político, possuía caráter educativo na formação das comunidades afro-brasileiras e, em seu âmago, a valorização da beleza negra. Trazia em sua pauta a importância do resgate da identidade africana. O intuito era fazer com que a imagem do negro fosse desvinculada da depreciação, do imperfeito. O TEN foi fundado pelo também ícone masculino, Abdias Nascimento, que buscava estimular na população negra sua identidade, a aceitação de sua imagem por tanto

tempo negada, oprimida e desconstruída por um padrão europeu instituído. Acoplou ao projeto político do TEN também uma vertente artística.

Para além da inserção do negro na sociedade, acreditava que com essa formação política, educativa e artística a população negra conseguiria uma ascensão não só econômica, mas social, política e cultural de sua condição. Promovia em seu projeto peças teatrais onde os artistas negros eram destaque, enfrentavam papéis de protagonistas e evitavam participações apenas em papéis de subordinados como a doméstica, a mãe preta cozinheira, o bêbado ou o moleque de recados. O TEN também contava com a promoção de concursos de beleza como Rainha das Mulatas e Boneca de Pixie, em que a evidência era os contornos estéticos afro-brasileiros, destinados às mulheres de cor negra. Muitas críticas podem surgir por conta na nomenclatura pejorativa de tais concursos. Em nosso contexto atual soa jocosa a inserção de tais terminologias, mas naquela época era a forma de se ter visibilidade e enfatizar a presença negra em tais espaços. A essência do Teatro Experimental do Negro era trazer à tona a afirmação da identidade negra.

Como na problematização dos outros marcos históricos sobre a questão racial e combate ao racismo, o TEN também sintetiza suas ações na figura masculina de Abdias do Nascimento, pouco da história dá destaque as contribuições e feitos femininos no bojo desse movimento. Apenas para que não esqueçamos e consigamos exercitar a necessidade de nomear as lutas das mulheres negras é importante situar que: Arinda Serafim, Elza de Souza, Marina Gonçalves, Ruth de Souza, Ilena Teixeira, Neusa Paladino, Maria d'Aparecida, Mercedes Baptista e Agostinha Reis estão entre as mulheres que participaram desde os primeiros momentos do TEN. Tantas mulheres negras e cada uma com sua história, singular e invisibilizada. Muitas delas eram empregadas domésticas, e lideravam a defesa de seus direitos. A advogada Guiomar Ferreira de Mattos atuava intensamente nessa causa. Duas organizações de mulheres negras fizeram parte do TEN: a Associação das Empregadas Domésticas e o Conselho Nacional de Mulheres Negras.

A Associação das Empregadas Domésticas foi dirigida pela jornalista Maria Nascimento, também presidenta do Conselho Nacional de Mulheres Negras, estabelecia a regulamentação e a decência do trabalho doméstico. Constantemente inferiorizadas,

essa mulheres negras ainda lutavam pela abolição de preconceitos, notando com a associação de empregadas domésticas junto ao Conselho, uma oportunidade de questionar as condições dos trabalhos que lhe eram conferidos, era um momento de fortalecimento da mulher negra em ações de si para si, conseguindo protagonizar sua luta. A defesa de direitos das empregadas domésticas, profissão exercida em sua maioria por mulheres negras, contou com grande contribuição da ativista Laudelina de Campos Mello. Pequenas reivindicações foram contempladas na década de 70, o que gerou certo apoquento junto às patroas da época. Em uma analogia assimétrica, mas coerente, percebe-se que a PEC das domésticas, mais recente em nossas memórias, foi sucessora das idealizações da associação de empregadas domésticas da década de 40, e só foi efetivamente regulamentada com a lei complementar nº 150/2015, equiparando o trabalho doméstico e suas condições de assegurade profissional como qualquer outro. Esse cenário já revela que a luta em prol das melhorias de condição e trabalho, em maioria, efetuados ainda por mulheres negras só atinge seu propósito neste século.

Outra notória mulher negra, que contribuiu efetivamente para que as ações do TEN se mantivessem, foi Maria de Lurdes Nascimento, então primeira esposa de Abdias Nascimento. Talvez devido à imponência do papel de Abdias Nascimento junto ao movimento negro brasileiro, a história dessa mulher negra tenha sido perdida e pouco publicizada na história. Se a narrativa do negro no Brasil já é deturpada e relativamente recente, em relação às mulheres negras essa lacuna é ainda maior. Para que a contribuição dessas mulheres negras não caia no esquecimento, cabe ressaltar os feitos de Maria de Lurdes Nascimento.

Mulher negra, assistente social de formação, fundou o Jornal Quilombo, e fora uma das principais colunistas do mesmo. Diferente da imprensa da FNB – *A voz da Raça* – o jornal *Quilombo* publicado pelo TEN (1948- 1951), atingiu uma ruptura com o estereótipo feminino. Maria de Lurdes Nascimento, através da coluna intitulada “*Fala Mulher*”, promovia debates políticos no que tange uma conscientização das desigualdades raciais e de gênero. Sua coluna era destinada ao labor político das mulheres negras, e mesmo naquele período, já despertava ideias inovadoras, conscientizando e estimulando a importância da mulher negra na vida política:

Se nós mulheres negras do Brasil, estamos mesmo preparadas para usufruir os benefícios da civilização e da cultura, se quisermos de fato

alcançar um padrão de vida compatível com a dignidade da nossa condição de seres humanos, precisamos sem mais tardança fazer política.(...) Precisamos constituir um exército de eleitoras pesando na balança das urnas, usar o máximo as franquias democráticas que nos asseguram o direito que é também o sagrado dever cívico de votar e sermos votadas para qualquer pleito eletivo nas próximas eleições de 3 de outubro. (Jornal Quilombo. Ano II. N. 6, Rio de Janeiro. 1950).

Também atuante na frente do I Congresso do Negro Brasileiro de 1950, em sua fala fez defesa a necessidade de análises sociais atentando aos problemas de prostituição e direitos das empregadas domésticas.

Preconizamos que mesmo com os avanços obtidos nesse período, no que se refere à imprensa e funções de comando nas organizações, as mulheres negras ainda são assistidas pelos homens do movimento, e por vezes aqueles que contam a história, inserindo-as como simples apoiadoras dentro das atividades ditas secundárias. Conseguimos confirmar que normalmente não se tem uma preocupação em abordar a presença das mulheres negras nestes processos de marco histórico para o movimento negro. Para os desavisados, a impressão é que esses momentos só eram elaborados por homens e que apenas eles mereciam destaque e papéis relevantes na consolidação de uma luta social negra. As pesquisas do ramo, por vezes, contribuem com esse imaginário e não fazem jus à participação das mulheres nessas organizações.

A história da mulher negra no Brasil ainda não foi devidamente narrada, trata-se de uma lacuna que precisa ser contemplada. Esses comparativos dos diversos marcos dos movimentos negros são algumas notas da participação das mulheres negras no processo de fazer a história.

Palco dessas lutas, o continente americano desde os tempos da escravização negra, também figura-se como um laboratório desta cultura política negra. Como muitas das suas organizações e conquistas são recomendadas e tema de influência no Brasil é importante também correlacionarmos que o contexto estadunidense no que se refere à luta negra, por vezes, diminui o papel das mulheres negras.

Na onda norte americana que trouxa a tona junto aos anos 60 o mote “Black is Beautiful”, percebemos nitidamente que o movimento centralizava a valorização da estética negra. A conotação política do movimento conseguiu acender um orgulho negro no que se refere à beleza física, com sua forma peculiar de pentear os cabelos e da vestimenta própria. O então configurado Partido dos Panteras Negras - *Black Panther Party* -, contribuiu enfaticamente com a questão da beleza negra, e conseguiu avançar também quanto à promulgação do orgulho negro junto a políticas de defesa da população afro estadunidense. Com sua forma enigmática, realizaram ações para melhoria da comunidade negra e vários discursos enfatizando o estético; em especial falavam da forma de os negros pentearem seus cabelos. Para esse movimento os cabelos dos negros deveriam permanecer em sua estética afro, natural, como forma de oposição política à cultura dominante dos brancos.

No entanto, a condição feminina neste movimento, mesmo compondo uma maioria de 70% no total dos militantes, era de invisibilidade política, no sentido do reconhecimento de suas prioridades. Todas as posições dirigentes eram ocupadas por homens. Isto não é pequeno, porque ilustra os diferentes papéis que homens e mulheres atuavam. Aparentemente, muitas mulheres eram designadas a papéis de secretariado, administrativos, auxílio em creches comunitárias e outros tradicionais, enquanto os homens eram encorajados a desenvolver as ideias políticas, e qualidades de orador e liderança. Também alguns “irmãos” de luta se queixavam de que não concebiam receber ordens de uma mulher. Em outros casos, se desvendou que mulheres que se negavam a ter relações afetivas e sexuais com membros do partido, eram acusadas de serem contrarrevolucionárias conforme aponta artigo de Adrian Wood & Nutan Rajguru (2008)¹³.

Ao longo da entrevista de Ericka Huggins, antiga militante de tal movimento, professora universitária e socióloga, concedida para revista *Brasil de Fato*¹⁴ no ano de

13 Artigo completo no link: <<http://www.lsr-cit.org/anti-racismo/37-anti-racismo/440-o-partido-dos-panteras-negras-pela-auto-defesa>>

14 Entrevista concedida para a revista online de Guararema/SP, durante passagem pela Escola Nacional Florestan Fernandes, ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Link para acesso a revista online e a entrevista na íntegra.
<<http://antigo.brasildefato.com.br/node/26147#.UkzHjpvf8aI.facebook>>

2013, lê-se em várias passagens as dificuldades, em especial das mulheres, dentro do Panther Party. Em pergunta destinada a compreensão do papel das mulheres no movimento e a forma possível de igualar seus direitos dentro do partido, Ericka afirmou que:

Nós tínhamos aulas de formação política e conversávamos sobre o assunto. Falávamos com frequência sobre poder em nossas relações íntimas, em nossos trabalhos e em nossas aulas de formação política. E as coisas mudaram. Mas isso não significa que todos mudaram no interior de seus corações. Porque tínhamos 18 anos e ainda havia alguns que tinham ideias atrasadas. Toda vez que havia algo sexista surgindo nós apontávamos. “Você não pode tocar no meu corpo sem a minha permissão”, “sabe, você não pode me chamar de tal jeito”, “não, eu não quero dormir com você”, “vivemos coletivamente, mas não dormimos coletivamente”. Eram coisas simples, que aconteciam no dia a dia. Pensávamos que veríamos um novo mundo durante nossas vidas, e não queríamos trazer o velho mundo para o novo. (Ericka Huggins, Brasil de Fato, 2013).

Desse modo conseguimos vislumbrar que mesmo com propostas políticas voltadas para amenizar as diferenças raciais, inserir a comunidade afro estadunidense em contextos de igualdade, a mulher ainda travava uma luta dupla, firmava sua posição e papel de mulher evidenciando o incômodo de situações incoerentes, na tentativa de mudança dessa condição.

A invisibilidade feminina afro-americana se estende para outros movimentos negros históricos, como por exemplo, as lutas emblemáticas travadas por Martin Luther King e Malcolm X. Ambos ativistas políticos na luta por direitos civis da população negra estadunidense, divergindo apenas na forma de encarar as demandas políticas. Enquanto Martin Luther King confiava em uma oposição pacífica para enfrentamento do racismo, Malcolm X defendia a segregação racial, junto com elementos estruturais de independência econômica e Estados autônomos para os negros, difundia suas ideias no intuito de defender a libertação do negros/as.

Luther King iniciou sua atuação em meados dos anos 50 após a contenda de 1955 junto a Rosa Parks, mulher negra que se negou a ceder seu lugar para uma mulher branca em um ônibus separatista. Novas lideranças negras surgiram nesse período

organizando o grande boicote as empresas de transporte de Montgomery, contestando contra a prática segregacionista ainda existente. Conseguiram após a organização, aprovação e proibição da discriminação racial em transportes públicos. No bojo de todo esse período King ganha destaque em sua trajetória política e avanços gradativos na integração e inserção de leis de direitos civis básicos e de direitos eleitorais para população negra. Sua luta era em prol ao fim da segregação e discriminação racial.

Malcolm X também ganha notoriedade nos anos 60, e sua prática política de início recusa uma integração do negro à sociedade branca. Defendia o separatismo e afirmava que a violência era um recurso de autoproteção em defesa do autoritarismo vigente. Ganhou destaque e vários seguidores por ser um bom orador. Praticante do Islamismo fomentava e liderava suas ações junto a Nação Islã, organização religiosa que já existia desde a década 10, mas só ganhou visibilidade a partir dos anos 50. A seita tinha como princípio a supremacia negra. Pós-peregrinação do líder Malcon X à cidade de Meca, seu retorno aos Estados Unidos é marcado por uma ideologia mais conciliadora quanto à convivência com os brancos. Foi um dos principais inspiradores para os movimentos dos anos 70 como “Black Power” e “Panteras Negras”.

Não é novidade evidenciar que ambos foram assassinados no final da década de 60, supostamente por defensores da oposição de suas atuações. O que cabe avaliarmos e que pouco ou nada é dito, é sobre o papel de suas mulheres. Poucos sabem, mas essas mulheres, pós-assassinato de seus maridos, continuaram seu legado e compromisso em prol dos direitos civis dos negros/as. Malcon X era casado com Betty Shabazz, também conhecida como Betty X, com dificuldades na época, ainda mais sendo mãe solteira de seis meninas, se fez educadora universitária e ainda influente na defesa dos direitos civis para negros/as. Uma de suas filhas, pós sua morte, também deu continuidade ao trabalho dos pais seguindo na luta por direitos e justiça social. Em entrevista concedida para revista *Carta Capital*¹⁵, Malak Shabazz assevera seu feminismo ao dizer ao entrevistador quando perguntado de seu pai:

Ser filha de Malcolm X é fácil. Difícil foi ser filha de Betty Shabazz, com outras seis irmãs, pobres, no Harlem. (...) As pessoas falam de meu pai, mas esquecem de Betty. Ela criou seis filhas sozinha.

¹⁵Link para acesso a revista online e a entrevista na íntegra.
<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-filha-de-betty>

Estudou, fez doutorado. Organizou a luta pelos direitos, foi intensa ativista. E ela nos protegeu. Só nos demos conta do ódio que havia lá fora quando fomos à universidade. (Carta Capital, Malak Shabazz)

Correta King, então mulher de Martin Luther King, foi escritora e ativista dos direitos iguais dos negros e das mulheres nos Estados Unidos e mãe de quatro filhos (dois homens e duas mulheres). Após a morte de seu marido, fundou um Centro de auxílio à promoção da igualdade racial, nomeado Centro King. Betty e Coretta iniciaram uma amizade bem-sucedida e apesar da rivalidade de seus maridos seguiram firme na continuidade de suas lutas firmando-se mulheres independentes e ativistas.

É conveniente pensarmos que na conjuntura brasileira, esses ícones masculinos são recomendados e promovidos nos estudos e formações políticas de um movimento negro brasileiro. No Brasil, mesmo que minimamente, se sabe do feito desses homens e de suas ações políticas. O que devemos advertir é porque não foi na mesma proporção difundida o feito de suas mulheres. Desse modo, calculamos que a marginalização de uma ação feminina existe, e problematizar essa invisibilidade histórica é importante para compreendermos o todo masculinizado posto nos movimentos sociais.

A intenção nessa dissertação em trazer a tona essas formulações e contradições do movimento negro, não é um processo de cisão puramente simples. É evidenciar que a mulher negra sofre uma dupla opressão por ser mulher e negra e cabe problematizar a importância de atualmente emergir com frequência movimentos auto-organizados¹⁶ de mulheres negras. Foram tidas como secundárias tanto na atuação do movimento negro, quanto no movimento feminista geral, que não nos contemplava em nossa especificidade. A intenção dessas demonstrações não são dadas puramente por disputa de espaço dentro da contenda binária homem-mulher, mas contribuir com a visibilidade feminina nesses períodos históricos de efervescência negra. Sabemos da incipienteza dos estudos que se debruçam a esmiuçar o papel das mulheres na ciência, principalmente das mulheres negras. Se atualmente vislumbramos uma relativa mudança nesse cenário,

16 Movimentos auto-organizados aqui entendido como espaços de construção política em que os membros do grupo são protagonistas de suas bandeiras e pautas. No caso movimento de mulheres negras, o grupo de discussão será formado apenas por participantes mulheres e negras.

isso se deve a geração de mulheres que assumem as narrativas históricas e questionam a centralidade masculina dessas ações.

Nesse capítulo apresentamos o processo de engajamento e visibilidade das mulheres negras no exercício dos movimentos negros, e constatar que essa lacuna histórica não é um problema apenas no Brasil. A história marginaliza a participação das mulheres e naturalmente fomenta as discussões sobre qual movimento social poderia aglutinar todas as especificidades e assim representar as mulheres negras. Obviamente que quando esse debate cresce, e uma parcial cisão se faz necessária, surge críticas originárias do próprio movimento negro que acredita que as pautas das mulheres negras também fazem parte da agenda do movimento negro em geral. O movimento negro compreendia que o racismo atingia na mesma medida homens e mulheres negras, entretanto, a situação das mulheres negras na sociedade possuía conflitos ainda maiores, e por vezes, não debatidos. (Domingues, 2009)

Contudo, o movimento de mulheres negras ganham força e gradativamente afirmam seu espaço no cenário político, evidenciando suas agendas particulares, protagonizando seus interesses e delimitando a necessidade de serem respeitadas nesse panorama. (Roland, 2000). Nossos argumentos são no sentido de evidenciar a superação dessa condição marginal das mulheres negras e problematizarmos o surgimento de um feminismo negro. Acreditamos que a tomada de consciência da mulher negra favorece a compreensão da sua condição social e isso repercute no cenário social, político e cultural.

2.1. Motivos para demarcar um movimento feminista negro.

As origens do feminismo ocidental datam do final do século XIX e início do século XX, com as crescentes transformações geradas pela industrialização. Nesse momento, ocorre significativas mudanças nos setores econômicos, políticos e culturais da sociedade, o movimento feminista surge como luta das mulheres a favor dos direitos negados.

O novo movimento social que reivindica a inserção das mulheres na conjuntura política e social, ganha expressão no cenário mundial, sobretudo com as lutas das

sufragistas¹⁷, que atacam diretamente padrões sociais patriarcalistas. Nesse mesmo período no Brasil, as mulheres negras, muitas libertas, participavam de diversas associações, lideravam e organizavam os quilombos, fundavam o candomblé no recôncavo Baiano, em destaque podemos mencionar Tia Ciata, mãe de Santo Brasileira e considerada por muitos enquanto animadora da cultura negra no contexto cultural das favelas cariocas, uma figura influente para o surgimento do samba, como cita (Domingues, 2009) e outros autores como (Prandi, 1996).

No entanto é o feminismo ocidental que ganha adeptas no Brasil na década de 1960, período em que as organizações de mulheres ganham notoriedade e apontam transformações nas vidas das mulheres em geral. Com o protagonismo e reivindicações de muitas mulheres, na tentativa de alterar a lógica machista que as enquadravam enquanto subalternas, conseguiram contestar sobre as discriminações sofridas nos vários segmentos sociais no qual estão inseridas.

Sabe-se que o incômodo quanto às desigualdades de gênero, e consequentemente organização de mulheres identificando seus problemas sociais, já ocorria antes desse período específico. Por conta da repressão do período ditatorial (1964-1985), muito dos movimentos sociais se dissiparam e atenuaram suas ações para se reorganizarem mais adiante, de uma forma mais precisa.

Nesse período o movimento negro consegue se reorganizar e reaparece no cenário político nacional. Esse retorno se fortaleceu para lutar contra as violências raciais que acometeram todo país durante o regime militar. Nessa conjuntura, ativistas negros do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR/1978), reestruturam seu quadro participativo e em assembleia geral, inserem a palavra “negro” para visibilizar suas ações. Assim, em 1979, o rearranjo político fica nomeado como Movimento Negro Unificado (MNU).

Nos anos 80 o movimento feminista torna-se um dos mais respeitados no mundo, onde a maioria das suas exigências são atendidas e conduzidas para formulação

¹⁷ Movimento de mulheres realizado por meados do século XIX para garantir às mulheres da Inglaterra e dos Estados Unidos, especificamente, o direito de votar em eleições políticas.

da constituição de 1988. Essas medidas alteraram o quadro jurídico das mulheres, fazendo reconhecer que questões do âmbito privado estavam diretamente relacionadas as questões de ordem pública. Percebe-se que a militância ampliou suas ações, alcançou as pastas de políticas públicas e articulado com outros movimentos sociais edificou interesses democráticos, instaurando pelo menos na teoria política, pastas sociais mais justas e cidadãs (SILVA,1998). Nesse momento, com contato direto e indireto com as pautas feministas, o MNU reconhece em seu programa de Ação de 1982, em documento aprovado em congresso, as pautas das mulheres negras e concordam “que a mulher tinha problemas específicos” (DOMINGUES, 2009).

Nos anos 90, o Movimento Feminista retoma sua forma auto-organizada, dando maior ênfase nas suas particularidades, tanto em âmbito nacional, quanto internacional. No bojo da formação do movimento feminista, avalia-se que a presença majoritária estava voltada para mulheres de melhores condições financeiras, já inseridas em espaços urbanos e do grande centro, e uma pequena parcela de atuação das mulheres de setores populares e das periferias. Mesmo em minoria, as mulheres dos setores menos favorecidos, principalmente as negras, colaboraram efetivamente com o movimento feminista. Manifestavam sobre melhores condições de vida, espaço no trabalho, na participação política, e essa abertura admitiu mudanças significativas de consciência e direitos. As mulheres organizadas e unidas conseguiram reformular a forma de fazer política e assim promover novas condições para as mulheres em geral.

Um importante fato considerado na pesquisa é o dado que, o Movimento Feminista possibilitou as mulheres negras participantes, que refletissem sobre as qualidades de vida em que elas se encontravam. O comparativo com as condições de vida das mulheres brancas passa a ser possível de avaliação. Esses fatos trouxeram mudanças no âmbito político, provocando mudança na visão homogênea da mulher. Neste sentido, pode-se dizer que esse Movimento colaborou para a formação política das discussões de gênero assim como à formação da consciência das mulheres negras.

As mulheres negras perceberam que suas realidades eram muito distintas das realidades das mulheres deste movimento. A maioria das ativistas do movimento feminista eram brancas, com condições socioeconômicas altas e por mais que se assemelhassem na vivência, discriminações e exploração machista e sexista, não

partilhavam das opressões de raça. A partir dessa abrangência as mulheres negras militantes questionam o Movimento Feminista, na medida em que buscava contemplar as mulheres como um todo. Sueli Carneiro (2003) já aponta que nesse momento a mulher negra toma consciência das suas peculiaridades, passam a atrelar um discurso que considere as demandas de gênero e raça.

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares, subjacentes na luta de cada grupo em particular. (Idem, 2003:03)

No início do feminismo, percebe-se que as propostas eram apresentadas na ideia de separação binária entre homem e mulher, logo não existiam outras ramificações, como classes sociais distintas, raça, sexualidade, dentre outras esferas que deveriam ser levadas em consideração. Novas teorias e confirmações sociais indicavam que o gênero era algo muito mais complexo e a mulher não é uma categoria única. O argumento era que, embora a diferença de sexo recebesse toda a atenção, outras diferenças também eram essenciais e deviam ser reconhecidas e tratadas. A categoria mulher possui múltiplas identidades e essas subdivisões são de classe, raça, sexualidade, além de outras. Podemos notar que para avaliar o delineamento do movimento de mulheres negras é fundamental compreender a lógica do movimento negro e movimento feminista. Percebemos que elas estavam presentes nesses dois espaços políticos, mas com atuações restritas e pautas secundarizadas nos dois movimentos, um negligenciava a discussão de gênero (movimento negro) e outro a discussão de raça (movimento feminista).

Tensões foram instauradas pelas mulheres negras que de um modo ou outro tentavam evidenciar a diferença de espaço e avanço de pautas específicas no movimento feminista, viam ausência de recepção de suas particularidades étnico-racial, tanto nas discussões quanto tomadas de decisões. O Movimento Feminista estava centrado na concepção da igualdade de gênero, que impossibilitava enxergar as diferentes realidades vivenciadas pelas diversas categorias de mulheres que se divergiam no contexto geracional, religioso, racial, sexual, econômico, entre outros.

A autora Chantal Mouffe (1996), relata que o Movimento Feminista acabou por configurar em um único formato todas as distintas mulheres. Nessas circunstâncias a autora afirma que as feministas se renderam a uma identidade essencialista. Defendia que o movimento deveria se dedicar a pautas consistentes à conquista da igualdade compreendendo a dimensão diversa das relações sociais.

Pelas mulheres negras o feminismo passa a ser considerado universalista ao desconsiderar suas especificidades, desse modo, admite que nessa estrutura elas não eram representadas. Situação que corrobora com o distanciamento das mulheres negras desses espaços em que suas bandeiras de luta não eram contempladas. No campo de lutas da mulher, contribuindo com essa premissa, Sueli Carneiro¹⁸ aponta que:

(...) o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexism, continuaram no silêncio e na invisibilidade. As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexism, vêm exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil. Carneiro (2003 p. 118)

A obra de Florestan Fernandes, sobre *A integração do negro na sociedade de classe*, situa uma passagem em que o autor faz menção sobre a condição da mulher negra em São Paulo. O mesmo afirma que com a abolição e a exclusão dos homens negros do mercado de trabalho formal, a mulher negra conseguiu com mais facilidade, se assim podemos dizer, assumir certas ocupações profissionais. Não se tratava de empregos ideais ou compensatórios, mas impetravam em empregos de doméstica junto às famílias tradicionais. Em regime de exploração, as mulheres negras assumem diversas funções, como cuidar dos filhos e manter a casa economicamente. Assim cita o autor:

¹⁸Artigo na íntegra. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>>

A mulher negra avulta, nesse período, (...) como a artífice da sobrevivência dos filhos e até dos maridos ou “companheiros”. Sem a sua cooperação e suas possibilidades de ganho, fornecidas pelos empregos domésticos, boa parte da “população de cor” teria sucumbido ou refluído para outras áreas. Heroína muda e paciente, mais não podia fazer senão resguardar os frutos de suas entranhas: manter com vida aqueles a quem dera a vida! Desamparada, incompreendida e detratada, travou quase sozinha a dura batalha pelo direito de ser mãe (...). Ninguém pode olhar para essa fase do nosso passado, sem enternecer-se diante da imensa grandeza humana das humildes “domésticas de cor”, agentes a um tempo da propagação e da salvação do seu povo (FERNANDES, 2008, p.254).

Também podemos destacar as diferenças no nível de escolaridade das mulheres negras. As mesmas possuem menor escolaridade se comparadas com as brancas, sendo também as que ganham as menores rendas. Esses peculiares contribuem para o surgimento da demarcação de suas diferenças e contribui para formação de novos sujeitos políticos.

Por um tempo o movimento feminista, teceu críticas contrárias a essa ruptura iniciada pelas mulheres negras. Afirmavam que essa postura desmoralizava a luta da mulher apenas por questões pontuais. Percebe-se que o movimento feminista reagiu do mesmo modo que os homens negros agiram quando questionados sobre a invisibilidade da mulher negra. A partir desses embates, as mulheres negras demarcaram sua entrada no cenário político imprimindo uma visão diferenciada da realidade e consolidando o Movimento de Mulheres Negras. (SILVA, 1998, p.43)

Assim, o movimento de mulheres negras se concretiza e problematiza sobre o papel social da mulher negra e suas necessidades. Formulam novas perspectivas que levam em conta as opressões de gênero e raça. Traça metas que garantem uma agenda com ampliação dos direitos e da melhoria da qualidade de vida da população negra, promove um protagonismo na luta por mudanças sociais. Sabemos que ainda hoje, que a mulher negra no Brasil compõe a base da pirâmide social, com menores salários, condições de informalidade e precárias de trabalho, menor nível de escolaridade; e a minoria que rompe com essa estrutura, abdica de outros aspectos de sua vida.

Após algumas ações de visibilidade do movimento de mulheres negras, o movimento feminista reconhece a coerência da intersecção de raça e gênero. Esse avanço é uma marca de que o confronto suscita uma nova base de organização, faz com

que tanto o movimento negro quanto movimento feminista, refletam que não basta se isolar em suas pautas macros e homogêneas, mas vislumbrar uma luta mais ampla e aberta à diversidade interna e externa. Avança no que tange os movimentos sociais, para que esses discirnam com competência os pontos comuns de luta pela igualdade.

De modo mais expressivo, no período dos anos 80, diversas ideias são difundidas por feministas negras, encetando pertinentes críticas às tendências eurocêntricas do discurso feminista vigente. Nessas problematizações e uma efervescência que impulsionava uma atenção maior a essas especificidades internas do movimento feminista negro, surgem autoras nacionais e internacionais na tentativa de contribuir com o debate e reformular as teorias feministas. Autoras norte-americanas como Angela Davis, bell hooks e Patricia Hill Collins, além de brasileiras como Lélia Gonzalez, Luíza Bairros e Sueli Carneiro, passam a propor novas formas de ação para inserção de seus anseios e pautas (Ribeiro, 2012).

Evidenciaremos, nesse momento, a trajetória do movimento feminista negro, com seus próprios espaços de desempenho político e social e suas ações. Utilizaremos de fontes bibliográficas de alguns/mas autores/as, assim como documentos que evidenciaram a contribuição das mulheres negras no cenário das políticas públicas.

Na fase de consolidação do movimento de mulheres negras, podemos delinear seus primeiros grupos de atuação onde a concentração maior se dava nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Assim em 1988, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), operou suas medidas políticas no centenário da abolição, com a coordenação de Sueli Carneiro, o CNDM criou o Programa da Mulher Negra, onde formado pelo expoente da sociedade civil, simularam um júri para condenar as discriminações contra as mulheres negras. Esse processo contou com o apoio da Comissão de Mulheres Negras do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF/SP) e a Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP). Nessa configuração feminista negra Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Rosália Lemos, dentre outras mulheres, promoveram o I Encontro de Mulheres Negras, no município de Valença/RJ. Essas ações categorizam uma grande importância para institucionalização do movimento de mulheres negras e fortalecimento de suas pautas na agenda política. Incidiram algumas críticas por parte de outros movimentos no que tange a

especificidade de suas demandas, mas de forma gradativa conseguiram demonstrar que mesmo na especificidade a intenção era também colaborar com outros movimentos de resistência social.

Com auxílio de referências bibliográficas de Domingues (2009) e Santos (2009), elaboramos um quadro com destaque de alguns grupos e organizações de mulheres negras dos últimos 30 anos. Muitos desses subsídios também podem ser encontrados junto à base de dados fornecida pela Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB). Cerca de 41 organizações de todo o Brasil fazem parte da AMNB, destaque para *Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba*; *Criola* (RJ), a *Associação Cultural de Mulheres Negras-ACMUN* (RS), o *Geledés* (SP) e a *Casa Laudelina de Campos Mello* (SP).

ORGANIZAÇÃO	CIDADE/ESTADO	ANO DE FUNDAÇÃO
Aqualtune	Rio de Janeiro/RJ	1978
Luiza Mahin	Rio de Janeiro/RJ	1980
Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ	1980
Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará- CEDENP A	Belém/PA	1982
Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras	Rio de Janeiro/RJ	1983
Coletivo de Mulheres Negras	São Paulo/ SP	1983
Fala Mulher Meriti	Rio de Janeiro/RJ	1983

Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista/Casa de Cultura da Mulher Negra	Rio de Janeiro/RJ	1986
Grupo de Mulheres Negras Mãe Andressa	São Luiz/MA	1986
Centro de Mulheres de Favela e Periferia	Rio de Janeiro/RJ	1986
SACI – Sociedade Afro-sergipana de Estudos e Cidadania	Aracaju/SE	1986
Maria Mulher	Porto Alegre/RS	1987
N'Zinga Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte	Belo Horizonte/MG	1987
Geledés – Instituto da Mulher Negra	São Paulo/SP	1988
Grupo de Mulheres do Alto das Pombas	Salvador/BA	1988
Comissão de Mulheres Negras Laudelina de Campos Mello	Campinas/ SP	1989
ACMUN – Associação Cultural de Mulheres Negras	Porto Alegre/RS	1989
Casa da Mulher Catarina	Florianópolis/RS	1989

Casa da Mulher Catarina	Distrito Federal	1990
Casa de Cultura da Mulher Negra	Santos/SP	1990
Grupo de Mulheres Negras Dandara do Cerrado	Goiânia/GO	1991
Criola	Rio de Janeiro/RJ	1992
Coletivo de Mulheres Negras de Salvador	Salvador/BA	1992
Grupo Oduduwa	Rio Grande do Sul/RS	1992
Eleeko – Instituto da Mulher Negra	Niterói/RJ	1993
Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia	Teresina/PI	1994
Associação de Mulheres Negras Oborin Dudu	Vitória/ES	1995
Coletivo de Mulheres Negras	Mato Grosso do Sul/MS	1995
Quilombolas	São Paulo/SP	1996
FALA PRETA! Organização de Mulheres Negras	São Paulo/SP	1997

Grupo de Mulheres Negras Malunga	Goiânia/GO	1999
IMENA – Instituto da Mulher Negra do Amapá	Macapá/aM	2000
Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba	João Pessoa/PB	2001
Grupo de Mulheres Negras Felipa de Sousa	Rio de Janeiro/RJ	2001
Organização de Mulheres Negras Maria do Egito	Aracaju/SE	2003
Uiala Mukagi – Sociedade de Mulheres Negras	Recife/PE	2003
Instituto de Mulheres Negras	Fortaleza/PE	2003
Minas da Cor	São Paulo/SP	2003
Instituto da Mulher Negra do Pará	Paraná/PA	2005
Instituto Kuanza	São Paulo/SP	2005
Rede de Mulheres Negras do Paraná	Curitiba/PR	2006

Fonte: <http://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-18-de-maio-de-1950-acontecia-criacao-conselho-nacional-de-mulheres-negras-rio-de-janeiro/>

Muitas dessas organizações foram formadas em eventos estaduais e nacionais, com base em encontros, conferências, seminários e articulações realizadas desde 1980. Comumente as atividades são norteadas por demandas das mulheres negras com propósito de efetivar seus direitos. Essas demandas priorizam diversas áreas do segmento social como: a saúde, a educação, cultura, auxílio jurídico, enaltece a autoestima das mulheres negras, além de combater a violência e discriminação racial.

Após a efetivação do movimento de mulheres negras, várias ações em prol da visibilidade de suas pautas centrais foram realizadas. É bom ressaltar que gradativamente muitas mulheres negras têm atuado tanto no painel nacional quanto internacional, conferindo características fundamentais para execução de políticas públicas e direitos para as mulheres negras; além de intervirem diretamente nas dinâmicas governamentais para abrangência de suas reivindicações.

Em um panorama geral podemos elencar alguns períodos e eventos significativos para solidificação desses movimentos na década de 90 (ROLAND,2000):

1992- I Encontro das Mulheres Afro Latino-Americana e Caribenha, em Santo Domingos, na República Dominicana. Nesse encontro é instituído na agenda política do movimento de mulheres negra, o dia 25 de julho como dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha.

1993- Seminário Nacional Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras. Participação de feministas negras acadêmicas que formularam um documento com seus posicionamentos quanto à liberdade reprodutiva, controle de fecundidade e necessidade de políticas públicas na área da saúde. Evidenciaram nesse documento suas pastas específicas para combater a discriminação de raça, de gênero e de classe. Após a atuação no seminário, alargaram sua participação em conferências e fóruns internacionais de muita relevância para discussões da necessidade de políticas públicas singulares.

1994- II Seminário Nacional de Mulheres Negras, realizado na Bahia. Período em que nota-se um crescimento acentuado de mulheres negras.

1995- IV Conferência Mundial da Mulher, também em 1995 (Beijing/Pequim). Conseguiram comprovar que a discriminação racial é um problema que atinge um grande número de mulheres negras no mundo e desse modo justificar porque o movimento negro feminino precisa de representatividade específica.

1995- II Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Caribenhas (Costa Rica). Conseguiram que suas questões fossem, balizadas também em outras esferas políticas.

2000- Articulações de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), criada para garantir a presença participativa das mulheres negras na III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (África do Sul, 2001).

Todo esse mapeamento é importante para confirmarmos a contextualização política das mulheres negras, tanto em medida quantitativa de movimentos organizados espalhados pelo Brasil, como cronologicamente se deram essas mobilizações e ações coletivas. É fácil comprovar que esse movimento, que para muitos soa tão novo, principalmente no âmbito academicista, ocorreu há décadas atrás. Essa conjuntura vem corroborar com a necessidade de alterarmos a lógica do saber imputada nas universidades atuais. Se o feminismo de modo geral tem amplo destaque em diversos cursos e segmentos, esse recorte racial se faz extremamente indispensável para reconhecimento das mulheres negras.

Sumariamente, podemos certificar que o protagonismo político das mulheres negras tem proporcionado que as mudanças políticas e sociais ocorram no Brasil. Gênero, raça e classe são eixos centrais para alteração de um quadro ainda visível de uma população negra residualmente pobre, que reside em áreas segregadas e com menores índices de educação. A dissertação não tem como fim hierarquizar as opressões do segmento de mulheres negras, a intenção é avaliar que a mulher negra carrega diferentes somas de abusos que devem ser tratadas com um viés distinto. Demarcar o feminismo negro é reforçar a multiplicidade da agenda política dessa organização. É fomentar um debate que reconheça as diferenças intragênero¹⁹ e a necessidade de

19 Diferenças dadas dentro da mesma categoria de gênero.

políticas específicas para as mulheres negras no intuito de equalização das oportunidades sociais (Carneiro, 2003).

Por exemplo, é fácil constatar que as mulheres negras não estão representadas positivamente na mídia, nem de forma expressiva nas universidades ou empregos ativos, há uma diferença para além da questão de gênero, e por esse motivo a necessidade de “enegrecer o movimento feminista” como aponta Sueli Carneiro (2003).

Essas movimentações evidenciam que uma nova tônica política emerge na contemporaneidade, em específico e primordialmente a emergência da pertença étnica, que funciona como categoria de ação social e deriva dela direitos coletivos e preenchimento das lacunas aferidas socialmente à mulher negra, a começar pela sua autoestima.

O contexto das relações etnicorraciais no Brasil, ainda está diretamente relacionado com o legado da escravidão. Nesse período, as teorias raciais e a consequente exclusão racial do/a negro/a acabam por considerar os traços morfológicos como cabelo crespo, pele escura, frequentemente associados à inferioridade. Em oposição, cabelo liso, pele clara, rosto ortognato eram características da superioridade. Esse processo histórico nos permite quantificar a intensidade da opressão que a população negra sofreu, dessa forma conseguimos identificar que a repressão atingiu também o padrão estético.

Ao realizarmos o resgate dos movimentos raciais que antecederam essa organização de mulheres negras, percebemos que o debate de aceitação estética sempre foi mote de suas pastas políticas, consequentemente das políticas antirracistas. Por exemplo, podemos citar os diversos movimentos negros que sempre se valiam dos concursos de beleza negra, em específico para as mulheres, na tentativa de vangloriar sua estética.

Se por um processo histórico de escravização e subalternidade cria-se um estigma do corpo negro, imprime um padrão de beleza inatingível as mulheres negras, lutar por igualdade é antes de tudo se reconhecer como negra, é aceitar a negritude impressa em nossos corpos. A identidade negra atravessa primeiramente o corpo, e depois do corpo é que se estende para a cultura, história, religião, etc. Se o sujeito não

assume tais preceitos, atenua a dificuldade da construção da identidade e consequente de políticas e direitos coletivos.

Assumir a identidade no que diz respeito às características físicas, é uma ação árdua e dolorosa, já que o indivíduo vai contra uma construção padrão introjetada ideologicamente. Munanga (2009) acredita que é pela busca da identidade que o negro poderá despojar-se do seu complexo de inferioridade e colocar-se em pé de igualdade com os outros oprimidos. A recuperação dessa identidade começa pela aceitação dos atributos físicos de sua negritude antes de atingir os campos culturais, mentais, morais, psicológicos; pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade.

Toda essa conjuntura que corrobora com os estigmas tecidos ao corpo negro, fazem com que o contexto de uma estética que enaltece a negritude, também se torne uma pauta política dos movimentos raciais. Na especificidade do movimento de mulheres negras, identificamos que essa desconstrução só se torna possível quando deixamos de nos espelhar em um ideal fenotípico branco. Para isso é preciso trazer a tona todo processo histórico e simbólico que nossos corpos negros estão submetidos, entender que esse processo foi uma construção perversa que tinha como objetivo hierarquizar a diversidade étnica. Desconstruir esse ranço histórico, é fazer política, é se reconhecer e aceitar como realmente é, contribuir para que outras mulheres negras se acham lindas ao natural, que não neguem suas raízes e contribua de forma mútua com que outras mulheres negras se enxerguem uma nas outras.

3. A simbologia do cabelo e o corpo negro e seus impactos para construção da identidade negra.

Dentre toda análise de beleza contada pela visão eurocêntrica, nota-se que o referencial negro não é contemplado. Estudos sobre a beleza no Brasil, também não evidenciam de forma positiva a negritude. A herança escravocrata é perversa e insere a mulher negra no polo do que não é belo. Sem referencia, essa mulher negra busca encaixar-se em um padrão estético hegemônico, um padrão inatingível. A ideia de que ser branco é ser bonito faz com que milhões de mulheres pretas comprem produtos de alisamento e relaxamento para que seus cabelos percam volume, para que se sintam

mais “aceitáveis” dentro de um padrão eurocêntrico racista. Desse modo, podemos questionar que direito a beleza a mulher negra tem? É um corpo que deve se encaixar aos perfis padrões, onde ela deve, por vezes, se anular para conseguir alcançar um grau de beleza posto na sociedade.

Nosso corpo e seus ícones identitários possuem uma extensão significativa que vai além das questões biológicas de cada indivíduo – o corpo possui um aditivo semiótico que nos permite investigar suas representações e motivações simbólicas. Partindo da análise Maussiana, podemos compartilhar de sua assertiva segundo a qual o corpo não deve ser reduzido apenas ao seu processo fisiológico; ele é guarida de elementos complexos que se completam. Mauss atribui em sua obra “*As técnicas corporais*” (1974), o corpo constituído em processo triádico, sendo levado em consideração o fisiopsico-sociológico, na investigação dos atos e técnicas que lhes são conferidas.

Sabemos que o corpo e sua carga simbólica é constituída em meio ao coletivo, o que também não impede de ser modulável, uma vez que esse processo social é dinâmico. “A experiência do corpo é cultural e específica de cada sociedade. O esforço irrealizável, a dor insuportável, o prazer indizível são mais critérios sancionados pela aprovação ou desaprovação coletiva do que função de particularidades individuais”. (MAUSS, 1974, p.4)

A realidadeposta é que o corpo sofre influências constantes do meio social. Aliás, esse meio social molda o corpo para identificar características do que é socialmente permitido, amoral, belo, aceitável, entre outros elementos. Pode-se pensar que construir um contexto identitário se faz por escolhas individuais, consolidadas em características de apresentação e representação social. Devemos nos ater ao fato de que esse processo de edificação não é pautado no contorno individual e depende de uma orientação, fomentada pelo social e refletida na apresentação individual.

Podemos elaborar, com o pressuposto de técnicas corporais, a essência dos comportamentos simbólicos. As práticas efetivadas pelos atores sociais que compartilham de um mesmo sistema simbólico podem ser compreendidas, se analisada densamente. Compreendendo a análise simbólica imputada nas ações dos indivíduos, ponderaremos que o corpo também consegue transmitir esse aditivo simbólico, pois ele é

o reduto de uma linguagem não verbal, um processo de intensa comunicação imagética e por isso ambígua, mas de qualquer modo passível de ser analisada. Esse processo não está desassociado do contexto histórico da sociedade, por isso contribui para a formação de imaginários. O racismo é uma derivação deste imaginário social do corpo. A tendência classificatória do homem ocidental predispõe uma hierarquização das diferenças, sustenta as discriminações e estigmatiza o corpo do “outro”. A edificação da identidade é algo muito complexo e comprehende derivações atreladas ao meio social.

Os cabelos, em conjunto com o corpo, imprimem suas histórias e suas simbologias, fazem parte de um aditivo que complementa as diversas representações sociais, e com isso podemos atribuir ao cabelo a extensão de um ícone identitário. Ele indica ao outro, de forma implícita, status, descendência étnica, contexto cultural, econômico e posição política, vivenciadas em determinado grupo social, além de estender para classificações e rótulos conferidos com base na aparência.

No que tange o cabelo do negro, vale a pena detalhar a trajetória histórica desse componente para a sociedade africana. Em algumas dessas sociedades o cabelo passa a ser um condutor de mensagens. A forma como o cabelo era adornado nessas sociedades transmitiam linguagens sociais que permitiam identificar o estado civil da pessoa, a idade, a religião, a posição social, o território geográfico, entre outros elementos. Com a análise imagética do cabelo, seria possível descobrir até mesmo o sobrenome de um indivíduo, uma vez que cada descendência possuía um estilo próprio de pentear-se (GOMES, 2008). Conseguimos, assim, vislumbrar a complexidade de significados no modo de pentear os cabelos. Cada sociedade enfatizava de forma simbólica o que a forma ornamental do cabelo expressava de positivo ou negativo. Em alguns grupos étnicos como os Massai, localizados no Quênia e norte da Tanzânia, os cabelos das mulheres devem ser curtos ou raspados para ressaltar as suas indumentárias; são penteados mais comuns em momentos de comemoração como noivado, casamento, nascimento. Os homens já devem usar os cabelos compridos, em sua maioria trançados, untados com ocra, uma argila de pigmentação vermelha e gordura de carneiro.

Em outras sociedades, como Nigéria e Senegal, as mulheres eram admiradas pelos seus cabelos longos, volumosos e anelados. Essas características simbolizavam força, fertilidade e prosperidade. Outros quesitos para uma boa aparência era manter os

cabelos limpos penteados com determinados estilos conforme a retentiva de cada grupo étnico. Se a pessoa estivesse com os cabelos sujos ou despenteados compreendia-se que o indivíduo poderia estar de luto ou ter perdido a sanidade e a moral. Há sociedades em que o fato de pentear ou trançar o cabelo do outro está relacionado a um elo de amizade (Gomes, 2008).

O cabelo também carrega uma simbologia religiosa. Os devotos de deuses e deusas iorubás mantinham seus cabelos longos e trançados. O cabelo era signo de poder, considerado o ponto mais alto da cabeça e mais próximo dos céus, era o elemento mais próximo das divindades. Na própria Jamaica, área da América Central, um dos costumes para permanência da identidade negra era a proibição de cortar e pentear os cabelos. Assim, os cabelos eram arranjados manualmente, desenvolvendo de forma cilíndrica os naturais “*dreadloccks*”. Além da formação da identidade negra buscava-se uma ligação espiritual: cada “*dread*” possui uma espiritualidade com uma parte do corpo. No Brasil podemos estabelecer uma comparação junto às religiosidades de matriz africana, como o candomblé. Sabe-se pelos estudos dessa procedência, como a obra de (Prandi, 1995-1996), que a iniciação no candomblé implica vários elementos, sendo um deles a raspagem do cabelo. Esse processo representa o renascimento do indivíduo para o orixá que faz sua cabeça. A pessoa iniciada deve guardar alguns preceitos em relação ao cabelo e à cabeça. Conseguimos identificar o poder simbólico do cabelo muito além de uma representação estética, ligado ao sentido social e espiritual, o que nos leva a constatar o quanto essa conjuntura capilar é milenar e emblemática.

Arrastando esse contexto histórico para o período da escravidão no Brasil, conseguimos perceber que a soma do cabelo com a cor da pele enaltece uma beleza branca em detrimento da negra, tida pela ideologia racista como inferioridade racial. Na escravidão, a textura do cabelo e as nuances da cor da pele eram critérios de classificação dos escravos e escravas. A distribuição dos trabalhos no interior da casa-grande ou para trabalhos de ganho eram atribuídas aos escravos mais claros.

Falar das ambiguidades do mestiço é evidenciar o preconceito. Gilberto Freyre (2006) introduz, como ponto de equilíbrio inter-racial da sociedade brasileira, o mestiço. O autor definia que a sociedade, por conta de toda a sua bagagem histórica, refutava as ideias de raça inferior estabelecida no Brasil. Acreditava que essa miscigenação

contribuía para formação de uma identidade única, capaz de conter em seu âmbito uma democratização social. Muitas críticas são direcionadas à tese do autor por ser carregada de apologia quanto à mestiçagem. Se por um lado o mesmo era contra considerar a condição ariana como superior, por outro era favorável ao branqueamento como símbolo do desenvolvimento cultural.

O negro, nesse contexto, tentava se adaptar a situações para se desvencilhar do racismo. Nessa circunstância, mais do que a cor da pele, o cabelo era o elemento que evidenciava o pertencimento étnico. Com o crescente processo de miscigenação, a situação assume maior complexidade. Os primeiros homens e mulheres descendentes das relações inter-raciais nasciam mais claros, e se tivessem sorte de apresentar os cabelos menos crespos, conseguiram se beneficiar de certa forma. Um capitão do mato já conseguia distinguir que o escravo mais claro pertencia a uma classe privilegiada. Essa falsa hierarquia racial fomentou o imaginário dos próprios negros na oportunidade de adaptação social e econômica. O escravo de pele mais clara, mas com o cabelo crespo, criava subterfúgios para se encaixar em um padrão de aceitação. Alguns escravos do sexo masculino raspavam suas cabeças para se livrar da evidência genética; as mulheres conseguiam se encaixar no perfil mais aceitável se os cabelos fossem próximos dos longos e anelados.

O corpo e o cabelo negro são ícones ainda avaliados no contexto cultural de uma sociedade pautada pelo estigma racial, sendo seus traços postos à margem de um modelo vigente. Com essas ponderações conseguimos compreender que os conflitos vividos por negros e negras, na construção da identidade racial, perpassam o crivo de aceitação e rejeição.

Devemos considerar todo esse processo de mediação como imposição oriunda do campo simbólico. Quando atribuído ao loiro de olhos claros, magro e pele branca o padrão de beleza, a maior parte dos brasileiros se vê à margem desse padrão. Nossa sociedade é miscigenada, e ainda assim introjeta esse padrão como o único vinculado à “perfeição”, estimulando no sujeito o uso de intervenções corporais em prol do alcance desse ideário construído.

Sabendo que a construção da identidade negra é um processo complexo e repleto de elementos significativos, compreendemos essa construção como algo doloroso para o

indivíduo de cor negra, o qual, desde a escravização de sua etnia, sofreu uma ruptura com sua história e cultura, um distanciamento de seus pares e principalmente uma inculcação de inferioridade. Nesta configuração, notamos que essa premissa torna a construção ou o resgate da identidade um exercício difícil e por muitos negado. Partindo deste pressuposto, analisamos como uma manipulação vinda dos padrões do dominante (moldes dos brancos) exerce intenso domínio ainda em tempos atuais. Este estigma faz com que o indivíduo negro e mestiço negocie a todo o momento a sua identidade, ora assumindo sua negritude quando permitido ou lhe convém, ora se acomodando aos padrões de aceite social.

O preconceito racial é uma atitude desfavorável em relação aos membros de uma população negra, e de certa forma contribui para promover estigmas também arrastados para o contexto identitário, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica. Nos seus estudos, Nogueira (2006) descreve dois tipos ideais de preconceito racial: o de origem e o de marca. O primeiro é característico das relações raciais estadunidenses e o segundo insere-se no caso brasileiro. O autor nos indica que o preconceito racial é existente em ambos os contextos. O preconceito de origem, modelo ideal conferido aos Estados Unidos, é apontado de forma incisiva. Basta saber sua descendência étnica para categorizá-lo como pertencente a um grupo. Indiferente de sua ocupação classista ou intelectual, sua restrição para determinados contextos será atribuída pela sua descendência. Por mais que se aproxime fenotipicamente com o modelo branco, sendo mestiço, será ainda considerado negro. Já o preconceito racial de marca, preconizado no Brasil, é exercido em relação à aparência, isto é, toma por pretexto para as suas classificações os traços físicos do indivíduo. O mestiço nem sempre é considerado negro, o que torna essa classificação ainda mais ambígua. Ele será ponderado pela categorização do outro, uma disposição sem critério específico, uma classificação tão múltipla quanto variável.

(...) o limiar entre o tipo que se atribui ao grupo discriminador e o que se atribui ao grupo discriminado é indefinido, variando subjetivamente, tanto em função dos característicos de quem observa como dos de quem está sendo julgado, bem como, ainda, em função da atitude (relações de amizade, deferência etc.) de quem observa em relação a quem está sendo identificado, estando, porém, a amplitude de variação dos julgamentos, em qualquer caso, limitada pela impressão de ridículo ou de absurdo que implicará uma insofismável discrepância entre a aparência de um indivíduo e a identificação que

ele próprio faz de si ou que outros lhe atribuem. (NOGUEIRA, 2006, p.7)

Novamente distendendo para a conjunção da identidade, Gomes (2008) analisa tal processo em outra perspectiva. A autora, discorda que a identidade seja um processo de construção individual, pois vê a construção da identidade como um processo social. A partir do momento que a avaliação do outro gera reações diversas, não podemos tratar a identidade apenas como um processo particular, ele é desdobrado para o social. Esse olhar do outro opera mudanças, já que os próprios padrões estéticos também estão consolidados em seu interior, podendo ser taxativa a opinião posta, ocasionando uma auto-rejeição. Esse é um processo comum entre os negros, uma vez que foram calhados para ser uma caricatura do branco, sempre em busca de um ideal inalcançável e, por esse motivo, frustrante e penoso.

Ponderamos que a construção da identidade é proporcionada por uma dinâmica lógica, não sendo apenas social ou individual. Teria também um terceiro elemento significativo em sua edificação, que parte do movimento psicológico do indivíduo. Goffman (1988), em sua hipótese sociológica, considera que a identidade é constituída em três dimensões: a pessoal representada pela biografia – nome, idade, sexo, estado civil; a social – composta por atributos conferidos pelo outro, fomento do próprio estigma; a psicológica – da qual fazem parte sentimentos de sua atual condição. Sabe-se que a identidade do indivíduo depende, em grande medida, da relação criada com o próprio corpo; dessa maneira a parte psíquica para essa construção é fundamental.

Ao longo da história a construção de uma identidade negra está repleta de diminuições, o que de fato contribui para uma negação dessa identidade. Esses conflitos estão diluídos nas próprias relações raciais do Brasil, passando pelos contornos corpóreos. O corpo e o cabelo negro podem ser vistos como ícones de aproximação ou afastamento da negritude, são elementos que evidenciam o pertencimento étnico. A manipulação desses ícones pode representar a tentativa de aproximação de um ideal branco, para se afastar dos predicados históricos de inferioridade estendida ao corpo negro. Essa é uma hipótese recorrente, entendida como um processo de rejeição da identidade negra, mas não podemos desconsiderar que a escolha para tal alteração comporta vários sentidos subjetivos. Essa lógica de anulação da identidade pode até ser

assertiva, mesmo que de forma inconsciente pelo indivíduo, mas em graus variados sabemos que muitos, apesar de tal intervenção estética, se sabem enquanto negros.

A inversão dessa manipulação identitária também está relacionada ao contexto dos movimentos negros, que de certa forma promoveram uma valorização estética. A lógica contrária a essas intervenções também possui um cunho ideológico, mensurado nesse campo conflitivo entre negros e brancos no contorno de uma sociedade racista, mas esse discurso possui relevância nas análises de questões raciais. Saber-se negro e se colocar de forma afirmativa perante o social, enaltecedo esses ícones da identidade, contribui para uma posição política que positiva a negritude.

3.1. O direito a ser bela, a valorização estética da mulher negra como política de aceitação identitária.

O belo é antes de tudo algo subjetivo por ser afinado pelo gosto de quem a experimenta. Porém não podemos negar que esse gosto passa por uma orientação estabelecida em dada sociedade, por vezes ele lida com o imaginário construído e cristalizado, carregado de carga simbólica. O corpo belo passa a ser pensado menos como um corpo biológico, voltando-se para sua edificação cultural. A beleza é construída pelo coletivo, dentro da conjunção histórica e particular de cada sociedade. Partindo da análise Maussiana (1974), o autor sugere a ideia de que a sociedade possui “*habitus*” (do latim) próprios, adquiridos e não naturais; por esse motivo acredita que somos adestrados desde a infância a adaptações para certos tipos de comportamento, gostos ou atos gestuais.

Nosso corpo é repleto de regras e técnicas, consolidadas dentro de uma tradição social. O corpo é tido como instrumento do homem, e suas montagens simbólicas são desempenhadas pela e para a autoridade social. Voltando à influência subentendida que cada indivíduo passa a receber ou rejeitar na formação de seu gosto, conseguimos perceber que o mesmo é afinado pela estrutura posta socialmente. Essa estrutura funciona como um controle implícito que cristaliza o que deve ser considerado belo; o que estiver fora desse padrão, logo é seu oposto.

O corpo belo é uma construção cultural. A beleza antes era atribuída ao que era bom e a feiura seu contrário. Pela visão da história etnocêntrica, antes a beleza era direcionada as artes dos jogos gregos, hoje sua conotação já está mais situada no culto ao corpo. Em uma pequena análise sobre a história da beleza feminina, percebe-se que ela passa por vários marcos históricos, acompanha as tendências épicas, e na maioria das vezes é impulsionada pelo próprio avanço ou retrocesso capitalista de cada época.

Dos anos 2000 até hoje, notamos uma alteração desse padrão. Mulheres negras ostentando seus crespos, resignificando o que naturalizamos como belo. Essas alterações refletem o campo fértil cultivada pela onda de participação e organização do feminismo negro já problematizado nessa dissertação. Constata-se que é um movimento em cadeia que comumente uma mulher negra se espelha na outra e nesse momento conseguem em conjunto iniciar a ruptura padronizada, inserindo no rol do que é belo novos e variados padrões estéticos, afirmado sua negritude. Gomes (2008) já aponta que, aceitar-se negro implica uma resignificação desse pertencimento étnico, que passa pelo processo primeiro de negação/rejeição, aceitação/afirmação do seu corpo.

Se o cabelo crespo é associado ao sujeito negro, pode-se inculcar a ideia de que mudar a textura do cabelo implica simbolicamente a possibilidade de “embranquecer”. Essa forma de pensar atinge a construção da identidade negra, como se a “melhora” do cabelo fosse estendida para uma melhora de status social.

Essas intervenções agressivas são conferidas aos atos de clareamento do tom da pele, alisamento permanente dos cabelos, descaracterizando o “eu negro”. Sem dúvida essa definição possui suas ambiguidades, pois há negros que realizam tais processos por motivos diversos, sem com isso recusar sua descendência. No entanto, valorizar a estética negra, está imbricado com o corpo negro sem intervenção imediata, desconsiderando essa funcionalidade mutável e questionável. O ato de lavar, pentear, utilizar shampoo, condicionador, óleos, mousses de cabelo, não deixa de configurar intervenções, mas são medidas menos agressivas, que não modifiquem a cadeia carbônica do fio capilar. Pautaremos como valorização da beleza negra, sujeitos que não manipulam seu corpo para adequação em um padrão distante da sua realidade.

Se analisarmos toda essa conjuntura que menospreza a negritude, podemos compreendê-la também como um processo de violência. Partilhando das ideias do autor

Pierre Bourdieu (1989) no que se refere à dominação simbólica, destacamos sua imbricação com o termo de violência simbólica. Sabe-se que dominação e violência são contextos distintos, mas na análise do autor ambas estão muito próximas, sendo a dominação consequência das violências simbólicas, relacionadas ao uso do poder da classe dominante. Esse poder parte de uma estrutura de imposições de um discurso que fabrica crenças e padrões a serem seguidos, pelos quais as pessoas constroem comportamentos e modos de viver em sociedade. Sempre ponderamos violência em seu sentido físico, mas o dominador também coage de forma psíquica. A situação criada pela violência simbólica leva o indivíduo a se sentir inferiorizado, por não corresponder à lógica imposta pelo discurso dominante.

Com base nas ponderações significativas, Neusa de Souza (1983), quantificamos a violência simbólica como problema central no que se refere à construção de uma identidade étnica. A autora Neusa de Souza descreve:

A violência racista exerce-se, antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização compulsória e brutal de um Ideal de Ego branco, é obrigado a formular para si um projeto identificatório incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo. (Souza, 1983, p.3)

Se analisarmos a violência simbólica dentro do âmbito identitário, compreenderemos o quanto a mulher negra sofre com esse ideário de beleza. Podemos evidenciar que ao longo do contexto social a questão racial e objetificação da mulher negra são carregadas de estereótipos. Um importante arcabouço cultural, por exemplo, que de certa forma contribui para esse predomínio implícito, está representado pela mídia. No que se refere à inserção do negro na mídia, conseguimos identificar que o seu contexto também retrata certa depreciação. Sabemos que a retratação do negro está associada, em grande maioria, com representações submissas, marginalizadas e/ou exotizadas. Os perfis de destaque estão pautados na imagem branca, seja como protagonista nas novelas, propagandas de cosméticos, comerciais de produtos. (Araújo, 2000). Para certos setores da sociedade, a negritude é vista de forma insignificante, pois a beleza evidenciada nas grandes mídias ainda é o padrão branco.

Nessa imagem distorcida conseguimos identificar mitos que rondam o estereótipo da mulher negra. Muitos desses mitos iniciaram no período colonial por conta do processo de escravização. Homens e mulheres foram arrebatados do continente Africano e forçosamente trazidos para trabalhos exploratórios ao Brasil. As mulheres negras desse regime eram forçadas a trabalhos dos mais variados. Além de realizadoras de todo trabalho domésticos e responsáveis por cuidar dos filhos/as dos seus senhores, estavam expostas os abusos sexuais dos senhores de engenho. O sistema escravocrata mantinha negros/as enquanto peça de ganho. Dentro dessa lógica, muitas mulheres negras eram forçadas a terem relações com outros negros, para gerar filhos e nesse ciclo, mais ganho ao senhoril, além é claro de no período gestacional amamentar os filhos/as dos senhores, sendo assim intitulada como a “ama de leite”. Com a breve explanação aqui posta, já conseguimos avaliar que a violência sexual não era uma simples satisfação biológica, trazia em seu amago interesses de ordem econômica.

Todo esse contexto serviu para construir um julgamento de inferioridade e consequentemente reforçar a anulação de uma identidade negra. A herança escravagista inventou uma visão da mulher negra que perpetua até tempos atuais, toda espécie de preconceitos e discriminações são designadas a esse corpo negro feminino. Costumeiramente julgam dizer quer a mulher negra mais retinta é forte, aguenta qualquer trabalho, suporta a dor física; ou que seu padrão fenotípico não é o tolerado, sendo assim motivo de chacota, características físicas desprezíveis, ou em outro momento, a mulher negra de tom mais claro dita “mulata” é uma representação libidinosa, pronta para o sexo, simples produto de consumo.

As mulheres no geral são culturalmente hipersexualizadas, a mercantilização do nosso corpo e sexualidade é naturalizada para que sejam cada vez mais exploradas. Objetificar a mulher, é nos comparar com coisas, objetos sexuais nulas de vontade, existentes apenas para satisfazer o desejo masculino. Para a mulher negra essa prática se intensifica, pois estamos falando de um sistema de opressão que além de patriarcal é racista.

Para adentramos nas tipologias que enquadram a mulher negra, precisamos falar sobre o colorismo. O termo foi cunhado pela escritora norte-americana Alice Walker²⁰, e tem como definição a intensificação da cor da pele, ou seja, quanto mais pigmento a pele tiver, mais racismo a pessoa sofrerá. Também conhecida como pigmentocracia, o colorismo se orienta apenas pela cor da pele, diferente do racismo, mesmo se a pessoa é considerada negra, as nuances da cor da pele é que determinará o tratamento social que receberá.

O colorismo impossibilita a ascensão social das pessoas negras de pele mais retinta, contribuindo para que essas pessoas pouco ou minimamente alcance espaços ativos. No Brasil, ainda temos algumas particularidades envolvidas ao termo, pois, se soma a cor da pele com características negróides para atenuar o grau discriminatório. É complexo compreender que dentro de uma estrutura racista temos níveis de negociação social caso a pessoa se aproxime do perfil branco, pois, mesmo sendo negra, terá condições favoráveis de aceitação. O colorismo no Brasil colabora para que alguns negros sejam tolerados socialmente. A apresentação da pessoa negra, com traços considerados finos e com o tom de pele mais claro, a permite transitar por espaços de negociação e domínio branco, justamente por se aproximarem da branquitude, mas essa ação dissimula o racismo existente.

O colorismo nesse aspecto torna-se um problema e acentua o estereótipo das mulheres negras dividindo-as entre as mais aceitáveis e exotificadas²¹, por terem a pele mais clara, e as negras mais retintas, pronta para o trabalho servil. A mulher negra é rodeada de dicotomias, por ora é representada pela invisibilidade, por outra é a sexualizada, fogosa na cama. Nos poucos momentos que a sociedade apregoa um gosto por mulheres negras, está associado ao símbolo do carnaval, mulata tipo exportação²²,

²⁰O termo colorismo foi usado pela primeira vez pela escritora Alice Walker no ensaio “If the Present Looks Like the Past, What Does the Future Look Like?”, que foi publicado no livro “In Search of Our Mothers’ Garden” em 1982. <<http://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/>>

²¹Termo que se refere às mulheres negras com tom de pele clara enquanto exóticas. Um padrão de beleza negra, voltado para sexualidade.

²²Título do poema de Elisa Lucinda. Veja na íntegra
<http://www.escolalucinda.com.br/bau/mulataexportacao.html>

da cor do pecado. Quando me refiro à mulata tipo exportação é exatamente aquela para inglês ver, a mulata do carnaval, com samba no pé, libidinosa com a sexualidade aflorada. Aquela mesma mulata que não está no índice das mulheres casadas com homens brancos, porque o correto é a mulher branca para constituir família e a negra para divertir. Essa é a estratagema que o racismo impõe às mulheres negras: a diferente, a mais gostosa na cama, a exótica, mas que ao mesmo tempo é a impura, a desprezível que não serve para o casamento ou monogamia. Avaliamos que nesse contexto mesmo no lidar com a hipersexualização do corpo feminino, o corpo da mulher negra possui um aditivo histórico que as difere.

A realidade cristalizada de que a mulher negra serve para diversão, relações extraconjugaís, mas para casar é preterida pela mulher branca, não foi construída a toa. Esse ranço faz valer índices matrimoniais que, identificam que as mulheres negras são as que menos se casam. No livro, “*O significado da raça na sociedade brasileira*” de Edward E. Telles (2012), o autor descreve a relação de casamentos interraciais e se constata que é mais fácil um homem negro casar-se com uma mulher branca por conta de seu posicionamento masculino e indiretamente de escolha, do que uma mulher negra casar-se com um homem branco onde no imaginário social predomina uma situação de caso extraconjugal. A não ser uma mínima parcela de estrangeiros, que por conta da imagem vendável da mulher negra brasileira, assume relacionamento, por vezes fomentado, pelo o que lhe é exótico. É abominável tamanha amarra de um estigma racial em um corpo feminino.

Compreendemos que os efeitos do colorismo no Brasil, acarretou um dano imensurável para população negra, deturpa a autoestima, afeta os relacionamentos afetivos, além de corroborar com o racismo na manutenção de espaços sociais exclusivamente brancos.

No campo afetivo, uma das pautas mais debatidas neste novo movimento de mulheres negras refere-se a solidão. Como o padrão na escala de cores é o ideal branco, as mulheres negras estão sujeitadas à rejeição. Em comparativos sociais, a mulher branca em maior circunstância, será a primeira opção para um relacionamento afetivo, nessa lógica e ordem, a mulher negra de pele mais clara toma a segunda opção, sendo a

terceira destinada a mulher negra retinta. O homem ainda possui o verniz patriarcal, em que indiretamente consegue definir sua posição na sociedade. Na lógica racista a mulher negra não o atribui nenhum status. O machismo define que a importância da mulher depende de sua beleza, como socialmente construído a beleza é branca, a mulher negra será usualmente preterida.

No que tange o homem negro, indiferente de sua tonalidade, envolver-se com uma mulher branca lhe proporciona status social, isso elucida em parte a necessidade do homem negro que ascende em envolver-se com o ideal de beleza padrão. Isso demonstra alguns motivos pelo qual parte das mulheres negras se encontra na solidão, como diz a autora Harris- Perry (2013), “a solidão na vida da mulher negra é algo que se inicia na infância com o abandono paterno e se estende por toda vida através do preterimento nas relações amorosas”.

Por todos os quesitos aqui apresentados, o recolhimento da violência simbólica e a opressão que a brancura como padrão estético ideal exerce sobre as mulheres negras, é fundamental entendermos que fortalecer a beleza negra, nossos trações e penteados, é sumariamente um item importante da agenda política das mulheres negras. Enaltecer a autoestima negra é influenciar e alterar a ordem vigente, e ser referência para outras gerações de negras. Fomentar uma estética negra é enfrentar o racismo, é deixar de se odiar e inserir o corpo como instrumento de fala, de fazer político.

O movimento de mulheres negras atualmente vem lidando e discutindo essas questões. A importância de se empoderar²³ pela estética acarreta em várias resultados para o movimento. Proporciona uma crescente no mercado étnico, fomenta os afroempreendedores, visibiliza suas necessidades perante uma indústria de moda e cosméticos.

Um termo contemporâneo, oriundo do movimento negro que está diretamente imbricado com a resistência negra pela estética, é a geração tombamento. Essa geração é a nova estrutura de fortalecimento da negritude por meio da estética. Utiliza-se de um visual ostentador e chamativo, evidenciando um estilo que colabore com o destaque do negro/a nesse rol da moda. Os símbolos característicos dessa geração são notados pelos seus cabelos crespos coloridos, de preferência bastante volumosos ou trançados, as

²³ Dar poder e condições ao indivíduo para criar mecanismos de fortalecimento individual que influencia no coletivo.

mulheres comumente utilizam de muita maquiagem, usam batons de cores inusitadas (preto, verde, azul), estão sempre bem vestidos/as, combinando uma aparência urbana e ao mesmo tempo elegante e simples. Esse artifício pode inicialmente não ter dado tanto destaque na grande mídia tradicional, mas alastrou na internet, e respostas favoráveis vindas de outras mulheres negras, fizeram com que esse estilo vigorasse. Se antes a mulher negra era advertida a não usar cores específicas, não pintar o cabelo de certas cores, enfim, uma infinidade de proibições com um recado subliminar de “não fica bem em você”, a geração tombamento vem contradizer e afirmar que hoje a identidade negra pode tudo. O espaço aberto por essa geração, além da representatividade e consolidação da livre beleza negra, contribui para provocar as grandes indústrias e empresas de moda enquanto consumidores/as, também traz a tona debates referentes à liberdade dos corpos negros. As mulheres negras, assim como os homens, podem ser o que quiserem; terem cabelos longos ou raspados, promover a desconstrução do corpo magro como o aceitável e colocam em pauta que o importante é estar bem com o que você é.

Dentro desse processo, a geração recebeu algumas críticas, dos segmentos sociais no geral e em certa medida por parte de vertentes do movimento negro. As críticas eram relacionadas ao contexto da então geração tombamento, se preocupar sumariamente com o visual e esquecer-se das pautas sócio-políticas do movimento negro. Acreditam que valorizar apenas a beleza negra, poderia acarretar na transmissão de uma superficialidade no que tange pastas essenciais ao movimento negro atual, como o fim do extermínio da juventude negra, violência policial, inserção nos espaços altivos, dentre outras. Outros apontamentos se voltam ao processo de comercialização, onde comumente essa geração não passa de uma fachada que influencia outros, mas que na lógica ainda continuam sendo os que menos ou nada lucram financeiramente com esse processo, uma vez que, as grandes indústrias e empresas, são majoritariamente propriedade das pessoas brancas, que utilizam da moda e dos looks corriqueiros para lucrar em cima da crescente estética negra.

A contra crítica aponta aos contraditos que essa análise pode até caber em algumas situações, mas que visivelmente limita as lutas antirracistas. Se por um grande período a população negra não era representada positivamente nas mídias diversas, sua estética ridicularizada, cabelos distinguidos como “ruins”, gradativamente esse movimento que atinge diversas faixas etárias, colabora com a recuperação da autoestima negra, aceitando nossos traços e enaltecedo a negritude. Outro ponto relevante se dá no

público que é abrangido por essa geração. Habitualmente, com essa nova medida de comunicação, alcançam jovens negros/as com faixa- etária média de 12/25 anos, que não necessariamente possuem um engajamento político, mas já consegue através do corpo, marcar posição e pertencimento nesse panorama da beleza, faz com que esses jovens se insiram nessa sociedade racista a sua maneira. Nessas transições visuais, enaltecedo sua pertença étnica, compreendemos que a conjuntura política transpassa o plano ideológico tornando-se notável na reprodução estética. Certamente muitos jovens não partilhavam de um labor militante ou de ações subscritas a um movimento social, mas o fato de gerarem uma conscientização de todo contexto repressor, de um visual considerado secundário nos padrões estéticos de beleza, e positivar esse visual para declarar sua etnia, para além da afirmação de uma identidade negra, é a declaração de uma posição política.

Compreende-se que o racismo é estrutural e possui várias dimensões, se a negritude sempre foi rebaixada no imaginário social, principalmente no que tange as representações negróides do nosso corpo, continuamente relacionada à feiura, daí a importância em contribuir e valorizar com a negritude, não como subsídio de luta, mas complementar contra o racismo. A estética negra é resistência, é empoderar-se e fazer as pazes com sua autoimagem. O nosso corpo, a nossa cor, as nossas características, não são o único viés, mas como já apresentado ao longo da dissertação, dizem bastante sobre o fazer política.

A busca de uma identidade, apesar de complexa e dinâmica, quando se aproxima das origens que remetem à negritude dos indivíduos, permite uma quebra dos padrões estéticos sociais dominantes e torna-se uma afirmação da identidade negra. Mesmo que implicitamente, essa ação de afirmação estética, que remete a negritude, vem acompanhada de intenções em prol de enfrentamento das distintas experiências de marginalização. Para além do estético, a aparência afro transmite mensagens cognitivas que vão ao encontro ao fortalecimento da autoestima até abranger a conscientização de uma população oprimida.

Essa conjuntura macro de análise também é passiva ao contexto regional e nos espaços políticos de maior inserção da pesquisadora. Falar de colorismo, geração tombamento e solidão da mulher negra, remetem às configurações políticas das diversas regiões de mobilização e movimentação das mulheres negras. Problematizar todo esse panorama junto às relações raciais das mulheres negras do município de Uberlândia, na

perspectiva de seus cabelos crespos, é compreender o quanto comum as relações sociais nos são, e o quanto a similaridade de nossas vivências permite que a análise e fala dessas mulheres sejam significativas para abarcar nossos trajetos cotidianos em prol de inserção e afirmação social.

3.2. Análises dos relatos de mulheres negras em como lidar com seu cabelo crespo.

Primeiramente cabe nesse subcapítulo indicar à leitora que por mais que soe repetitivo, essa parte da pesquisa se torna essencial para endossar as teorias antes problematizadas. Com base nas entrevistas, seguidas com um roteiro semiestruturado de quatorze (14) perguntas, evidenciaremos o modo como as mulheres negras lidam com seu cabelo crespo. É importante evidenciar que para a mulher, no geral, os cabelos possuem uma construção significativa. Usualmente o cabelo da mulher está relacionado com símbolos de feminilidade, beleza e sensualidade, e por esse motivo secular, o apego construído em torno das madeixas para as mulheres, funciona como signo substancial na diferenciação representativa. Ao falar de cabelo crespo e suas implicações nas representações sociais, conseguimos identificar que o fato da mesma estar com o cabelo alisado comporta o julgamento de uma negação de sua identidade. Essa marcação ao corpo da mulher negra faz com que a pesquisa seja afunilada a esse público diretamente, na tentativa de compreensão dessa construção de padrões de beleza e seus aspectos no bojo das relações raciais.

As mulheres entrevistadas são residentes da cidade de Uberlândia, essa escolha se deu por tratar-se do município que a pesquisadora reside e possui inserção nos espaços do movimento negro, em específico, o movimento de mulheres negras, assim como a facilidade de retorno ao campo. Foram entrevistadas seis (6) mulheres negras dentro de faixa etárias distintas, para entendermos a conjuntura geracional desse processo de manuseio com o cabelo crespo.

O município de Uberlândia conta com importantes tradições culturais desde o artesanato, música e esporte, assim como o carnaval de rua, com escolas de samba tradicionais; e a Congada. Possui destaque no turismo de negócio, e por ser uma cidade universitária e com vários ramos profissionais, conta com grande índice de migrantes do

interior de Minas Gerais, como de outros estados. De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população que se autodeclararam pretos/as e pardos/as correspondem a 42,9% dos/as Uberlândenses. Em números absolutos, residem em Uberlândia 259.216 negros/as, sendo que no ano de 2000 contabilizavam 170.497 habitantes negros/as. Essa disparidade numérica demonstra um crescimento populacional de 52%. Mesmo com esse aumento, o número de pessoas que se declaram de cor branca ainda é maior (55,8%).

Os dados demonstram a permanência do preconceito racial, e não condiz com a realidade de Uberlândia, principalmente quando no Estado de Minas Gerais o número de negros corresponde a 53,5% da população mineira. Certamente conseguimos evidenciar que a dificuldade de auto declaração para alguns tantos negros residentes de Uberlândia se dá pelo ranço da escravização e dificuldade de afirmação identitária na tentativa de se beneficiar de um modo indireto nas relações sociais estabelecidas junto ao percurso histórico da própria cidade.

Esses dados fazem acentuar o interesse em compreender o modo como as mulheres negras da cidade de Uberlândia lidam com seus cabelos crespos. Considerando a conjuntura histórica e racista da cidade, não é difícil mensurar motivos que levam negros e negras a negarem sua etnia. A herança territorial e histórica da comunidade negra Uberlândense, nascidos em Uberlândia e Uberlandina, imigrante já estabelecida em Uberlândia, acusam as segregações espaciais limitadas pela cor da pele, e em seus desdobramentos evidenciam as relações raciais, ditas por essas mulheres negras. É importante ressaltar que mesmo nas diferenças geracionais das entrevistadas, o cunho simbólico do lidar com seus cabelos denuncia a dificuldade de ser mulher negra nessa sociedade. Todas entrevistadas, sem exceção, anunciam esse processo em primeira instância como penoso, algo incorrigível. Em outros momentos, talvez pelo avanço das pautas políticas desse movimento de mulheres negras, mostra-se uma afirmação identitária como átomo de um micro poder cotidiano.

Em relatos de algumas mulheres entrevistadas percebe-se que muitas falas, indicam dificuldade no trato com o cabelo.

O cabelo já foi uma questão que me incomodou, principalmente no tempo que passava pente quente ou tesourinha. Naquele tempo ele era cru, muito duro mesmo. O incomodo maior é o cabelo, porque roupa você compra e tudo bem, mas o cabelo não tinha jeito. (M. A., 75 anos, aposentada).

Em primeiro momento, surge o incômodo de cuidar do cabelo “duro” conforme o relato. É interessante analisar o discurso de dificuldade como se o cabelo crespo de fato fosse um problema que a todo custo deveria/deve ser melhorado. bell hooks (2005) evidênciava essa passagem comum na vida das mulheres negras, onde o cabelo crespo deve ser contido:

Falamos sobre o quanto as mulheres negras percebem seu cabelo como um inimigo, como um problema que devemos resolver, um território que deve ser conquistado. Sobretudo, é uma parte de nosso corpo de mulher negra que deve ser controlado. A maioria de nós não foi criada em ambientes nos quais aprendêssemos a considerar o nosso cabelo como sensual, ou bonito, em um estado não processado. (BELL HOOKS, 2005)

Percebe-se de uma forma geral das entrevistas realizadas, que todas as mulheres negras, passaram por um processo de negação e tentativas contínuas de “melhora” junto ao incômodo dos seus cabelos. Cada uma com seu modo de cuidar, principalmente pela falta de opções de algumas épocas, relatam a importância de estar bem com seus cabelos e o peso do julgamento dos outros quanto à forma de estar dos mesmos.

No atual sistema de classificação racial brasileiro, determinadas formas de manipular o cabelo possibilitam aos mestiços que se identifiquem enquanto negros ou fujam desse tipo de identificação. Conforme nos aponta a autora Nilma Lino Gomes (2008), “se os cabelos crespos podem dar destaque à identidade negra, rejeitar esse componente é negar o próprio corpo, é camouflar o pertencimento étnico” (GOMES, 2008). A edificação da identidade é algo muito complexo e compreende derivações atreladas ao meio social, cabe compreender o contexto e motivos de aceitação/rejeição da identidade negra através desse ícone expressivo de pertencimento negro. Na fala de uma das entrevistadas, que assim como todas, já passou pelo processo de alisar o cabelo, identificamos quais eram suas pretensões junto a tais tratamentos:

A pretensão era ficar com o cabelo liso e mais fácil de lidar, que ficasse de fato igual as amigas brancas. Que fosse sair e o cabelo já estivesse pronto e não passar por todo aquele ritual de arrumar, desembaraçar e trançar. (A., 49 anos, mestrandona em educação).

A dinamização social e da construção da própria identidade permite que o sujeito faça alterações estéticas das mais diversas, alterar o cabelo é uma delas. Na esfera produtiva, sabe-se estatisticamente que os alisantes capilares são os produtos mais procurados, pois esticam as ondas acentuadas, permitindo um penteado disciplinado e menos volumoso. A manipulação desses ícones pode representar a tentativa de aproximação de um ideal branco, para se afastar dos predicados históricos de inferioridade estendida ao corpo negro. Quando perguntado às entrevistadas se já haviam passado por alguma situação de constrangimento por conta do cabelo em sua maioria relataram que sim. Percebe-se que as diferentes gerações passaram por situações similares e evidenciam uma memória embaciada dessas recordações. Isso se dá, pois em alguns momentos, principalmente quando criança, não se comprehende o todo de uma situação, mas ao longo de sua história aquela ação que pode até vir a ser recorrente começa a fazer sentido e é onde de fato se experimenta o racismo.

Lembro-me que fui numa determinada festa e resolvi utilizar meu cabelo natural. Em uma roda de amigos um garoto fez uma brincadeira racista. Ele me viu, estava na roda e começou a cantarolar a música da Xica da Silva. Eu percebi que era pra mim, e aquilo me incomodou, eu era a única negra na roda e eu não tinha uma consciência racial, mas senti aquela situação e era evidente que era uma crítica por conta do meu cabelo natural. (B., 56 anos, diarista)

Outra situação comum e vivenciada por várias mulheres negras era o ritual da chapinha e os ânimos da natureza. Normalmente quando a mulher negra escova e passa prancha em seu cabelo se armar uma chuva ou o tempo não estiver em uma temperatura estável, certamente o cabelo vai encrespar. Essa situação dada em um momento de lazer, principalmente quando a pessoa já se encontra na festa ou no lugar de descontração, o julgamento do outro quanto a forma do seu cabelo vai diminuir sua autoestima e fazer com que não se sinta a vontade naquele espaço. A fala de uma entrevistada exterioriza bem essa situação:

Tinha feito todo ritual da chapinha para ir a uma festa que era a comemoração da conclusão de um ano escolar. Estava muito empolgada com a festa, inicio da adolescência das paqueras e estava acompanhada de um rapaz. Começou a chover e só a umidade do ar fez com que meu cabelo encrespasse. Eu fiquei com tanta vergonha, me sentindo a mulher mais feia da festa, queria desesperadamente sair daquele lugar. (M.L., 27 anos, professora)

Pelos relatos aqui expostos, percebemos que a autoestima e a construção da identidade negra é um processo complexo e repleto de elementos significativos, compreendemos essa construção como algo doloroso para o indivíduo de cor negra, o qual, desde a escravização de sua etnia, sofreu uma ruptura com sua história e cultura, um distanciamento de seus pares e principalmente uma inculcação de inferioridade. Nesta configuração, notamos que essa premissa torna a construção ou o resgate da identidade um exercício difícil e por muitos negado. bell hooks sinaliza que essa necessidade de controle capilar está diretamente relacionada a repressão sexual. É comum mulheres negras usarem de produtos químicos dos mais diversos, seja para alisar, relaxarem, amaciá-los no intuito de domá-los principalmente em presença de seus pares, pois, temem ao toque do parceiro na impressão de que seriam menos desejadas por conta de uma suposta falta de ordem do mesmo. Aparentemente, afirma a autora, o cabelo alisado demonstra um aspecto de “ficar sempre no lugar” e ameniza essa insegurança perante seus pares ou até mesmo a desaprovação de outras pessoas.

Partindo deste pressuposto, analisamos como a manipulação vinda dos padrões do dominante (moldes dos brancos) exerce intenso domínio no simples ato de arrumar o cabelo. Este estigma faz com que o indivíduo negro e mestiço negocie a todo o momento a sua identidade, ora assumindo sua negritude quando permitido ou conveniente, ora se acomodando aos padrões de aceite social. O discurso político da naturalidade do cabelo é mais centrado aos movimentos negros. Assumir um cabelo “natural” implica reconhecer sua descendência africana e absorver um discurso da negritude, consequentemente uma afirmação da identidade negra. Para hooks (2005) alisar o cabelo está vinculado historicamente a um sistema de dominação racial que é inculcado nos/as negros/as, principalmente para as mulheres que temem não ser aceitas socialmente com seus cabelos naturais.

Em contrapartida percebe-se que gradativamente uma conscientização no que tange esse processo de aproximação de um ideal branco, está sendo mais bem problematizado, conforme aponta a fala de outra entrevistada, quando perguntado se ao longo da vida o cabelo já foi algo que lhe incomodou:

Eu achava que me incomodava, pela questão do preconceito das pessoas. As pessoas falavam que meu cabelo era ruim, aí eu me sentia incomodada, por falta de conhecimento ou mesmo de como lidar com o preconceito. (G, 19 anos, estudante de Veterinária, vendedora).

O corpo e o cabelo negro podem ser vistos como ícones de aproximação ou afastamento da negritude, ele é um elemento que evidencia o pertencimento étnico. Como aponta Santos (2000), o importante é analisar, para além da hierarquização de cabelos definidos como “bons” e “ruins”, de que modo os diferentes tipos de cabelos são utilizados para se pensar as diferenças na sociedade.

Nas entrevistas realizadas com mulheres negras de diferentes faixa-etárias, pontuamos que todas atribuem que comparado com antigamente, muita coisa mudou para tratamento de cabelo crespo. O leque de opções atualmente possibilita sair da zona do alisamento e permite utilizar seu cabelo da maneira que convém, trançados, alongados, cacheados, encrespados:

Antigamente a intenção era alisar para ser aceita, hoje não mais. Com a divulgação de novos produtos ou as pessoas acreditarem que cabelo crespo é moda, surgiram novos tratamentos, pode deixar natural, enrolar, trançar, colorir de diversas cores, enfim, muito diferente do tempo da minha mãe. (D, 17 anos, estudante)

Essas colocações nos fazem refletir sobre muitos aspectos do âmbito racial. Do ponto de vista da luta antirracista, não podemos desconsiderar a importância dessas discussões. O fato de exaltar a negritude também significa uma construção ideológica de um grupo, é uma crítica às relações de poder inseridas nas relações sociais/interraciais. Sabemos que muitas das vertentes do movimento negro utilizam o visual estético do negro, em seu conjunto mais natural, como forma de contestação. Pode até aparecer aos nossos olhos apenas uma conotação física, mas de fato também se molda em uma construção cultural, dentro de um grupo e manuseada politicamente.

Não se pode negar que essa relação de estima estética afro, foi conferida pelos contornos dos diversos períodos das lutas sociais negras, paralelo ao seu grau de mobilização e conscientização. Nos próprios relatos analisados, conseguimos evidenciar que a fala das mulheres mais jovens já despertam uma proximidade aos ensejos de afirmação estética dos movimentos de mulheres negras. O processo desencadeado por essas manifestações negras de cunho político e cultural formou um conteúdo histórico

no qual muitas jovens negras de novas gerações alimentaram seus anseios antirracistas e de afirmação positiva à beleza negra.

Ao falarmos de uma identidade negra, é impossível negar seu preceito de influências. Os movimentos que de certa forma lutaram/lutam pela valorização do negro na sociedade são pontes de extensão junto à lógica de desconstrução de um ideal branco. Sabe-se que várias lutas do movimento negro tinham esse apelo identitário de aceitação da estética negra, e com o rompimento do modelo padrão de beleza hegemônico, provoca uma nova configuração na construção dessa identidade negra, inserindo os padrões da beleza negra.

4. O movimento que altera a estética das mulheres negras.

Tanto na coleta de dados apresentada, e a conjuntura atual de movimentação de mulheres negras que evidencia o uso do cabelo crespo como símbolo de aproximação da negritude, nos faz enxergar a tônica de uma nova disposição no manuseio dos cabelos. Um fenômeno muito corriqueiro nessa ótica de alteração estética das mulheres negras é o processo de transição capilar, ou rotulado por algumas mulheres *big chop* (grande corte). A transição nada mais é do que, o ato da mulher negra deixar de alisar o cabelo, deixando crescer seu cabelo natural. Quando os fios naturais atingem certa medida, as mulheres efetuam o grande corte, ou seja, retira toda parte lisa. É interessante acompanhar de forma sociológica a mudança aparentemente repentina das mulheres negras em evidenciar sua etnia através dos cabelos. Percebemos que de três anos pra cá, o número de mulheres negras que passaram pela transição e retomaram seus cabelos naturais aumentou. Certamente essa ação deva ter influência midiática, uma vez que das poucas atrizes negras das emissoras mais populares, nesse período adotaram seus cabelos crespos, mas sabemos que a pauta da autoestima e aceitação étnica dentro do movimento de mulheres negras também cresceu consideravelmente, e é um forte movimento que impulsiona essa alteração estética.

Em uma rápida análise quantitativa de vídeos online nos canais Youtube, que auxiliam mulheres negras em transição, conseguimos mensurar uma média de 37.000 vídeos com as mais diversas propostas e dicas de transição capilar (do liso para o cacheado ou crespo). Podemos considerar que no bojo do movimento de mulheres negras, pautas políticas que evidenciam a importância da aceitação e autoestima de sua etnia, impulsiona um arranjo virtual que estimula a valorização dessas mulheres. Alguns vídeos não carregam essa pauta política e destoa a ação mais pelo lado da moda ou similaridade com alguma celebridade midiática. De todo modo, sendo moda ou discurso político, vale refletir que esse movimento trás a tona um protagonismo das mulheres negras e se antes estavam mais suscetíveis a uma ditadura do cabelo alisado, conseguem desvencilhar desse estigma e experimentar novas formas de lidar com esse processo racial. É interessante pensar que por vezes vão esbarrar nas opiniões alheias que fomentam o imaginário e ações de muitas mulheres negras, mas esse micro poder de contra imposição ao padrão vigente, já se torna uma nova maneira de encarar as relações raciais dentro de nossa sociedade.

Essa ferramenta de vídeos online, que evidenciam o antes e depois dos cabelos, ganhou bastante adesão por parte das mulheres negras. A maioria dos vídeos ajudam as mulheres a cuidar dos seus cabelos em casa utilizando de produtos naturais. Percebe-se que das mulheres entrevistadas, todas em determinado período da vida, utilizaram/ utilizam do processo de hidratação em casa, fazem esse ritual de diferentes formas com cremes, hidratação caseira com frutas, com óleos. Quando questionadas de onde retiraram essas receitas evidenciavam que retiravam da internet, dos amigos, da avó, da mãe, vinha de várias partes, pois toda mulher negra já teve/ têm experiência para contar sobre seus cabelos crespos. Nessa esfera, as mulheres negras galgaram um novo nicho de extensão política e estética.

Nessa configuração contemporânea percebemos um aumento consistente de vídeos, tutoriais afirmativos e blogs com o mote único de auxiliar a mulher negra a cuidar do seu cabelo crespo, pele e maquiagem. Parece ser um assunto tão distante do debate político, mas como já exposto anteriormente, a afirmação identitária do negro/a é um processo de desconstrução, é político, pois, valoriza uma estética marginalizada, enaltece nossa etnia negra.

Esses tutoriais afirmativos contribuem com as pautas do movimento de mulheres negras. Essas primeiras inserções online com poucos produtos que atendam as necessidades do fio crespo faz com que as mulheres retomem os saberes tradicionais, ou seja, experimentem uma etnociência já esquecida e muito eficiente.

Os saberes tradicionais são processos de ensinamentos dados de forma hereditária e comumente mantidos em comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, dentre outras; onde com o saber herdado de pais para filhos, eternizam uma lendária forma de manuseio da botânica, das ervas medicinais, e segmentos da natureza. Sabemos que as discussões no que tange saberes tradicionais e saberes científicos são inesgotáveis. A ciência ocidental tende a desvalorizar as práticas das comunidades tradicionais, na tentativa de hierarquizar o conhecimento. Um processo um tanto soberbo uma vez que os conhecimentos no geral são compreendidos como buscas de apreensão sobre o mundo.

O autor Claude Levi-Strauss em sua obra, *Pensamento Selvagem* (1962), já apontava para a existência de duas formas de pensamento científicos distintas entre si. Elas não são funções de estágios desiguais de desenvolvimento humano, mas de estratégias diferentes do pensamento, sendo uma mais afastada e outra mais ajustada à percepção e à imaginação. A ciência do concreto é dita como a capacidade da percepção da intuição sensível algo mais comum e valorizado pelo autor na sociedade “selvagem”. Para Levi-Strauss ela é mais próxima da imaginação ao contrário da sociedade moderna que se afasta das qualidades sensíveis. O autor defende que o conhecimento precisa tanto do abstrato quanto do concreto é uma mescla para se ter o pensamento. Constatamos tal argumento nos próprios dizeres do autor “o saber teórico não é imcompatível com o sentimento, que o conhecimento pode ser objetivo e subjetivo ao mesmo tempo, (...)”(Levi-Strauss, 1962, p.54). Com esse argumento o autor defende dentro de sua obra a necessidade de uma observação mais profunda e desprovida de preconceito ao que se refere analisar as sociedades ditas como primitivas, pois o pensamento “selvagem” também supõe uma ordenação classificatória e dinâmica. Manuela Carneiro da Cunha (2007) sinaliza que, por vezes, caímos no erro de acreditar que os conhecimentos tradicionais são estáticos, um acervo fechado. A mesma nos auxilia na compreensão de que no processo de transmissão geracional novas práticas são incorporadas, novos modos de fazer são adotados.

Adentrando ao cerne de nossa dissertação, compreendemos que valorizar os saberes tradicionais não está só no reconhecimento desta ciência, mas também em considerar um saber anterior a sua vivência, saber que nossos antepassados já conseguiam pensar nesse processo de lidar com o cabelo crespo, já haviam realizado experimentos diversos para sua compreensão, e nessa lógica de resignificação, ainda praticamos desses saberes, por vezes costumeiros e cotidianos, mas sem menção à aquelas que nos antecederam, que já diagnosticaram que o cabelo crespo é mais seco e por isso nos pede maior hidratação, necessidade de uso de óleos vegetais, gordura animal, identificaram que a babosa possui propriedades que fazem bem ao cabelo crespo, práticas utilizadas a alguns tempos atrás pelas nossas bisavós.

Nilma Lino Gomes (2008) em sua obra *Sem perder a raiz – Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*, já salientava que o cabelo crespo leva consigo um simbolismo apreendido com nossos ancestrais. A longa tarefa de cuidar do cabelo crespo, já era uma prática de várias horas entre os/as africanos/as. O processo de lavar, pentear, untar, decorar e trançar o cabelo já evidenciava que o tratar do cabelo exigia experiência e conhecimento. Em uma passagem a mesma cita:

Em vez de óleos naturais, atualmente usam-se produtos étnicos que, segundo cabeleireiros e cabelereiras, são feitas com tecnologia especializada para ajudar no desembaraçar dos cabelos crespos. Contudo, por mais avanços tecnológicos, esses produtos guardam na composição química, alguns componentes usados pelos nossos ancestrais africanos, por exemplo, a manteiga de Karité. (GOMES, 2008)

Nessa passagem já podemos perceber que os saberes tradicionais estão lá, por mais que surjam produtos étnicos que entenda as especificidades do cabelo crespo, sua base para que o produto cumpra o esperado está pautada nesse saber secular.

O movimento de retomada dos cabelos naturais junto com espaços virtuais auxiliam as mulheres negras em vários aspectos. Ensinam formas naturais de hidratação, explicam a distinção de um cabelo cacheado para um cabelo crespo, criaram tabelas com estudos que permitem que cada mulher identifique o tipo de crespo do seu cabelo, têm tabelas semanais de reconstrução capilar e tudo isso sendo dito por uma mulher negra que experimentou essas ações e permite que a espectadora confira seu antes e depois. Todas essas medidas servem de estímulo para que mais mulheres negras

assumam seus crespos, resgatem sua negritude e autoestima; e indiretamente repensem sua condição e papel na sociedade.

Esses direcionamentos ao mesmo tempo em que são positivos e demostram um protagonismo negro, fomenta uma ajuda mútua entre essas mulheres. Proporciona um resgate de autoestima edificado uma nas outras, é compreender que por tempos fomos anuladas, moldadas nos encaixes do que era dito aceitável.

Se reconhecer como negra através do cabelo crespo e ser referência para outras faz com que o debate maior não esteja centrado apenas no cabelo, mas no fortalecimento étnico e seus desdobramentos políticos e até mesmo de pertença de grupo. Assumir o cabelo crespo na conjuntura atual dos movimentos e mobilizações de mulheres negras deixa de ser uma ação solitária e em coletivo, permite esquadrinhar todo esse processo de embranquecimento que nosso corpo obrigatoriamente incide. O movimento de mulheres negras junto a sua pauta de resgate a autoestima, empodera e contribui para uma compreensão sistemática de transição. A passagem deixa de ser apenas uma técnica estética para um reconhecimento histórico de nossa condição social, dando assim mais força para aceitação de nossas raízes.

4.1. Cabelo crespo enquanto resistência e pertencimento - uma análise dos movimentos de mulheres negras e seus cabelos crespos.

Percebemos que comparado com outros tempos, mulheres negras têm enaltecido a identidade negra. Se antes se viam reféns do alisamento, atualmente vários caminhos referenciam o cabelo crespo natural. A mudança desse cenário está diretamente relacionada com a consolidação do movimento de mulheres negras.

Essas percepções se fazem mais contundentes na medida em que o cabelo crespo passa a ser valorizado e incentivado mais facilmente. Nota-se que essa alteração estética de maior intensidade, vem ganhando força pós anos 2000, chegando a ser mais evidenciado em 2009. Essas proporções podem ser mensuradas junto as respectivas datas dos tutoriais afirmativos que circulam nos blogs e vídeos youtube.

Percebe-se que com a maturação política, o movimento de mulheres conseguiu alcançar outros níveis de plataforma, conseguiu consolidar que o processo estético do

corpo negro é um ato político. Influenciar várias mulheres negras de determinado período, de modo a conscientizar da beleza que as mesmas carregam, é evidenciar o posicionamento de aceitação e identidade. Essas ações estão diretamente ligadas à constituição de uma autoestima, que pela maioria só era entendida na forma dos seus cabelos “domados”, ou seja, padronizados frente a um ideal branco.

As histórias da maioria das mulheres negras no que tange seus cabelos, são muito similares, crescem acreditando que o cabelo crespo é feio, e nessa perspectiva, odeiam o que veem no espelho. Se dentro de uma estrutura racista, fomos adestrados/as a considerar o volume, a carapinha como o que deveria ser moldado, melhorado. O movimento com seu empenho gradativo, tocando no âmago de primeiramente se amar, corrobora com a aceitação do nosso corpo, dos nossos traços, renasce a consciência de que nosso cabelo faz parte de nossa história, nossa genética, fortalece nossa identidade cultural. Provavelmente a passagem da transição, os outros/as tendem a nos desmotivar, a afirmar que nossos cabelos são feios, secos, dão trabalho, garantem que dá mais trabalho ele natural. É incrível apreender que não só as pessoas próximas farão esse papel do contra, mas que a conjuntura social no todo arregala os olhos para o que soa diferente da ordem. Se rebelar para uma mudança, para inserção de novos padrões de beleza, padrões que exaltam a negritude, é começar a se entender como sujeito político, e valer-se de seu corpo em prol de uma luta racial.

É importante analisarmos como foi dada essa tônica política de um movimento natural, como foi moldando sua aceitação, para hoje de fato podermos obter resultados significativos do que vem a ser uma valorização da estética negra. Antes desse último passo, o movimento passou por algumas indagações. A visibilidade das pautas do movimento de mulheres negras, eram dadas em poucos espaços. Se não tínhamos esse reconhecimento na história, na grande mídia, na escola ou universidades, o que fez com que ganhasse novos contornos e permitiu novas possibilidades foi a participação nos ambientes de discussão política para a comunidade negra, que se desdobrou em uma mobilização de mulheres negras e aumentou o percentual de uma mídia alternativa nas redes sociais, blogs, vídeos; inclusive essa demanda coletiva que comportou a afirmação identitária através do cabelo crespo.

No inicio, essa pauta da identidade negra consumada pelo cabelo crespo, ganha adeptos. Mulheres que tornaram referências para as demais. Por exemplo, algumas atrizes globais saíram da lógica do alisamento e afirmaram seus cabelos crespos. Essa visibilidade desencadeia nos primeiros passos da transição de muitas mulheres negras. Junto a essa evidência, surtem algumas contradições. O cabelo natural ganha adesão popular, passa a ser entendido como bonito e palatável. O que cabe enfatizar, é que nesse bojo de cabelo natural aceitável, não estava alocado o cabelo crespo e sim o cabelo cacheado. O mote “assuma seus cachos” ganha força, mas será que o cabelo de toda mulher negra cacheia? Essa pergunta começa a permear o imaginário de muitas mulheres negras que encararam passar pela transição. Os cachos definidos e controlados possuem uma maior concessão social e para aqueles cabelos que fogem desse preceito, recebem olhares atravessados, sofrem repressão.

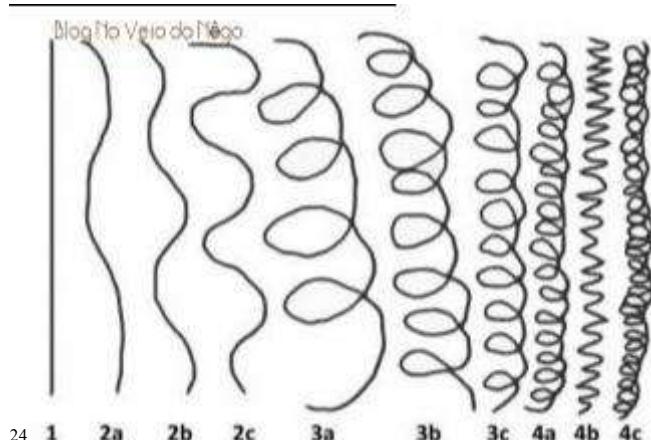
Nota-se que antes da aceitação de um cabelo natural, o cabelo do/a negro/a incide por uma hierarquização. Se antes era imposto implicitamente o liso, o comportado, o sempre arrumado; com o pouco de visibilidade da pauta identitária que o movimento impulsiona, cai primeiro na armadilha do cacho “perfeito”, também contido, simétrico, controlado. Aos crespos fora desse perfil cabe o estilo preso, escondido, ou quimicamente tratado. A sociedade e sua estrutura são ardilosas, se a opressão era o perfil padrão do liso, remodelaram a opressão para o padrão do cacho perfeito. No acompanhar de todo esse dinamismo social, podemos elucidar essa ação com alguns salões de beleza intitulados étnicos, mas que ganham sua clientela no procedimento inverso a ação do movimento social. Como exemplo, podemos utilizar da trajetória de um grande salão de beleza que possui sede em vários lugares do Brasil e propiciam, a essas mulheres o milagre que tanto desejam. O salão Beleza Natural, muito conhecido pelas mulheres negras brasileiras, entra nessa lógica.

A autora Cruz (2014), conseguiu descrever sua experiência enquanto cliente e concomitantemente pesquisadora junto aos salões do *Instituto Beleza Natural*. Ela consegue evidenciar em sua análise que por trás do discurso “bonito do jeito que é”, o salão que não se intitula enquanto um salão étnico, apesar de ter uma clientela majoritariamente constituída por mulheres negras, tem em sua lógica propiciar o tratamento do cabelo crespo, não no intuito de alisá-lo, mas manipular o crespo para o cacheado. Conseguimos vislumbrar que essa prática incita um padrão de beleza negra,

logo o discurso de uma afirmação identitária é cooptado por uma lógica de mercado que aborda de modo relevante uma nova forma de beleza negra, tornando-se uma beleza aceita e padrão.

O bom de toda essa situação, ainda está pautado nas referências. A internet e em específico os tutoriais afro-affirmativos disponíveis no Youtube conseguiram corroborar com a afirmação dessas mulheres negras que passaram por transição. Na própria entrevista realizada com as mulheres negras, das que passaram pela transição capilar, percebe-se em relatos a forma como eram desencorajadas por outros a deixar o cabelo natural. Entender a dimensão dos cabelos crespos, é um processo de auto-aceitação, e entender a textura do seu cabelo. O cabelo crespo possui quimicamente falando, várias representações e tipos. Após toda essa problemática instaurada pelos cachos perfeitos, blogs e tutoriais começa a evidenciar pesquisas químicas e demonstrando as diferentes texturas do cabelo cacheado ao crespo. É perceptível que a intenção desses blogs e tutoriais afirmativos não tinham como pretensão reforçar a hierarquização capilar, mas sim, dar o recado a todas mulheres pretas em conflito estético que não existe escala de cabelo melhor ou pior e sim diferenciações e o quanto importante é para mulher negra saber qual é a classificação do seu cabelo para melhor cuidá-lo.

No cotidiano das mulheres negras, é comum ouvirmos que passaram por tantos procedimentos químicos que nem lembram como eram seus cabelos naturais. Dentre os relatos colhidos junto as entrevistas, evidenciam passagens de cabelos mais frágeis que caiam com determinada química. Assim, com base em estudos afro-americanos, conseguimos nos familiarizar com a tabela de tipos de cabelos crespos²⁴. Sabemos que os processos de miscigenação americana e brasileira se deram de forma distinta, logo,



²⁴

essa tabela soa apenas como um tipo ideal de classificação, podendo não ser totalmente adaptada a algumas mulheres negras brasileiras. Outra observação importante dada para as mulheres antes de se submeterem ao encaixe classificatório proposto na tabela, os blogs alertavam que poucas mulheres negras possuem o cabelo todo em uma mesma textura, por vezes, as texturas são mescladas, onde consegue identificar que ele é mais crespo na frente ou no meio e nas demais partes mais enrolado. A explicação dada em todos esses canais era para alertar as mulheres negras que não há um padrão de beleza a ser seguido, era evidenciar a importância de se sentir bela do jeito que é. Essa foi uma das formas de desconstruir, também lentamente, a ideia de cachos perfeitos. A classificação atribuída na tabela não era para enfatizar uma escala com polo negativo (perfil marginalizado) e positivo (perfil aceito socialmente), mas informar que a textura do cabelo crespo à cacheado são diferentes na tentativa de romper com a prática de sair de um padrão e adentrar em outro.

A tabela vem para corroborar com os cuidados, entender que todo cabelo enrolado e crespo exige maior número de hidratação e cuidado, indiferente da tipologia. O fato primordial enfatizado por esses canais era demonstrar que cada cabelo tem sua beleza e singularidade e dentro das relações raciais tecidas na conjuntura brasileira, gostar dos seus traços e cabelo, é sobretudo reforçar o sentimento de pertença da nossa identidade racial e cultural.

Os desdobramentos dessa aceitação passaram a ser reformuladas nas ruas de diversos Estados e cidades. Com o crescente aumento de seguidoras e aliadas militantes e não militantes que endossaram a importância afirmativa dos blogs e tutoriais, nasce as marchas de orgulho crespo. Organizada pelas idealizadoras desses canais interativos e afirmativos online, mulheres negras saem da aproximação dada inicialmente em redes e se reúnem presencialmente, para afirmar essa pauta estética de valorização negra. Mais noticiado nas grandes capitais, percebe-se que muitas mulheres negras se encontram, trocam dicas de cuidado com os cabelos, dialogam sobre suas condições de mulher negra na sociedade, reivindicam aceitação dessa beleza e encorajam novas gerações.

Esse encontro também foi construído na cidade de Uberlândia pelo grupo “Crespas e Cacheadas”²⁵.

Em entrevista cedida ao Jornal Correio de Uberlândia, uma das fundadoras do grupo Andressa Sousa Santos, de 21 anos, expõe a forma e motivos de organizar os encontros. Recém chegada de Brasília e já em processo de transição capilar, sentia falta de troca de experiências com mulheres que passará pelo mesmo processo. Assim por meio das redes sociais criou uma rede de apoio na cidade de Uberlândia, onde reunia cerca de 170 participantes. As mesmas trocavam ajuda mútua e conversam sobre empoderamento através da estética negra, combater o racismo através da afirmação dos cabelos crespos. Os encontros presenciais do grupo ocorrem uma vez por ano, e serve como um coletivo de referência na cidade para afirmação da autoestima da mulher negra.

Compreendemos que o processo nacional de movimentação das mulheres negras, ganham adeptas, e devagar regionalizam e recebe novos contornos, próprio de cada região. Partilhar da troca de experiência dessas mulheres é assinalar um passado comum a todas nós, histórias do lidar com o cabelo crespo que se assemelham, que carregam traumas, que passa pelo enquadramento padrão do alisamento, e com a mudança social, se permite novas ações, assumem a beleza natural. Se tivéssemos que datar e mapear onde essa movimentação começou, por quem, acredito tratar de dados impossíveis de mensurar, mas a certeza que prevalece é que as mulheres negras em conjunto se ajudaram, conseguiram efetivar a conscientização de uma estética marginalizada, e fortalecer uma estima negra de autoconhecimento e aceitação.

A própria Andressa relata que²⁶:

²⁵ Link completo de projeto e encontros realizados periodicamente na praça Sérgio Pacheco na cidade de Uberlândia–MG. <<https://sermulhernegra.wordpress.com/2015/10/23/comoeserumamulhernegra-encontro-de-crespas-e-cacheadas-de-uberlandia/>>

²⁶ Entrevista cedida ao centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade no dia 11/04/2016. Link da entrevista na íntegra: <<http://www.ceert.org.br/noticias/genero-mulher/11120/mulheres-negras-ostentam-cabelo-natural-e-dao-basta-em-alisamento>>

Decidi fazer a minha própria história de mulher preta. Foi aí que conheci um movimento imenso na internet, de meninas que estavam começando a deixar o cabelo natural. Enfim, encontrei pessoas para me espelhar. Hoje, vivo a aceitação completa do meu corpo. Nunca imaginei que chegaria nesse ponto, de me olhar no espelho e gostar de cada pedacinho de mim.

Vários relatos desse encontro fazem com que consigamos enxergar os elos comuns entre nós mulheres negras no que tange nossa autoestima. Seu papel enquanto mulher negra, uma infância marcada de estereótipos e processos químicos nos cabelos, a dificuldade de passagem pela transição capilar, o se fortalecer e se considerar bonita, ser referência para outras mulheres, são todas perspectivas postas e discutidas. Certamente que esse movimento e suas pautas não atingem o todo social, por vezes, não atende aquelas mulheres negras com menos acesso e condições. O lado positivo de todos esses desdobramentos está na possibilidade que criamos para novas gerações, para que as histórias de muitas meninas negras, não seja de anulação e negação de sua aparência. Já notamos que não dá pra sair em um padrão para ficar refém de outro, mas se futuramente, ainda existirem opções de químicas e alisamentos, que sejam feitas por escolha, e não uma implícita imposição social.

5. Considerações Finais.

Atualmente observamos várias mulheres negras assumindo seus cabelos naturais, valorizando a negritude e afirmindo sua aceitação étnica. Durante muito tempo nossa estética foi tida como necessária de ajustes, se enquadrando aos padrões de beleza do ideal branco. Esse cenário assume mudanças e as pessoas negras de diferentes idades

e classe social, encontram motivações para se autoconhecerem e fortalecer sua autoestima. Esse processo não é dado de forma desprendida das mobilizações sociais em prol da valorização do negro na sociedade. É evidente que o movimento negro no seu início, já indicava essa necessidade de afirmação identitária como luta antirracista. Mas com o surgimento do movimento específico das mulheres negras, trabalhar com autoestima da mulher, questões de gênero e suas importâncias na lógica estrutural machista e racista, foi de extrema importância para desconstrução de estigmas que as circunscrevem.

Trazer a tona sua participação e ações políticas específicas, corrobora com a necessidade de retirada dessas mulheres do esquecimento. É importante enfatizar seus trabalhos, suas contribuições para a história e conscientizar o outro de que seu papel na estrutura social não é secundário, é essencial. Trabalhar com toda essa conjuntura nos desperta para uma compreensão de que a identidade é construída na alteridade, e se somada a uma mobilização política e coletiva, serve para reconhecimento de uma identidade própria, frente à sociedade e o espelho.

Através dos movimentos de mulheres negras e de toda simbologia atribuída ao corpo e cabelo do/a negro/a, entende-se que essa manipulação envolve aspectos de conscientização ou afastamento da negritude. O cabelo é um marcador étnico, o método de alisamento circunscreve muitas possibilidades que vão para além do simples gosto. O próprio estereótipo, construção acerca de um fenótipo, evidencia exigências sociais implícitas como boa aparência, relacionada a cor da pele e textura dos cabelos. Essa aparência aceita pela sociedade resvala em processo de exclusão, marginalização e baixa autoestima, enfatizando a necessidade de embranquecer- se para uma aceitação social.

Por mais que neguem a existência de um padrão hegemônico em um país tão plural como o nosso, sabemos pelas relações sociais e raciais existentes que o estigma do cabelo crespo faz com que em específico as mulheres negras se sintam diminuídas, não se considerem belas. Alisar o cabelo pode ser considerado uma saída para encaixe desde padrão de beleza introjetado no imaginário social. Outro ponto relevante que é sobre a invenção de um padrão de beleza negra, aparentemente mais aceito e ao mesmo tempo pernicioso que promove hierarquia de tons de pele e texturas de cabelo,

problematiza questões diversas das perspectivas históricas do embranquecimento, que servem como base negativa para construção da identidade negra e o modo como estas questões estão reproduzidas no âmbito social.

O que deve ser levado em consideração é que, assim como essa construção é conferida ao corpo negro de forma pejorativa, seu inverso também ocorre como forma de afirmação. O cabelo e o corpo negro tornam-se um marcador identitário e um elemento definidor de pertencimento. Esse desdobramento tem grande parcela de contribuição dos movimentos de mulheres negras, por trazerem como pauta a importância das suas lutas, evidenciar todo peso opressor atribuído ao corpo da mulher, ora fetichizado, ora marginalizado e no geral, nunca livre. Problematizar pastas políticas e fortalecer uma autoestima soa como ações de influência da consciência étnica. Podemos constatar que em grande medida mulheres negras fazem dessa aceitação uma necessidade do auto-reconhecimento. Quando digo necessidade, refiro-me que a mulher despolitizada que assume seu cabelo crespo, passa por diversas situações de constrangimento por conta dessa ação, que no decorrer desse processo terá apenas duas saídas: não suportar as situações racistas e voltar a alisar o cabelo, ou se informar para desvencilhar e se defender dessas situações. Mesmo que timidamente, assumir o cabelo em sua forma natural, contribui para percepção de sua imagem na sociedade e consequente munir-se politicamente.

Consideramos que todas as mobilizações sociais, espaços de congruência política em prol da promoção da igualdade racial e valorização da estética negra, são ações que estão imbricadas. Se assumir enquanto negro/a pelos cabelos está para além de um ato estético, é fazer política, se desvencilhar das convenções que nos enfraquece. A beleza negra está ganhando contornos positivos, sendo valorizada e incentivada. Muitas negras estão servindo de referência para novas gerações, tendo essa atualmente mais representatividade que em outros tempos. Portanto, a estética negra é um instrumento político de resistência. Nossa auto aceitação diz muito sobre nós, nos faz refletir que nada deve nos ser socialmente imposto, e empoderar-se dessa negritude é ser contrário a todas tentativas que nos enquadra em padrões ditados e banalize nossa luta.

6. REFERÊNCIAS

AMARAL, Rita (1998). Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo. Disponível em <<http://www.n-a-u.org/Amaral1-a.html>>, Acesso em 27/11/2015.

AMNB – Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras. Mulheres Negras – Formulando Políticas de Desenvolvimento. 2005, CD-ROM.

ANDRÉ, Maria da Consolação. **O ser negro - A construção de subjetividades em afro-brasileiros.** 1º ed. Brasília: LGE editora, 2008.

ARAÚJO, Joel Zito. A negação do Brasil - O negro na telenovela brasileira. 2º Ed. São Paulo: Senac, 2000..

BICUDO, Virgínia Leone. **Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo.** Tese de mestrado, Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, 1945.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu. Patrice Bonnewitz; tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. A distinção: Crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRASIL, **Ministério da Educação.** Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 - .Altera a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “Histórica e cultura afro-brasileira”, Brasília, DF, 2003.

BRASIL, **Presidência da República, casa civil, subchefia para assuntos jurídicos.** Lei nº 12.987 de 2 de junho de 2014 – Dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

BUSOLIN, M. Batekoo marca o fortalecimento do movimento negro no Brasil. **Estadão**, São Paulo, 24 de junho 2016.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 49, n. 17, p.117-132, 2003. Quatrimestral. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>

Catálogo dos núcleos de estudos afro-brasileiros- NEAB's. Disponível em: <http://www.abpn.org.br/neabs/index.php?title=P%C3%A1gina_principal>, Acesso em 23/06/2013

Centro de integração de Cultura Afro-Brasileira. IBGE. Negros são maioria no país.

Olinda: Maio, 2011. Disponível em<<http://portalciafro.org.br/noticias/index.php/en/brasil/26-ibge-negros-sao-a-maioria-no-pais>> Acesso em: 10/07/2015.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COSTA, Hilton; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. (org.). **Notas de histórias e cultura afro-brasileiras**. Ponta Grossa: Editora UEPG/UFPR, 2007.

COSTA, Simone da S. Movimento Feminista, História das Mulheres e Gênero: Política, poder e saber. In: ARAÚJO, Edna M. N.; NÓBREGA, Elisa M. de M.; NETO, Martinho G. dos S.; BARBOSA, Vilma de L. (Orgs.) **Historiografia e(m) diversidade**: artes e artimanhas do fazer histórico. João Pessoa: UFCG/ANPUH PB, 2010, p. 178-190.

CRUZ, Cintia Tâmara Pinto. Etnografando a experiência do Instituto Beleza Natural: relatos de uma etnografia não autorizada. **29ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Agosto de 2014, Natal/RN.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico, Conferência realizada na Reunião da SBPC em Belém, Pará, em 12/7/2007. file:///C:/Documents%20and%20Settings/Usuario/Meus%20documentos/Downloads/13_623-16598-1-PB.pdf

DAMATTA, Roberto. **O Ofício de Etnólogo, ou como Ter “Anthropological Blues”**. Texto foi publicado no Museu Nacional como Comunicação n.º 1, Setembro, 1974.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição.** São Paulo, Ed. Senac, 2004.

_____. Frente Negra Brasileira e a luta contra o racismo no Brasil. **Revista Histórica (14)**, São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo, 2004.

_____. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. **Cad. Pagu no.28**. Campinas Jan./June 2007.

_____. Entre Dandaras e Luizas Mahins: mulheres negras e antiracismo no Brasil. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. **Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

DOSSIÊ MULHERES NEGRAS: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini... [et al.].- Brasília : IPEA, 2013.

FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo, Ed. FFLCH-USP, Coleção Antropologia, nº 13, 1986.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2º ed. São Paulo: globo, 2003.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5º ed. Vol. I. São Paulo: Globo, 2008.

FIGUEIREDO, Ângela. “Cabelo, cabeleira, cabeluda, descabelada”: Identidade, Consumo e Manipulação da Aparência entre os Negros Brasileiros. **XXVI Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, Caxambu, outubro de 2002.

_____. Novas elites de cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador. 1º ed. São Paulo: Annablume. **Centro de Estudos Afro-Asiáticos**, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 48º ed. São Paulo: Global editora, 2006.

GOFFMANN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Tradução de M.B.M.L. Nunes. 4º ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz - corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** 2º ed. Belo Horizonte: autêntica editora, 2008.

GROSFOQUEL, Ramon. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemocídios do longo século XVI.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025> Acesso em: 20/05/2016.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-racismo no Brasil.** 2º ed. São Paulo: editora 34, 2005.

HARRIS-PERRY, Melissa V. “Sister Citizen – Shame, Stereotypes and Black Women in America”. Yale University Print 2013. Disponível em:
[<http://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/#ixzz4GDue6m5z>](http://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/#ixzz4GDue6m5z)
 Acesso em: 15/05/2016.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. Raça e mobilidade social. In: HASENBALG, C.; VALLE SILVA, N. (Orgs.). Estrutura social, mobilidade e raça. Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.

HOOKS, Bell. Alisando o nosso cabelo. Cuba: **Revista Gazeta de Cuba - Unión de escritores y artista de Cuba**, jan./fev, 2005. Tradução de: Lia Maria dos Santos.

_____. **Vivendo de Amor.** Trad. Maísa Mendonça. Disponível em:
[<naluidread.blogspot.com.br/2008/06/vivendo-de-amor-bell-hooks-o-amor-cura_9183.html>](http://naluidread.blogspot.com.br/2008/06/vivendo-de-amor-bell-hooks-o-amor-cura_9183.html). Acesso em 19 nov. 2015.

Instituto Beleza Natural. Disponível em: <http://belezanatural.com.br/>, Acesso em: 18/11/2015.

HUDSON-WEEMS, C. **Africana Womanism: Reclaiming Ourselves.** Troy, MI: Bedford Publishers, 1993..

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole.” In: MAGNANI, José Guilherme C. e TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.). **Na metrópole – Textos de Antropologia Urbana.** EDUSP, São Paulo, 1996.

_____. De perto e de dentro: Notas para uma etnografia Urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.17, nº49. São Paulo, jun. 2002. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>

MAUSS, Marcel. **As técnicas do corpo.** In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU, 1974. P.209-233

MAZZOTTI AJA, GEWANDSZNAJDER F. **O método nas ciências naturais e sociais.** São Paulo: Pioneiras; 1998.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In.: O regresso do Político. ROSA, Joaquim C. – **Revisão Científica.** Lisboa: Gradiva, pp. 101/121, 1996.

MUNANGA, Kabengele. **Redisputindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Negritude usos e sentido.** 3º ed. Belo Horizonte: autêntica editora, 2009.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira. IN: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). Afrocentricidade uma abordagem epistemológica inovadora. Coleção Sankofa, vol. 4, 1980.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. O Sortilégio da cor. Identidade, Raça e Gênero no Brasil. São Paulo. Summus. 2003.

NEAB- UFU: Núcleo de estudo afro-brasileiro da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <<http://www.neab.ufu.br/node/1>>, Acesso em 12/10/2015.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social**, São Paulo, v.19, n.1, p. 287-308, nov. 2006. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100015>

Plataforma Política Feminista aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB) em 6 e 7 de junho de 2002. Parágrafo 11.

PRANDI, Reginaldo. As religiões negras do Brasil Para uma sociologia dos cultos afro-brasileiros. **Revista USP**. São Paulo, n°28. P.64-83, dez./fev.,95/96.

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p64-83>

Revista Carta Capital. Negros são maioria na classe média ascendente, Novembro de 2012. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/negros-sao-maioria-da-classe-media-ascendente>, Acesso em: 15/11/2013.

RIBEIRO, Jullyane Carvalho. “Só corpo, sem mente”: direitos reprodutivos, imaginário social e controle sobre os corpos das mulheres negras. **Periódicos UNB**. Vol.11/1.

2012. Disponível em: <[file:///C:/Documents%20and%20Settings/Usuario/Meus%20documentos/Downloads/8_659-27669-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Usuario/Meus%20documentos/Downloads/8_659-27669-1-PB%20(1).pdf)>, Acesso em: 10/01/2016

RODRIGUES, Cristiano Santos. **As Fronteiras entre raça e gênero na cena pública Brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006.

ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In.: **Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**, GUIMARÃES, S. A. e HUNTLEY,L. (Org.), São Paulo: Paz e Terra, pp. 237– 256, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004>, Acesso em 15/04/2016.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do se negro - um percurso das idéias que naturalizam a inferioridade dos negros**. 1º ed. São Paulo: Pallas, 2002.

SANTOS, Jocélio Teles dos. O negro no espelho: imagens e discursos nos salões de beleza étnicos. In: **Estudos afro-asiáticos**. Rio de janeiro, n°. 38, dez/2000, p. 49-64
<https://doi.org/10.1590/S0101-546X2000000200003>

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. 1º ed., São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SHERER-WARREN, Ilse. Movimentos em cena... e as teorias por onde andam? In.: Revista Brasileira de Educação. São Paulo, Anpend, set/out./nov./dez, 1998.

SILVA, Eliane Borges. Para além do próprio umbigo: as mulheres negras militantes de Salvador e a construção do imaginário feminino. **Dissertação de Mestrado. Salvador/Bahia: Faculdade Comunicação**, 1998.

SILVA, Jocelina. Feministas negras entre 1945 e 1964: o protagonismo do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/J/Joselina_da_Silva_40.pdf>, Acesso em: 25/06/2016.

SILVA, Maria Aparecida Pinto. **A Voz da Raça: uma expressão negra no Brasil que queria ser branco**. Tese de doutorado, Antropologia, PUC/SP, 2003.

SILVA, Pollyanna Fabrini. **A construção da identidade dos estudantes universitários negros: Análise do corpo e cabelo**. In: Monografia defendida na Universidade Federal de Uberlândia, 2013 p. 34.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 1º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TELLES, Edward E. **O Significado da Raça na Sociedade Brasileira**. Trad. Ana Arruda Callado. Versão divulgada na internet em Agosto de 2012.

WALKER, Alice. A Cor Púrpura. Editora Marco Zero, 1982.

7. ANEXOS

7.1- Roteiro para entrevistar as experiências das mulheres negras com seus cabelos:

- 1) Identificação: Nome, idade, escolaridade, profissão, bairro.
- 2) Qual é sua experiência com o lidar com seu cabelo?
- 3) Seu cabelo já foi/é uma questão que lhe incomodou/incomoda? Por quê?
- 4) Quais tratamentos já realizou no seu cabelo?
- 5) Nas tentativas de mudança no seu cabelo quais eram suas pretensões?
- 6) Acredita que a beleza da mulher negra está associada, ou depende do seu cabelo?
- 7) O que é ser bela para você?
- 8) De quanto em quanto tempo cuida do seu cabelo? Que tipo de tratamento faz? E quanto gasta em dinheiro com ele?
- 9) Já teve experiências de cuidar do cabelo em casa? Como e que procedimento fazia?
- 10) Comparado com antigamente, acredita que muita coisa mudou para tratamento de seus cabelos? O que mais lhe agrada hoje e o que mais lhe desagrada?
- 11) Qual produto para cabelo mais lhe marcou, ou mais usou/usa? O que levava você a usar esse produto?
- 12) Já passou por alguma situação de constrangimento por conta do cabelo? Como essa situação se deu?
- 13) Você preocupa-se com o olhar e opiniões advindos de outras pessoas em relação aos seus penteados? (Pergunte se são familiares, colegas ou pessoas sem vínculo com a entrevistada).
- 14) A forma como usa o seu cabelo é diferente dependendo do lugar que frequenta?

7.2- Modelo do termo de concessão das entrevistas:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
TERMO DE CONCESSÃO DE ENTREVISTA

Pelo presente documento, eu
Entrevistado(a): _____,
RG: _____ emitido
pelo(a): _____, domiciliado/residente em
(Av./Rua/nº ____ complemento/Cidade/Estado/CEP): _____

_____, declaro
ceder ao (à)
Pesquisador(a): _____
_____, CPF: _____ RG: _____
_____, emitido pelo(a): _____, domiciliado/residente em
(Av./Rua/nº ____ complemento/Cidade/Estado/CEP): _____

_____, sem
quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena
propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental
que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), na cidade de
_____, Estado _____, em ____ / ____ / ____, como
subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Ciências Sociais
Aplicadas da Universidade Federal de Uberlândia. O(a) pesquisador(a) acima
citado(a) fica consequentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins
acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não,
bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de

garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo. **O(a) pesquisador(a) se compromete a preservar meu depoimento no anonimato, identificando minha fala com nome fictício ou símbolo não relacionados à minha verdadeira identidade.**

Local e Data:

_____, ____ de _____ de _____

(assinatura do entrevistado/depoente)